

**Entre a ausência
declarada e a presença reclamada:
a identidade potiguar em questão**

João Maurício Gomes Neto



CCHLA UFRN

2011 | Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão | João Maurício Gomes Neto



**Entre a ausência
declarada e a presença reclamada:
a identidade potiguar em questão**

João Maurício Gomes Neto



Coleção

DISSERTAÇÕES
E TESES DO
CCHLA-UFRN

**Entre a ausência
declarada e a presença reclamada:
a identidade potiguar em questão**

João Maurício Gomes Neto



Coleção

DISSERTAÇÕES
E TESES DO
CCHLA-UFRN

**Entre a ausência
declarada e a presença reclamada:
a identidade potiguar em questão**

João Maurício Gomes Neto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITORA

Maria de Fátima Freire Melo Ximenes

DIRETOR DA EDUFRN

Herculano Ricardo Campos

EDITOR DA EDUFRN

Helton Rubiano de Macedo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Márcio Moraes Valença

VICE-DIRETORA: Maria da Conceição Fraga

ORGANIZADOR DA COLEÇÃO

Márcio Moraes Valença

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA E CAPA

Janilson Torres

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profª Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

G633e Gomes Neto, João Maurício.
Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão / João Maurício Gomes Neto. – Natal : EDUFRN, 2011.
178 p. – (Coleção Dissertações e Teses do CCHLA-UFRN)

ISBN 978-85-7273-776-0

1. História – Rio Grande do Norte. 2. Etnicismo – Rio Grande do Norte. 3. Grupos sociais. I. Título.

CDU 39(813.2)

Ao amigo/irmão que matei,
sem que houvesse morte,
numa caminhada de dias curtos
e noites longas,
e cuja dor, tão aguda se fez,
que me parece, até as pedras sentiram...

_agradecimentos

De frente para o espelho de minha experiência, conceituo o mestrado como o exercício difícil, pesado e sôfrego de vencer a autoignorância de cada dia, mesmo cômico de que uma vitória completa sobre ela não é possível. Feita essa ponderação, este momento dos agradecimentos é, indiscutivelmente, o mais agradável e esperado por mim no decorrer dessa jornada. Agradecer significa que consegui atingir a linha de chegada, mas sem esquecer que, para tanto, fui “empurrado” e até “carregado” por muita gente. Significa olhar para trás e ver que, apesar das adversidades enfrentadas, caminhei. Assim, agradeço:

A Margarida Dias, quando, nas vezes diversas em que, solitário, submergi no mar vasto e obscuro de minha própria ignorância, foi meu porto mais que seguro, e fazendo mais do que podia, ou deveria, atuou feito cicerone, estendendo-me as mãos, indicando-me caminhos e, sobretudo, incentivando-me a trilhá-los e desvendá-los. A ela que, quando o implacável *cronos* parecia me sugar as forças, fazendo-me desconfiar de que não conseguiria concluir a jornada, dizia, referenciando sua *sensei*, que estava tudo ali, no prelo da minha cabeça, bastava colocar no papel. A ela, que depositou em mim total confiança, sendo sempre paciente, compreensiva e otimista, nos momentos em que as tempestades pareciam querer naufragar a frágil escuna, que a duras penas e ventos rebeldes, me faziam navegar à procura do norte. A ela que, não cesso e nem canso de repetir, é mais que professora, é educadora e exemplo que pretendo seguir até minha última centelha de vida. A ela, com quem tenho a satisfação de compartilhar minhas angústias e alegrias, meu sincero e grandioso obrigado.

Ao corpo docente deste Programa de Pós Graduação, em especial aos doutores Almir Bueno, Durval Muniz, Maria Emília, Haroldo Carvalho, Henrique Alonso, Itamar Freitas, Raimundo Arrais e Renato Amado, pelas contribuições inumeráveis, pelas inquietações compartilhadas e, sobretudo, pelo entendimento e solicitude que me dedicaram nos momentos em que as questões pessoais me impossibilitaram uma atuação mais incisiva.

A Aryana, amiga que carrega consigo a dádiva do riso da eternidade... pela certeza de que nem o silêncio nem a distância podem quebrar os elos que construímos.

A Edianne, esta que inspira nobreza desde o nome e sabe tão bem ser *cigarra* e ser *formiga*. *Assim devera eu ser, assim devera eu ser...*

A Mili, minha uirapuru nesta selva de pedra, por me encantar com seu canto, com a contagiante alegria de sua presença.

A Almir Félix, pela companhia alegre e sempre a postos nos momentos de “aperreio”.

A Juliene Osias, que, além de deixar esse texto mais agradável de ser lido, alegra-nos e cativa com alegria que não tem par, é sempre ímpar... Na presença dela, o que é tempo mesmo?

Ao professor Muirakytan Macêdo, que gentilmente me cedeu exemplar de seu livro *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*, fundamental na compreensão de como foram construídas as representações sobre aquela espacialidade.

A Vitória Carvalho, um obrigado especial. Ela que, em sua monografia, também compartilhou das inquietações sobre o potiguar e que, carinhosamente, me cedeu um conjunto de fontes de importância central neste trabalho.

A minha mãe, que amo imensamente e que, com intensidade maior do que eu possa mensurar, tem me apoiado, incondicionalmente, em todas as fases e decisões dessa breve existência. Ao meu pai, que, não entendendo bem por que meus estudos nunca terminam, sempre me indaga: “Meu filho, quando você começa a ganhar dinheiro?”

Ao maninho Lucas, com quem voltei a partilhar a alegria da convivência diária e que tem sido meu porto seguro; a minha maninha Miriam e meu sobrinho, Vinicius, a quem, pelas traquinagens ininterruptas, carinhosamente costumo chamar de “pestinha”, terroristazinho”...

A Patrícia, Danilo, Nildinho, Élide, Dani, Robson, Osmar, Alminho, Luciano, Edwânia, Waltécia, Ítalo, Francimária, Kaká, Zanzza, Mad Max, Lyne, Felipe, Rossi, Flávio, Fabiano, Aderson, Ana Maria, Alisson, Victor, Paulo Márcio, Junior, Joel, Erick, Henrique... que, perto ou distante, vendonos todos os dias ou uma vez por ano, me provam, a cada reencontro, que amigos são para sempre. E, se me suportam, é porque a assertiva é verdadeira.

Aos meus alunos que, caminhando de encontro à etimologia da palavra (a=indicativo de ausência e luno=luz), irradiam tanta luz que, imagino, tenho aprendido muito mais com eles do que eles comigo.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte/FAPERN, pelo importante financiamento que concedeu à pesquisa.

A duas instituições de caráter público que assumiram importância indiscutível em minha trajetória acadêmica: Casa do Estudante/CERN e Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Numa sociedade demasiadamente injusta e desigual como a brasileira, o papel desempenhado por instituições dessa natureza, potencializando oportunidades, é fundamental e mostra-se cada vez mais premente. Há que se inverter o pêndulo. Não se pode mais aceitar que um país rico como o Brasil continue, paradoxalmente, mantendo grande parcela de seus cidadãos na pobreza absoluta.

E, por fim, permitam-me, devo agradecer à música, tomada aqui como um coletivo singular para as tantas músicas existentes, e as que ainda estão por vir, e que também serão, sem dúvida alguma, desafinadamente cantaroladas por mim. Essa invenção maravilhosa, minha companheira nos momentos de alegria, tristeza, angústia e até mesmo na inércia, quando me vejo deslocado no tempo, ou, ainda, quando pareço sufocado, tragado por ele. Ela, que reúne multidões e me acompanha na indecifrável solidão de ser só um. Ela, que é poesia, prosa, cor, som, sentimento, concretude, diversidade, singularidade... mas que, sobretudo, é ela mesma: a musa música.

_apresentação

Seria muito bom se as normas do texto acadêmico não me impedissem de começar esse texto assim: caro leitor, não leia essa Apresentação, vá logo para o texto principal. Se assim eu pudesse, assim o faria.

Mas, é obrigatório que eu convide o leitor – e credencie o autor – para o texto que se segue.

Esse texto é fruto da Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/PPGH-UFRN, defendida em 2010, e João Maurício Gomes Neto, seu autor foi, com muita honra, meu orientando.

Essa pesquisa foi parcialmente custeada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte/FAPERN e totalmente construída pelos esforços – nunca diminutos – do seu autor.

João Maurício é, estatisticamente, resultado da democratização e ampliação da universidade pública. Rapaz nascido em cidade pequena que veio para a capital para finalizar seus estudos e o fez a partir de muito esforço e com ajuda das políticas públicas que garantem, minimamente, a manutenção desses indivíduos em escolas e universidades públicas.

Digo isso para chamar a atenção do fato que o texto traz em sua inteireza o compromisso de retorno à sociedade, mas sem simplismos, chavões ou buscas de caminhos mais fáceis.

O autor se propôs - e fez com maestria – a discutir a (falta)de identidade do potiguar e buscou na escrita da história os vários momentos em contextos diversos e causas díspares em que essa questão foi colocada.

O que recebemos é um trabalho bem escrito, profundo, repleto de boas dicas para outros estudos que se queira fazer.

Após a leitura desse texto a única coisa que não é possível é não dizer como se constrói um potiguar.

A todos, uma ótima leitura!

Margarida Maria Dias de Oliveira

*Professora do Departamento de História/CCHLA/UFRN,
Coordenadora do Grupo de Pesquisa,
Memória e narrativas: espaços da História.*

_sumário

introdução

13

capítulo 01
POTIGUAR, UMA IDENTIDADE
A ESPERA DE INVENÇÃO?

39

capítulo 02
ENTRE A MODERNIDADE SONHADA
E A MODERNIDADE VIVIDA: A CAPITAL
ENCONTRA SEU PORVIR AUSPICIOSO?

65

capítulo 03
GUERREAR E POVOAR

95

_sumário

121

capítulo 04
AFUGENTANDO SILÊNCIOS:
A EMERGÊNCIA DOS DEBATES
ACERCA DA IDENTIDADE ESPACIAL
NORTE-RIO-GRANDENSE

155

conclusão

169

referências

_introdução



Procuo, mas não acho algo que seja realmente potiguar. Não tenho argumentos teóricos, mas eu não sinto uma identidade norte-rio-grandense.

(Clotilde Tavares).

O percurso da pesquisa: descobertas, inquietações e redirecionamentos

No projeto de mestrado originalmente apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN nos propúnhamos a investigar a relação entre patrimônio imaterial e a produção de identidades espaciais. Para tanto, direcionamos nossos olhares sobre o relatório do Patrimônio Imaterial Potiguar, produzido dentro de um contexto maior, que era o projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos, cujos resultados foram apresentados à sociedade norte-rio-grandense no primeiro bimestre de 2007, pela fundação José Augusto/FJA.

O projeto foi financiado com recursos do Programa Monumenta, vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO e com contrapartida do governo do estado, via FJA. Proposto pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do Rio Grande do Norte/IGETUR e realizado entre os meses de julho e dezembro de 2006 pela referida Fundação, tinha os objetivos de:

Realizar inventário, catalogação, cadastramento, imagens, descrição técnica e publicação – inclusive em novas mídias – do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Norte, nas tipologias de arquitetônico, musicológico, sacro, bens móveis integrados, artes visuais e patrimônio imaterial. (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2007A).

Conforme informações contidas no relatório final do subprojeto do Patrimônio Imaterial potiguar¹ – uma das seis frentes que compunham o projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos –, até então, a principal fonte para a qual direcionávamos nossas inquietações, foram mapeados no estado mais de 600 (seiscentos) bens passíveis de serem classificados como patrimônio imaterial, embora desse universo, só 146 (cento e quarenta e seis) bens intangíveis tenham sido relacionados no relatório final.

Esta delimitação deveu-se aos objetivos apresentados quando da proposição do projeto frente ao programa Monumenta, uma vez que havia

sido proposto o preenchimento de fichas de registro de 10 (dez) manifestações do patrimônio imaterial de cada microrregião do estado: Agreste potiguar, Angicos, Baixa Verde, Borborema Potiguar, Chapada do Apodi, Litoral Nordeste, Litoral Sul, Macaíba, Macau, Médio Oeste, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Açu. Este recorte era necessário, segundo a entidade executora do projeto, devido ao curto período de tempo disponível – cerca de cinco meses – para inventariar um patrimônio tão vasto. Vale ressaltar também o fato de não ter sido possível abarcar todos os municípios. Foram mapeados bens de 105 (cento e cinco) municípios, faltando ainda 62 (sessenta e dois) para ações posteriores.

O intuito do subprojeto Patrimônio Imaterial, segundo consta no relatório final era

[...] facilitar a informação em cartilhas, mapa e novas mídias, ao turista e público em geral, além de disponibilizar o resultado do trabalho para órgãos públicos e privados de natureza turística, cultural, educacional e na área da justiça, instigando sistemática de acompanhamento, atualização, monitoramento e fiscalização do Patrimônio Cultural Potiguar. (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2007B).

O que representava, enfim, tais propósitos? Sabe-se que o Rio Grande do Norte compreende uma área de 52.796,791km² e está politicamente dividido em 167 (cento e sessenta e sete) municípios, possuindo uma população estimada em pouco mais de 3 (três) milhões de habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), em sondagem realizada no ano de 2005. Mas o fato de habitar em alguns desses 52.796,791km² confere algum caráter especial a esses habitantes? Em outros termos, o que implica a definição da existência de um patrimônio potiguar? Se ele existe, como é gestado? Em que bases ideológicas se sustenta? Que elemento lhe confere o *status* da potiguaridade? É o fato de situar-se no espaço geopolítico definido como Rio Grande do Norte? As identidades espaciais seriam, portanto, a força motriz e orientadora da cultura local? Esse local se contrapõe a algo? Em caso afirmativo, a quê? Ao regional, ao nacional, ao global?

No relatório final do subprojeto Patrimônio Imaterial potiguar, reitera-se, com demasiada frequência, a riqueza, a beleza, a diversidade, a onipresença de um patrimônio cultural que abunda nos quatro cantos do estado, mas, por outro lado, aponta-se a necessidade de apresentá-lo, comunicá-lo, divulgá-lo aos norte-rio-grandenses. Isso suscitou algumas

questões, tais como: eles têm um rico patrimônio, no qual, entretanto, não se reconhecem, ou antes, não os reconhecem como tal? O que significava pensar a existência de um patrimônio imaterial potiguar? Entraria aqui a relação comumente preconizada entre espaço e cultura?

Nas observações preliminares realizadas do relatório final, percebia-se que era o recorte geográfico, a circunscrição espacial definida como Rio Grande do Norte, o critério para definir o que seria seu patrimônio cultural, e, por conseguinte, a identidade potiguar, revelando a percepção de que as fronteiras da divisão geopolítica do país delimitariam também modos de ser e agir, particularizando cariocas, paulistas, mineiros, pernambucanos, paraibanos e, por conseguinte, os potiguares.

Nesse sentido, percebíamos inicialmente o projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos como uma tentativa de o poder público estadual definir, a partir do recorte geopolítico do espaço, quem é e que bens culturais poderiam ser indicados como característicos do Rio Grande do Norte. E, dentro deste contexto, a categoria, o conceito de patrimônio cultural passava a ser operacionalizado e entendido por nós, como uma *estratégia de representação*. Porém, sem querer indicar com isto, que tal estratégia atuaria no sentido de falseamento duma realidade ou, ainda, como a apresentação de uma ausência, mas como algo capaz de evidenciar e construir realidades (CHARTIER, 1990; 1991). E este era o mote inicial da problematização trazida pela presente pesquisa, qual seja, pensar as estratégias de construção de identidades espaciais por meio da patrimonialização de bens culturais diversos no estado.

Sabemos que o processo de construção de identidades espaciais é geralmente marcado por contradições, as quais precisam ser ressignificadas ou silenciadas, outras vezes, esquecidas, para que sua efetivação ganhe tons de homogeneidade e torne viável o surgimento, entre os sujeitos envolvidos nessa trama, do sentimento de pertença a um grupo comum (ANDERSON, 2008). Nessa empreitada, a delimitação, o recorte espacial é, geralmente, pensado de maneira naturalizada, como se tal recorte bastasse para atribuir, a certos grupos, um conjunto específico de características que os tornam singulares entre outros. É quando o espaço físico passa a ser concebido como elemento responsável pela construção de determinados modos de ser e estar no mundo, em detrimento dos seres humanos, nas apropriações que realizam nesses e desses espaços.

Não se nega aqui que as características físicas do espaço (clima, vegetação, relevo, etc.) tenham importância na maneira segundo a qual os seres humanos se relacionam com o espaço; todavia, é fundamental não

perder de vista o fato de que estas são mediadas, operadas pela ação do homem sobre esses espaços, e não o oposto².

Faz-se necessário, então, pensar os espaços enquanto construções humanas, que possuem historicidade e se apresentam de maneiras específicas conforme o período e as necessidades, interesses e desejos humanos de uma dada época e sociedade. Pensar os espaços sob esta perspectiva indica não os conceber como um dado *a priori*. Isto demanda perceber também as identidades espaciais enquanto um processo constante de construção e, como tal, precisa ser problematizada, interrogada, questionada.

Ao intensificarmos as leituras da bibliografia e das fontes, dentro da temática da identidade – ou das identidades – potiguar, um turbilhão de nuances ainda não observadas vieram à tona, lançando novas dúvidas, novas questões, denotando a necessidade de redirecionarmos a problemática da pesquisa.

Essas leituras evidenciaram que a tentativa de construir representações para o potiguar por meio do patrimônio enfrentava impasses cuja diversidade apresentada no relatório final do subprojeto Patrimônio Imaterial parecia não ser suficiente para dirimi-los. É que, no decorrer da pesquisa documental, acabamos por nos dar conta de algumas questões para as quais, até então, ainda não havíamos atentado. Uma delas é que tomávamos o potiguar como identidade pronta, acabada, mesmo que lançássemos nossos olhares sobre as disputas que envolviam sua representação no referido relatório. Ou seja: apesar de buscarmos fomentar uma abordagem crítica, partíamos da premissa de que o potiguar existia enquanto discurso homogêneo, para, então, tentarmos entender como ele era apresentado e representado no projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos.

Durante a pesquisa bibliográfica, percebemos que há uma lacuna considerável de estudos a respeito da identidade potiguar, sobretudo no que concerne aos debates e embates que envolveram os projetos intencionados ao longo do tempo, sendo mais frequentes trabalhos sobre a emergência de identidades regionais nesse recorte, como são exemplos o Seridó e Mossoró.³ Quando se aborda a temática, seguem-se as trilhas deixadas pela historiografia local, a qual, geralmente, enfrenta essa discussão de maneira naturalizada, percebendo a suposta potiguaridade como uma identidade pronta, ou, em outros termos, partindo da premissa de que haveria algum consenso sobre o que seria esse *ser potiguar*.

Ao acompanharmos as discussões contemporâneas referentes à temática, frequentemente observamos, em jornais, *blogs*, comunidades virtuais de relacionamentos, nos debates desencadeados em fóruns na Universidade, em conversas informais com colegas, em entrevistas de artistas e intelectuais, etc., a reclamação recorrente de que o potiguar não possui identidade, que não valoriza seus bens culturais.

Então, se delineava para nós a seguinte questão: de um lado, afirma-se a existência de um patrimônio cultural riquíssimo e, de outro, interpõe-se a queixa periódica de vários atores sociais, apontando a inexistência de uma identidade para o norte-rio-grandense. Como, então, refletir sobre percepções aparentemente tão díspares?

Faltava, assim, o enfrentamento de algumas questões centrais para o andamento do trabalho: o que é ser potiguar? As fontes que tínhamos em mãos eram suficientes para respondermos ao problema a que nos propúnhamos? No afã de amenizarmos nossas dúvidas, decidimos ampliar a pesquisa documental e, nesse intercurso, um novo potiguar desnudou-se para nós, sempre indefinido, questionado, em litígio. Mesmo sabedores de que, no processo de construção de identidades, está implícita – e, por vezes, explícita – as disputas de projetos (BAUMAN, 2005; HALL, 2002; HOBBSAWM e RANGER, 2002), de memórias, de interesses, sendo este, por natureza, um evento conflituoso, a pesquisa sofreu um redirecionamento, visando abarcar nuances ainda não investigadas.

Identities regionais e o paradigma da nação: ou quando o todo deveria corresponder à soma das partes

Em maio de 1975, num trabalho apresentado como tese de livre docência à Universidade de São Paulo (USP), Carlos Guilherme Mota apresentava, em linhas gerais, o processo de naturalização da ideia de cultura brasileira, ou, parafraseando as palavras do autor, de que modo se deu a passagem das análises da cultura brasileira como uma questão em aberto, como problemática a ser investigada para tomá-la tal qual algo cristalizado, acabado, pronta para ser consumida e reproduzida. Nesse trabalho, apesar do recorte temporal bastante amplo (1933-1974) e de caminhar pelo pensamento de vários ideólogos da cultura nacional, fomentou reflexões importantes sobre o cenário cultural e intelectual brasileiro.

Passados trinta anos da publicação de *Ideologia da Cultura Brasileira* e ao se observar o processo histórico em curso, a ideia que se tem

é de que Carlos Guilherme Mota, quase solitário, nadou contra a maré das interpretações homogeneizadoras, cujo reflexo mais notável é a naturalização daquilo que se habituou a denominar de cultura nacional; universo diverso, é bem verdade, mas que contraditoriamente tem sido apresentado de maneira homogênea, como se tudo a ele pudesse ser acrescido e assimilado sem conflitos ou divergências.

Nas duas últimas décadas, sobretudo com a intensificação e consolidação do fluxo turístico no Rio Grande do Norte, mais notadamente em sua capital, Natal, têm-se evidenciado alguns elementos que carecem de abordagens historiográficas mais sistemáticas, detalhadas. Entre eles, a tentativa recorrente de reproduzir determinada concepção do que seja cultura potiguar, tomando-a, via de regra, por algo já dado e raramente como processo contínuo de criação, reconstrução e desconstrução; fenômeno esse bem similar ao que Mota (1994) problematizou em *Ideologia da cultura brasileira*, ou seja, uma visão naturalizada da cultura.

Assim, recorrentemente, veicula-se na imprensa, na mídia, nas escolas, em publicações destinadas a turistas, etc., determinada percepção/concepção do que seja cultura potiguar, mas pouco se problematizam os elementos simbólicos que a sustentam ou o próprio significado dessa assertiva, quase sempre a definindo como se suas premissas indicassem um ponto de chegada, não de partida, de maneira que não existiriam contradições nem disputas nesse processo. Indagações do tipo: o que implica pensar ou afirmar a existência de uma cultura potiguar aparenta não fazer sentido, haja vista as premissas estarem supostamente confirmadas nos modos de viver da população do estado e até incrustados no seu território. Bastaria para tanto, observar a representação cartográfica dessa espacialidade e perceber como uma cultura norte-rio-grandense se apresentava ali, intrínseca – ou naturalizada – na divisão geopolítica do estado. As fronteiras (HARTOG, 1999, 2004) que separavam o *aquém* do *além* seriam elemento supostamente constitutivo de modos de ser e agir que particularizavam, singularizavam os potiguares dos demais entes da federação. A identidade potiguar situar-se-ia nesse espaço, constituindo-se numa espécie de *a priori*, cuja confirmação não precisava ser posta a prova.

A intensificação do processo de globalização nos países em desenvolvimento, também chamados de economias capitalistas de desenvolvimento tardio, sobretudo a partir da década de 1980, ampliou de maneira considerável as discussões em torno da temática da identidade. Essas, via-de-regra, sustentam que esse processo tem se dado de maneira

verticalizada, interferindo nas dinâmicas culturais de vários povos, sem respeitar as realidades locais, destruindo tradições e promovendo uma padronização cultural em massa, num ato expresso de violência simbólica (BOURDIEU, 2007).

Caminhando em sentido contrário a esse processo, alguns movimentos de resistência antiglobalização têm se delineado nesses países, com o intuito de reafirmar identidades locais. Desta forma, acreditam lutar contra a padronização cultural, uma vez que, neste contexto, os bens culturais estariam reduzidos à lógica de mercado, carregando em si os valores, a dominação econômica e cultural dos países desenvolvidos. Um lema bastante comum a estes movimentos, segundo Zygmunt Bauman (2005: 94), é “pense globalmente, aja localmente”.

Este tipo de postura, na concepção do autor, pode causar confusão e até o efeito contrário ao esperado, uma vez que não acredita haver, em âmbito local, soluções para questões de ordem global, quando estas se nutrem justamente da fragmentação dos espaços locais para disseminar seus tentáculos.

[...] As forças globais descontroladas e destrutivas se nutrem da fragmentação do palco político e da cisão de uma política potencialmente global num conjunto de egoísmos locais numa disputa sem fim, barganhando por uma fatia maior das migalhas que caem da mesa festiva dos barões assaltantes globais. Qualquer um que defenda “identidade locais” como antídoto contra os malefícios dos globalizadores está jogando o jogo deles – e está nas mãos deles.

A globalização atingiu um ponto em que não há volta. Todos nós dependemos um dos outros, e a única escolha que temos é garantir mutuamente a vulnerabilidade de todos e garantir mutuamente a nossa segurança comum. Curto e grosso: ou nadamos todos juntos ou afundamos juntos. Creio que pela primeira vez na história da humanidade o auto-interesse e os princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos apontam na mesma direção e exigem a mesma estratégia. (BAUMAN, 2005: 95).

Ao se debruçar sobre a questão, Stuart Hall (2002) contesta assertivas que imputam à globalização a capacidade de promover uma padronização cultural em massa, afirmando que geralmente essa leitura

parte daqueles que concebem os indivíduos como consumidores passivos, desconsiderando os usos e apropriações que fazem desses bens culturais.

Olhada sob esse prisma, a globalização não representaria uma homogeneização das representações culturais e identitárias locais. O que estaria em curso era um redimensionamento, ou fracionamento dessas identidades, tidas até então como homogêneas. Em outras palavras, isto significava tão somente um *descentramento* dos indivíduos, que, na modernidade, eram percebidos de forma homogeneizada, fechada, sem contradições, impondo-lhes o ideário nacionalista, cuja concepção de identidade norteadora era fechada e coercitiva.

Marta Anico (2005), ao discutir a questão, argumenta que os que veem a globalização comercial como fomentadora de uma padronização cultural estão sendo pessimistas em demasia; não conseguem se desvincular do sentimento localista em prol de uma concepção cosmopolita de cultura – os chamados cidadãos do mundo –, pois desconsideram a autonomia criativa dos sujeitos na reelaboração e ressignificação dos novos bens culturais que lhes são apresentados, e os concebe como meros alienados socioculturais.

Essa posição pode ser criticada pelo facto de conferir uma ênfase excessiva aos processos de uniformização que, em última análise, conduziriam a uma convergência cultural mundial avassaladora, ao mesmo tempo que considera os sujeitos como meros receptores, consumidores passivos de bens culturais, ignorando a multiplicidade de variáveis que participam nos processos de apropriação, interpretação e de construção de significados culturais. (ANICO, 2005: 73).

Entrementes, se a existência de uma globalização cultural é contestada a partir de argumentos que afirmam o caráter autônomo e reinterpretativo dos sujeitos, colocando em cheque a pretensa ideia de uma alienação em massa (ou da massa), ao propor que as denúncias à globalização cultural são, em última instância, reações contra o descentramento espacial (ele não se identifica mais localmente) e temporal (o passado não seria mais a base de sustentação das identidades, as quais geralmente eram calcadas em tradições legitimadas pela memória histórica) dos sujeitos na contemporaneidade, não estaria esse diálogo sendo conduzido de maneira excessiva aos extremos entre o pessimismo dos “localistas” e o encantamento desmedido dos “cosmopolitas”?

A emergência de outras identidades, ou subjetividades, na chamada pós-modernidade, certamente desloca e movimentada a questão das identidades espaciais, historicamente vinculada ao ideário da nação; mas seria esse deslocamento tão acentuado, a ponto de eliminar seus “vestígios” entre os indivíduos que consumiram – ou foram levados a consumir – e se apropriaram dessas referências ao longo do tempo? O turbilhão de identidades, muitas vezes contraditórias entre si, construídas pelos indivíduos nas suas vivências entre o espaço público e o privado, não comportaria ainda um lugar para as referências nacionais/regionais? O fato de algumas identidades construídas durante suas trajetórias de vida serem ditas antagônicas, quando analisadas pelo discurso acadêmico, indicaria uma inevitável autoexclusão entre elas, oriunda desse suposto antagonismo? Em outros termos, indaga-se: até que ponto a emergência de novas identidades se opõe diametralmente às “amarras” da nação, ou da região?

Quanto se trata do fenômeno da emergência das identidades nacionais, o século XIX constitui-se num período fecundo, sobre o qual diversos estudiosos já se debruçaram, na tentativa de criar ou explicar determinadas sociedades a partir da construção ou *invenção de tradições*. É neste contexto, por exemplo, que Benedict Anderson (2008) e Eric Hobsbawm (2004) situam o surgimento de movimentos nacionalistas e, por conseguinte, da preocupação em explicar, caracterizar a nação, um fenômeno que, segundo esses teóricos, tem cerca de dois séculos de existência.

Ao discutir a temática, Anderson propõe como ponto de partida, problematizar nação e nacionalismo como produtos culturais específicos, que não atendem, necessariamente, a uma caracterização geral. Neste sentido, busca entendê-los enquanto construções sociais historicamente datadas, capazes de produzir ações e sentimentos diversos, buscando uma percepção mais antropológica do nacionalismo, invés de uma abordagem ideológica da nação, como era mais corrente, segundo o autor, nos trabalhos que versam sobre a temática. Assim, define nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008: 32), sempre atentando para o fato de que ser *imaginada* não significa, no entanto, que ela não tenha conotação real. Conotação esta bem expressa, aliás, nos sentimentos diversos que desperta, a ponto de se matar, e, sobretudo, morrer por ela, argumenta.

Compartilhamos da percepção de Benedict Anderson, para quem, mais que inventadas, as identidades são desejadas, projetadas, imaginadas e englobam contradições e ambivalências. São imaginadas porque estão no campo do desejo, mas não somente aí. Elas encerram sonhos, projetos e

lutas, defendidos ou combatidos no cotidiano das comunidades. Neste sentido, não descuidamos também do alerta de Zygmunt Bauman, que, além de destacar as contradições do conceito, aponta para o “campo de batalhas” nela envolto:

A identidade – sejamos claros sobre isso – é um “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa a ser devorado... (2005: 83-84).

As análises de Anderson e Hobsbawm, situados dentro de uma corrente historiográfica comum, a saber, o marxismo, e também dentro de um recorte temporal bem próximo – ambos escreveram seus trabalhos em meados da década de 1980⁴ – têm pontos de aproximação e alguns distanciamentos. Enquanto o primeiro trabalha numa perspectiva mais cultural, o segundo percebe a nação sob uma ótica mais vinculada as transformações de ordem econômica, delineadas no século XIX.

Para Hobsbawm, a nação seria “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros considerem-se como membros *dela*” (2004: 18. *Grifos nossos*). Mas, dentro dessa definição geral, procura acentuar algumas especificidades, para as quais se deve atentar, de maneira a não se recorrer em análises naturalizadas ou simplistas do fenômeno.

No entanto, não se pode estabelecer se esse corpo de pessoas considera-se ou não dessa maneira simplesmente consultando escritores ou porta-vozes políticos de organizações que demandam o *status* de “nação”. O aparecimento de um grupo de porta-vozes de alguma “idéia nacional” não é insignificante, mas a palavra “nação” é atualmente usada de forma tão ampla e imprecisa que o uso do vocabulário do nacionalismo pode significar, hoje, muito pouco. (HOBBSAWM, 2004: 18).

Segundo o autor, um dos caminhos a serem seguidos numa abordagem da temática nacionalista é pensá-la enquanto um conceito situado historicamente e que, como tal, sofreu mutações e adaptações ao

longo do tempo, carregando em si as transformações sociais ocorridas dentro dos diversos grupos nacionais. Assim, em vez de perguntar o que é uma nação, melhor seria investigar seu percurso, sua trajetória de gestação.

Ainda sob o prisma de Hobsbawm, uma abordagem que levasse em conta esses elementos deveria atentar para alguns aspectos, tais como: pensar a nação como uma organização política; concebê-la em sua relação intrínseca com a construção dos estados-nacionais, sem perder de vista que é o nacionalismo que constrói a nação, não o oposto; entender que, para existir nação, faz-se necessário o surgimento de recursos ou “condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências” (op. cit., 19), ou seja, isto implica não desconsiderá-la como um fenômeno cujo surgimento está intrinsecamente vinculado à emergência do capitalismo; e, por fim, não tomá-la de maneira maniqueísta, como uma construção somente das “elites”, mas enquanto uma engrenagem complexa que envolve também as “pessoas comuns”.

A transformação na percepção do tempo visto não apenas como diacrônico, mas também como uma sobreposição de momentos simultâneos (ANDERSON, 2008), foi provocada em grande medida pelas mudanças sociais trazidas pela emergência do capitalismo durante o século XIX. A propósito, este parece ser um ponto em que tanto Eric Hobsbawm quanto Benedict Anderson estão de acordo: o capitalismo teve papel fundamental nas origens da “consciência nacional”.

Na busca por construir referenciais identitários para determinadas coletividades, as narrativas historiográficas assumiram lugar destacado, seja produzindo, legitimando ou inventando tradições e mitos sobre a constituição de determinados agrupamentos sociais. É o que acentua Eric Hobsbawm no texto introdutório de *A invenção das tradições* (2002), livro organizado por ele e Terence Ranger. Nessa introdução, o historiador inglês discute o papel central conferido à história como legitimadora de tradições inventadas, atuando de maneira decisiva nos conflitos pelo estabelecimento de memórias históricas sobre determinados eventos e personagens, no processo de construção, ou como prefere o autor, de *invenção* de nações.

Ao pensar o contexto francês, François Dosse (2001), François Furet (1980) e Guy Bourdê e Hervé Martin (1990) também problematizaram a maneira segundo a qual, durante o século XIX, foi fomentada uma nova percepção do que seria a história, bem como do papel central que esta deveria ocupar na construção daquela nação. Foi neste contexto que a disciplina ganhou *status* de ciência, adentrou às

Universidades e foi incluída como componente curricular indispensável à formação básica dos *filhos da pátria*.

No Brasil, a questão nacional enquanto objeto de estudo já instigou vários pesquisadores e continua a inquietar e produzir novas discussões. A maioria desses estudos, tantos os clássicos quanto os mais recentes, giram em torno de uma questão comum: que mecanismos e estratégias foram empregados a ponto de se criar uma coerência, um sentimento de pertença à diversidade tão grande de povos que constitui o país, de maneira a se construir a brasilidade.⁵

Todavia, diferente do que aconteceu na França, o espaço primordial da produção desse saber historiográfico não foi legado às Universidades, as quais só seriam criadas no país por volta da década de 1930, mas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas “filiais”, que deveriam ser fundadas nas províncias (estados).

A criação do IHGB em 1838 reflete, assim, o processo de formação e consolidação do estado nacional brasileiro, no qual os “letrados” vinculados àquela Instituição seriam responsáveis pela escrita da História do Brasil, de maneira a explicar sua gênese e conferir vida e sentido a uma epopeia que primasse pela homogeneidade, pelos traços comuns que pudessem unir todos os indivíduos sob a alcunha de brasileiros, “esquecendo” certos conflitos e singularidades que comprometessem o conjunto, a unidade da obra. Afinal, conforme acentuou Ernest Renan, “a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas.” (RENAN *apud* ANDERSON, 2005: 32).

Segundo Margarida Dias, ao abordar a questão da homogeneidade nessas narrativas, a partir da história produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano para o estado da Paraíba:

Essa inexistência de cortes brutos é por demais importante porque é a característica principal dessa historiografia. Sem rupturas externas em relação à antiga Metrópole, nem internas com relação às disparidades sociais e regionais, coerente com um processo histórico pintado como uma evolução constante e contínua para o aperfeiçoamento. (DIAS, 1996: 12)

Na tessitura da nação brasileira, estava claro, portanto, que um dos grandes desafios era conseguir homogeneizar, frente a sua

multiplicidade gigantesca de especificidades, as diversidades presentes num território de extensão continental. É neste contexto que estariam inclusos os Institutos Históricos e Geográficos provinciais/estaduais, responsáveis por coletar dados, informações e documentos que enriquecessem e dessem unidade à obra nacional, de maneira que a soma das partes resultasse num todo coerente.

Em linhas gerais, os IHG's provinciais/estaduais seguiram as diretrizes recomendadas no projeto elaborado pela *intelligentsia* do IHGB, mas com alguns deslocamentos nesse processo. A construção de identidades regionais, levadas a cabo pelos Institutos “locais”, é um dos exemplos desse deslocamento, fugindo em certa medida, à lógica pretendida pelos ideólogos da nação brasileira, cuja tarefa atribuída a eles seria basicamente coletar documentos que a edificassem. Assim, no enfrentamento da questão nacional, buscou-se elucidar as especificidades de cada localidade, com vistas a apresentar como cada ente federativo da república recém instituída contribuiria à formação da brasilidade. Mas não somente isto. A coleta documental foi seguida da empreitada histórica local, com vistas a criar também imagens, representações sobre si que singularizassem essas espacialidades, uma vez que a nação brasileira era constituída de estados autônomos. Todavia, o sentimento de pertencimento comum, consubstanciado na expressão *ser brasileiro*, deveria elevar-se além da simples soma das partes, uma vez que seria esse sentimento, o fator que homogeneizaria tantas especificidades.

A identidade potiguar: apontamentos pertinentes

Apesar de muito referenciada, não há muitos trabalhos sobre a temática da identidade potiguar. Ela, conforme discutimos anteriormente, é apresentada geralmente como algo auto-evidente, naturalizada. Uma exceção é a monografia de final de curso de Vitória Mônica de Andrade Carvalho (2008), intitulada *O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877 – 1898)*. Defendida no Departamento de História/UFRN, nesse trabalho ela procurou analisar como a historiografia norte-rio-grandense produzida antes da criação do Instituto Histórico e Geográfico do estado (IHG/RN) em 1902 buscava representar o potiguar.

Natural do interior do estado, ao situar relevância do tema pesquisado, Carvalho (2008) relata a quase inexistência de estudos acerca da identidade potiguar. Segundo ela,

O desejo de realizar uma abordagem histórica a respeito da *identidade* norte-rio-grandense advém principalmente de motivações pessoais. Venho de uma cidade que vive do seu passado, na região potiguar do Sertão Central Cabugi (Caiçara do Rio dos Ventos), e me inquietou o fato de ninguém, que veio a me conhecer, ter noção sobre o interior do estado ou mesmo o caráter fragmentário em que este é pensado, no que se refere à identificação espacial. (*Op. cit.*, 12. *Grifos da autora*).

Consideramos que esse silêncio, qual seja, a ausência de pesquisas sobre a temática da identidade potiguar no campo historiográfico, não é tão “silencioso” o quanto se imagina *a priori*. Sua vacância diz muito e o silêncio é também, uma fala. Isto aparece na própria escritura da autora, quando explicita as motivações de ordem mais pessoal que a levaram a pesquisar sobre a questão.

Essa visão fragmentária do espaço norte-rio-grandense, que a autora aponta como motivadora de suas inquietações iniciais, não é fenômeno recente. No exercício de pensar como se deu o processo de formação e povoamento da capitania, depois província do Rio Grande do Norte, a questão da descentralização e da formação de núcleos regionais autônomos, que praticamente não se comunicavam, encontra-se recorrente em vários discursos dos presidentes de província, destinados à assembléia provincial, sendo também apontadas nas histórias sobre o estado produzidas por Tavares de Lyra (2008), Rocha Pombo (1922) e Câmara Cascudo (1984; 1999).

A construção de discursos identitários regionais independentes e bastante tradicionais no estado é revelador do caráter fragmentário em que se deu seu processo de colonização e povoamento “branco”, no qual a ausência de projeção do centro administrativo sobre o interior foi sempre reclamada pelas elites locais. Durante mais de três séculos, as críticas davam conta da ausência de “vasos comunicantes” entre Natal e o interior, fazendo com que a capital não assumisse o papel “natural” esperado dela, qual seja, atuar como centro intelectual e econômico irradiador da capitania, depois província, e por fim, estado do Rio Grande do Norte.

Enquanto isto, a província era representada na metáfora de “um corpo sem cabeça”, e a capital referenciada por sua “pequenez” e pouca expressividade frente as suas “irmãs”, sentimento traduzido na expressão irônica “Natal, não há tal”, que incomodava em demasia as elites provinciais/estaduais.

Situa-se neste ponto uma das hipóteses da presente pesquisa: a emergência de núcleos praticamente autônomos no interior da capitania/província do Rio Grande, aliada a dificuldade de comunicação entre eles, tornou difícil a emergência de um discurso identitário homogeneizador, apesar de tentadas várias iniciativas neste sentido. Assim, acabou por se constituir no estado três núcleos regionais independentes entre si: o litoral com Natal, o oeste com Mossoró e o Seridó, capitaneado por Caicó. Cada um deles construiu representações sobre si, mas no tocante a constituição de uma identidade para o estado, as tentativas parecem ter encontrado sempre a concorrência da diversidade de projetos e pouco consenso sobre o que melhor lhe representaria.

Por outro lado, apesar de grande parte desses projetos identitários serem pensados a partir de Natal, sede administrativa da província, sua posição “acanhada”, “dorminhoca”, “cidade só no nome” durante três séculos, sitiada entre o rio, o mar e as dunas, não tornava efetiva sua proeminência no cenário sócio-econômico na província, tendo inclusive questionada em momentos vários, a condição de capital. A ela que supostamente caberia encetar a *potiguaridade* e comunicá-la as demais regiões provinciais; porém isolada pela natureza, sem vasos comunicantes com o interior e estagnada economicamente, atraía mais inquietações do que inspirava as elites econômicas, políticas e intelectuais do Rio Grande do Norte, que não raro, se imiscuíam.

Na literatura corrente que discute identidades espaciais, se tornou comum a emergência de discursos que situam a fragmentação dos referenciais identitários locais, sobretudo, na intensificação do processo de globalização, na chamada era pós-moderna ou pós-industrial. Neste contexto, enquanto a reclamação mais corrente é a da perda das identidades espaciais, sobretudo das identidades nacionais e/ou regionais, provocada pelo descentramento dos sujeitos (BAUMAN, 2005; HALL, 2002), que teriam passado a assumir identidades múltiplas (gênero, etnia, religião, sexualidade, política, etc.); no Rio Grande do Norte, entretanto, a presente pesquisa busca investigar uma especificidade: a de que nesta espacialidade, o debate sobre a “perda” da identidade local não se deu, necessariamente pela via do “descentramento dos sujeitos” na pós-modernidade, fragmentando ou minando a importância das identidades espaciais.

A presente pesquisa não envereda por esse caminho. Mesmo não desconsiderando os efeitos da globalização no cenário local, não é nosso intuito principal investigá-los no Rio Grande do Norte; mas perceber como ao longo tempo, a identidade potiguar tem sido referenciada como uma

questão em aberto, permeada pelo discurso da falta, que reclama da inexistência da potiguaridade, ou que estes não valorizam seus bens culturais, estando sempre abertos aos bens culturais do *outro*.

Neste sentido, buscamos investigar como, desde as três últimas décadas do século XIX, várias tentativas de inventar uma tradição para o potiguar foram elaboradas, mas parecem não ter se concretizado enquanto narrativa comum e não terem atingindo, portanto, os objetivos pretendidos, nem mesmo após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN. Em outras palavras, a *potiguaridade* não teria se construído. Parafrazeando Ernest Renan (*Apud* ANDERSON, 2008), era como se no balanço entre o que se deveria lembrar e o que deveria esquecer, ou se esqueceu ou se lembrou além do necessário.

Destarte, buscamos problematizar a maneira segundo a qual, no Rio Grande do Norte, vários projetos identitários, em momentos e por grupos sociais diversos, foram elaborados para essa espacialidade, mas nenhum deles parece, efetivamente, ter conseguido construir um discurso que conferisse liga, que em certa medida, criasse uma narrativa mais ou menos uniforme, persistindo discursos bastante fragmentados sobre ela, o que leva a questionamentos constantes sobre existência ou não dessa identidade espacial. Dito de outra forma, o interesse é perceber como ocorreram, no tempo e no espaço, os deslocamentos desses projetos.

Trazemos a baila estas ponderações porque durante a pesquisa, nas diversas vezes em que a apresentamos em fóruns acadêmicos, sobretudo no Rio Grande do Norte, a questão levantava polêmica e o interesse dos presentes. Estes, nas intervenções e comentários ao trabalho, adensavam o coro angustiado dos que afirmam “não existir identidade potiguar”, e que “no estado, as pessoas não valorizam a história e a cultura da terra”, muitas vezes tomadas por sinônimas, chegando a situações curiosas, a ponto de sermos indagados sobre “o que faríamos para resolver o problema e conferir identidade ao potiguar”.

Ressaltamos ainda que o recorte da pesquisa é antes temático que temporal. Ou seja, engloba contextos variados, buscando focalizar, sobretudo, a permanência das discussões sobre a identidade potiguar como algo em aberto. Destacamos também que este trabalho não se propõe investigar as especificidades que envolveram esses contextos, mesmos cientes de que cada um deles concentra em si elementos, questões pertinentes á época em que foram delineados. Para tanto, tomamos como referencial metodológico o estudo de Maria Arminda do Nascimento Arruda sobre a *Mitologia da mineiridade*:

Trabalhar com mitos políticos numa vasta escala temporal, como é o caso deste trabalho, implica em descurar os significados diferentes e renovados que brotaram das motivações particulares, porque resultam de contextos e problemáticas extremamente variados. Assim, os móveis das práticas, dos agentes sociais não são sempre os mesmos, pois se forjaram em situações sociais específicas. Por serem produtos e produtores da sua história, os homens permanecem inextricavelmente absorvidos pelas questões do seu tempo, fazendo com que suas ações se apresentem envoltas no véu que encobre cada momento. Como se sabe, as constelações míticas possuem a característica de atravessarem períodos históricos bastantes diversos, impondo o reconhecimento da persistência de questões não superadas. A introjeção dos mesmos princípios é sintoma de permanência, ainda que os móveis últimos dos atos nasçam, evidentemente, de situações novas. Por considerarmos a dimensão política da mineiridade, fomos compelidos a perder as nuances e os pontos de clivagem da história de Minas e do Brasil. Contudo, a mania de evocação de um certo passado não é também um modo de enfrentar os pontos de resistência da sociedade e, nessa medida, apreender um componente importante da nossa história? A consciência da fixação não será uma forma de superá-la? Reviver os ritos políticos de uma sociedade não será uma maneira de compreendê-la? Perceber a intromissão do passado em novas propostas não será um modo de captar as direções futuras? Por isso, as análises centradas nas grandes durações não se constituem sempre em estudos profundos ou de menor significado histórico. As estruturas não se transformam na mesma intensidade que o movimento feérico dos eventos. Noutra prisma de considerações, o movimento estrutural não possui igual intensidade nas diferentes sociedades e, principalmente, não é sempre idêntico nas várias etapas da história. Desse modo, refletir sobre as permanências é também pensar historicamente, enfocando-as sob o aspecto da extensão, ainda que perdendo, por certo, a riqueza dos detalhes. A história na sua essencialidade, enquanto criação exclusiva dos homens, define a condição da humanidade,

obrigando-a a sofrer a inviabilidade do retorno. E nesse sentido inclusivo a história é a permanência com a qual convivemos a cada momento, porque ocupa, ubiquamente, todos os nossos espaços. (ARRUDA, 1990:214-215)

A autora privilegia a categoria *mito* ao problematizar formas segundo as quais a *mineiridade* foi ensaiada, discutida e representada por atores sociais diversos, nos mais variados contextos da história mineira. Na presente pesquisa, mesmo que a noção de *mito* não seja norteadora das discussões que serão desenvolvidas, acreditamos que a maneira como a autora trabalhou a ideia de permanência, em recortes temporais longos, contribui para que do mesmo modo, possamos *perceber a intromissão do passado* em épocas distintas, na discussão sobre o que seria o potiguar, uma vez que compartilhamos da opinião de que *refletir sobre as permanências é também pensar historicamente*.

Seguindo as trilhas deixadas por ela, buscamos *descurar* a permanência, bem como os deslocamentos de significados que as representações (CHARTIER, 1990; 1991) sobre o potiguar têm sofrido em diferentes épocas, de maneira a problematizar como algumas delas, atribuídas a ele em momentos históricos afastados, se reatualizam nos discursos contemporâneos, numa espécie de imbricação temporal, denotando, dessa forma, a continuidade de certos processos.

É o caso, por exemplo, que se observa nas impressões deixadas por Antônio José de Melo e Souza⁶, em crônica publicada no ano de 1898, na Revista do Rio Grande do Norte, sob o título de *Vida potiguar* e republicada em 2007, pelo Sebo Vermelho, com o mesmo título. Nela, assinada com o pseudônimo de Polycarpo Feitosa, o autor refuta, com certa ironia, as impressões dos adventícios que segundo ele, nos anos finais do século XIX atracavam por estas plagas, e reclamavam do suposto bairrismo potiguar. Este na verdade, “Por índole, por educação ou pelo que for, não há alguém mais apreciador do que é de fora, pessoa ou coisa estrangeira, e, como conseqüência (?) mais depreciador do que é da terra, que ele.” (FEITOSA, 2007: 31).

Sem desconsiderar as especificidades do contexto no qual Polycarpo Feitosa fomentou estas reflexões, é interessante pensar como a ideia da sedução do potiguar ao outro, ao que vem de fora, presente na sua descrição do norte-rio-grandense, tem sido reiterada em temporalidades distintas e por atores sociais diversos; conforme evidenciam depoimentos explicitados no decorrer do trabalho. É por isso que captar a *introjeção dos*

mesmos princípios em recortes temporais distintos serve, conforme sugere Arruda (1990: 214), para perceber a riqueza de possibilidades que o estudo das permanências pode trazer à historiografia, *ainda que os móveis últimos dos atos nasçam, evidentemente, de situações novas*. Ou seja, mesmo que numa problematização mais geral desses fenômenos, se perca o foco das cores específicas que pintam de tons variados cada um desses contextos, isto não a invalida e nem a inviabiliza.

É neste sentido que o recorte da pesquisa é antes temático que temporal. Ou seja, por meio da temática, percorre uma longa temporalidade, embora sem o objetivo de contextualizar cada um desses tempos históricos, visto que o que se busca é problematizar e explicitar as reapropriações da ideia fundante de uma identidade potiguar pela sua inexistência. Dito de outra maneira, o não-lugar de uma identidade.

Cientes das diferenças de propósitos e intenções que envolvem a publicação de um artigo num jornal impresso na atualidade, um texto publicado em um *blog* na rede mundial de computadores e uma crônica veiculada, por exemplo, na Revista do Rio Grande do Norte, em 1898, ainda assim não estabelecemos hierarquização entre esses discursos no que concerne a importância de cada um para a pesquisa. Sabedores de que suas produções revelam especificidades dos seus contextos de produção, e ainda que o diálogo entre eles só é possível devido a mediação do historiador, acreditamos que o fato de trazerem consigo uma preocupação comum, qual seja, discutir a suposta inexistência de uma identidade potiguar, revela a necessidade de problematizarmos os significados dessas permanências, as quais têm enfrentado a aurora e o ocaso dos dias de hoje e de outrora.

É válido ressaltar que a pesquisa não objetiva identificar o “primeiro começo” ou recuar a uma busca “mítica das origens”, que segundo Bourdieu (2007), é um dos vícios mais caros aos historiadores desde Michelet, geralmente afeitos ao que chama de “linguagem metafórica” e desconfiados em demasia dos conceitos na construção de narrativas explicativas.

Ao recuar no tempo, a questão de centro não é identificar o primeiro debate que se estabeleceu em torno da identidade potiguar; mas perceber projetos concorrentes e como tem se dado os deslocamentos (HARTOG, 1999; 2004) na maneira segundo a qual essa identidade tem sido imaginada (ANDERSON, 2008), representada (CHARTIER, 1990; 1991), mantendo em contextos diferenciados, a problemática do *ser que não é*,

seduzido pelo que vem de fora de suas fronteiras. Em outras palavras, buscamos perceber como em momentos diversos, para projetos também diversos, a identidade potiguar foi referenciada como um problema, um projeto inconcluso.

Portanto, ao recuarmos ao contexto de gestação dos debates acerca da identidade espacial norte-rio-grandense, não significa ceder ou deixar-se seduzir pelo encanto das “origens míticas”. Significa antes, atentar para os embates e debates que a temática tem suscitado desde o ocaso do século XIX, quando historiadores diletantes, políticos, cronistas, poetas e profissionais liberais se inquietaram a perguntar o que era *ser* norte-rio-grandense e propuseram respostas a questão.

Ao refletir sobre uma experiência pessoal, o fato de ter duas identidades espaciais – polonês e inglês – e ao mesmo tempo, não se definir exatamente por nenhuma delas, uma vez que na Inglaterra, apesar de naturalizado, isto não lhe negava a condições de estrangeiro, e na Polônia, havia sido privado da identidade polonesa, tendo sua nacionalidade negada e “convidado” a retirar-se daquele país, Zygmunt Bauman acentua que dificilmente a busca por uma identidade movimentará aqueles que se sintam “pertencentes” a uma comunidade ou grupos de interesse comum:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tocada. (BAUMAN, 2005: 17-18).

A reflexão deste teórico nos remete à problemática ora delineada. Talvez por desconfiar ou não se imaginarem pertencentes a uma comunidade é que a identidade potiguar é tão reclamada, dita espaço vazio. Assim, nas representações enunciadas, construídas em seu nome, coloca-se sempre a necessidade de comunicá-las aos naturais dessa espacialidade, para que possam enfim, se apropriarem delas.

Para Bauman, a identidade como um problema central nas ciências humanas só veio alvorecer nas últimas décadas do século XX, sendo concebida antes como elemento secundário às transformações que se operavam em sociedade. Ela passa a “assunto da moda” quando as identidades espaciais, até então pouco questionadas, naturalizadas como se fossem uma questão subjacente a todo indivíduo, passam a sofrer “descentramentos”, ocasionando certo desconforto entre aqueles que, descentrados, buscam outras formas de pertencimento. Assim, “Quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer 'natural', predeterminada e inegociável, a 'identificação' se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um 'nós' a que possam pedir acesso.” (*Op. cit.*, 30. *Grifo do autor*).

Todavia, para que ocorra esse descentramento e, conseqüentemente, a busca por novas comunidades de pertencimento, a condição necessária é que a comunidade descentrada existisse enquanto comunidade imaginada, que se percebesse como partícipe e compartilhadora de determinadas formas de *ser* e *estar* no mundo. Haveria um sentimento de pertencimento mútuo vinculando esses indivíduos a comunidades de referência.

No caso em tela, qual seja a identidade potiguar, partimos da percepção de que por uma série de fatores, esse sentimento de pertencimento, de partilhamento comum, de certa maneira de *ser* e *estar* no mundo, acabou não se constituindo no Rio Grande do Norte, apesar dos vários projetos identitários que se colocaram a este serviço desde as últimas três décadas do século XIX, quando emergiram as primeiras narrativas históricas sobre esta espacialidade, com vistas a responder às seguintes questões: quem era o povo que a habitava e que elementos a caracterizava?

Situando-se teoricamente dentro da história social da cultura, conforme propõe Roger Chartier (1990), categorias como *representação* (CHARTIER, 1990) *apropriação*, *táticas* e *estratégias* (CERTEAU, 1999), *fronteira* e *alteridade* (HARTOG, 1999), bem como a noção de *identidade* (BAUMAN, 2005; HALL, 2002) são centrais na tentativa de captarmos parte das nuances que envolvem a imaginação (ANDERSON, 2008) e representação dessa identidade enquanto espaço fluído, em constante processo de deslocamento, movimentado pelos projetos e desejos variados que a entrecortam.

No presente trabalho, as reflexões de Haroldo Loguercio Carvalho, partindo da proposição de Castels, que propunha “uma distinção entre as

formas e origens da construção da identidade, as quais se relacionam com momentos específicos da própria construção das idéias de nação” (2005: 176) também foram relevantes para pensarmos a identidade espacial ora problematizada. Carvalho, que trata de questões como soberania e identidade, na busca de integração do Cone Sul, apresenta um esquema sintético, mas bastante elucidativo à discussão identitária:

A primeira forma de identidade é aquela que surge com a afirmação do próprio Estado-nação, sendo, portanto, uma identidade legitimadora, uma vez que “induzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”.

A segunda identidade seria a da resistência, pois tem como origem os atores que se encontram em posições ou em condições desvalorizadas, ou, mesmo, estigmatizadas pelo próprio processo de dominação. Teríamos, nessa ordem, o processo que resultou da construção dos Estados nacionais logo após as guerras de independência e as resistências que foram se acumulando ao longo dos anos, as quais, em alguns Estados já estariam em parte resolvidas, ao passo que, em outros, ainda seriam responsáveis para criar instabilidades.

Por fim, teríamos a identidade de projeto, que se caracterizaria quando atores sociais, fazendo uso de qualquer tipo de elemento cultural, constroem uma nova identidade, capaz de redefinir sua posição, seja na sociedade, em se tratando de um olhar para dentro do Estado, quando confrontadas com perspectivas diferenciadas de inserção numa ordem mundial na qual não possuíam significação. (CARVALHO, 2005: 176-177).

A pesquisa abarca, basicamente, fontes escritas, produzidas em contextos diversos e de natureza bastante variada, como o relatório final do Patrimônio Imaterial Potiguar, referenciado no início dessa Introdução, falas de presidentes de província, entrevistas, crônicas, palestras e ensaios publicados tanto na *internet* (sítios, *blogs* e comunidades de relacionamento virtual), quanto em jornais e revistas. Há também vários títulos que ocupam neste uma função dupla: fonte e referência bibliográfica. É o caso das primeiras histórias produzidas sobre esta espacialidade (Ferreira Nobre (1877), Tavares de Lyra (2008⁷), Rocha Pombo (1922) e

Câmara Cascudo (1984⁸; 1999⁹) e várias obras que versam a respeito da presença estadunidense no estado, em meados da década de 1940.

No diálogo com as fontes, conforme salientado, não estabelecemos hierarquizações entre elas. Assim, é relevante tanto uma obra historiográfica clássica referente ao estado, quanto um texto que remeta à temática, publicado em um *blog*, na rede mundial de computadores. A questão central não é a “qualidade” do discurso, mas sua permanência.

Ainda no tocante à metodologia, trabalhamos com análise de discursos, seguindo as trilhas deixadas por Roger Chartier (1990; 1991), no sentido de evitar a dicotomia falso/verdadeiro ou hierarquizações entre eles, na certeza de que as representações discursivas também constroem, apresentam realidades.

Desta forma, buscamos identificar o lugar social desses discursos, e a exemplo do que sugere José D'Assunção Barros, percebê-los em duas dimensões básicas e concomitantes: “objeto de significação” e “objeto de comunicação”:

A tentativa de avaliar o texto na sua primeira dimensão, a de 'objeto de significação', gera a análise interna ou estrutural do texto (que pode ser empreendida por aportes teóricos e metodológicos diferenciados, sendo a semiótica uma das possibilidades). Já a avaliação do texto como 'objeto de comunicação' implica na análise externa do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. (BARROS, 2004: 136).

Neste sentido, procuramos centrar nossas percepções sobre a carga de continuidade que expressam esses discursos, ou seja, na maneira segundo a qual a *potiguaridade* se apresenta neles como problema em aberto.

Partir do contexto contemporâneo e recuar no tempo, buscando entender como se deu a formação da capitania do Rio Grande e de que maneira foram imaginadas as primeiras narrativas sobre essa espacialidade contribui para que possamos problematizar, captar nuances intrínsecas aos projetos de identidades direcionados ao norte-rio-grandense desde o ocaso do século XIX. Neste sentido, a organização da dissertação reflete o percurso da pesquisa.

No primeiro capítulo, *Potiguar, uma identidade a espera de invenção?*, procuramos situar os debates contemporâneos concernentes a

esta identidade espacial, destacando deslocamentos nas suas representações.

O segundo capítulo, *Entre a modernidade sonhada e a modernidade vivida: a capital encontra seu porvir auspicioso?*, traça um paralelo entre as representações da capital potiguar antes da presença estadunidense no estado, na primeira década do século XX e depois, ocorrida em meados da década de 1940.

Em *Guerrear e povoar*, terceiro capítulo, historiamos o processo conflituoso que significou a posse e ocupação portuguesa na capitania do Rio Grande até a fundação do primeiro núcleo populacional branco, destacando a resistência indígena, e, por fim, a maneira como alguns desses eventos foram apropriados depois pela historiografia local.

No quarto capítulo, *Afugentando silêncios: a emergência dos debates acerca da identidade espacial norte-rio-grandense*, buscamos analisar a dificuldade que Natal, sede administrativa da capitania, depois província do Rio Grande do Norte, teve em fazer valer sua proeminência para o interior dessa espacialidade, bem como projetos identitários presentes nas primeiras narrativas históricas sobre a referida província.

Por fim, nas *Considerações Finais*, voltamos ao contexto hodierno e retomamos algumas questões concernentes ao relatório final do subprojeto Patrimônio Imaterial Potiguar, situando-o frente à emergência de outros projetos identitários encetados para a espacialidade norte-rio-grandense. Apresentamos ainda nossas percepções frente às falas que situam a identidade potiguar no campo da dúvida, da inexistência.

NOTAS

¹ O relatório final do subprojeto Patrimônio Imaterial constitui-se num documento de 1014 (mil e quatorze) páginas, em que o percurso da proposição do projeto, a metodologia utilizada durante sua realização e os resultados alcançados durante o inventário do Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Norte estão registrados.

² Destacamos aqui, dois trabalhos que problematizam a maneira segundo a qual o espaço tem sido pensado histórica e conceitualmente ao longo do tempo: SANTOS (2002) e WERTHEIM (2001).

³ A respeito da identidade seridoense, ver: MACEDO (2005) e sobre a identidade mossoroense, consultar FELIPE (2001).

⁴ Anderson fez alguns acréscimos na reedição de *Comunidades imaginadas*, publicada no Brasil em 2008, mas o cerne da discussão trazida na primeira edição, segundo o autor, não foi alterado.

⁵ Sobre a temática da nação brasileira, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas* In ____ Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. (p. 223-268); DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986; DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983; GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*: caminhos da historiografia. Rio de Janeiro, n.1, 1998, p. 5-27; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984; MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. UNESP; Moderna, 1997. MORAIS, Antônio Carlos Robert: *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005; ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994; RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁶ Antônio José de Melo e Souza, conhecido também pelo pseudônimo Polycarpo Feitosa, com que assinava alguns de seus textos, teve vida política e cultural intensa no Rio Grande do Norte. Foi deputado e senador, governou o estado em duas oportunidades e também atuou como Procurador da República, além de sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico/RN, escritor, jornalista, poeta, historiador, contista e romancista.

⁷ Publicada pela primeira vez em 1921.

⁸ Publicada inicialmente em 1955.

⁹ A primeira publicação data de 1947.

_capítulo 01



POTIGUAR, UMA IDENTIDADE
A ESPERA DE INVENÇÃO?

No Ceará, não há muita diferença, em termos de produtos culturais, do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, mas o cearense se afirma enquanto cearense: no humor, na música, você encontra grandes nomes a nível nacional. Na Paraíba há um cuidado com a sua produção, no Rio Grande do Norte isso não é percebido.

(Josimey Costa).

Entre a ausência declarada e a presença reclamada

Ele é motivador de artigos apaixonados em tom de angústia, escritos em jornais e *blogs* do Rio Grande do Norte; é debatido em redes sociais como o *Orkut*; faz-se presente em relatos amargurados da classe artística local, num misto de reclame e revolta de quem não vê seu talento/trabalho reconhecido por seus “patricios”; é tema cativo em discussões dos mais diversos matizes na academia, inclusive na Universidade; e também é debatido nos botecos da cidade. Mas, apesar de bastante comentado, uma percepção corrente entre os diversos atores sociais que o discutem é a de que, contraditoriamente, figura tão ilustre é de existência duvidosa. Trata-se do potiguar.

São vários os autores/atores sociais a relatar sua suposta inexistência, e assim, o potiguar ganha vida, constituindo-se numa espécie de arremedo de obra ficcional, na qual ele, o protagonista do enredo, não tem cara nem definição certas. Seria uma ausência declarada, ou ainda, uma presença reclamada.

Para a pergunta o que é *ser potiguar*, há muitas respostas ou uma só, inquietante para quem a profere e igualmente provocadora para quem a escuta: o potiguar não existe! Em outras palavras, essas percepções enunciam uma identidade que seria “alienígena”, sempre seduzida pelo feitiço ao outro, por aquilo que vem de fora, não valorizando a *produção da terra*... E, neste ponto, as comparações com outras plagas saltam nas falas enunciadas, como algo quase inevitável, conforme se denota no depoimento de Josimey Costa da Silva ao se debruçar sobre a questão:

Conversei com pessoas comuns e estudiosos, e cheguei à conclusão que Natal é uma cidade que não tem uma identidade cultural forte. Se você pergunta qual é o produto cultural genuinamente natalense, você terá muita dificuldade de identificar. Você pode

dizer assim: “Diga um exemplo de um produto cultural genuinamente baiano: axé, acarajé (um deles), baiana”. Vai para Minas Gerais: o pão de queijo de Minas, um tipo de música que é bem característico da música caipira mineira, lembra a de São Paulo, mas você identifica: “Ah, veio de Minas”, e se você pensar mais contemporaneamente, tem o Clube da Esquina, pessoal que toca uma música que você diz: “Esse pessoal é de Minas”, Skank é de Minas. No Rio Grande do Sul você encontra isso, alguns estados do Brasil têm essa característica forte. Vai para São Paulo, você tem as coisas que são de São Paulo e é uma cidade que poderia não ter identidade nenhuma cultural, porque ela tem todas, mas tem uma coisa que você diz que só podia ser paulista mesmo. No Ceará, não há muita diferença, em termos de produtos culturais, do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, mas o cearense se afirma enquanto cearense: no humor, na música, você encontra grandes nomes a nível nacional. Na Paraíba há um cuidado com a sua produção, no Rio Grande do Norte isso não é percebido. (APRENDIZ DE JORNALISTA, 2006A).

De imediato, das tantas questões que saltam aos olhos depois desse depoimento, gostaríamos de nos deter aqui em três elementos: primeiro, a ideia da ausência de um “produto cultural genuinamente natalense”; depois, a percepção de que uma identidade natalense, se existisse, poderia ser tomada como identidade do Rio Grande do Norte, conforme se denota no fechamento do raciocínio da entrevistada, refletindo a ideia de que, por ser a capital, Natal poderia expressar essa identidade de maneira mais acabada, elaborada; e, por fim, que seriam espaços vazios, devido à ausência de identidades hegemônicas que resumam a “essência” do potiguar, conforme se explicita na comparação com outras realidades (estados).

As espacialidades citadas, a saber, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Paraíba... teriam construído marcas próprias, representações que, apesar do mimetismo, do forte intercâmbio cultural entre os entes federativos do país, ainda assim os definiriam, os diferenciariam enquanto tais, estabelecendo relações de alteridade perceptíveis entre o *eu* e o *outro*, a despeito do laço comum de brasilidade que os unia.

Interessante aqui destacar a relação estabelecida por François Hartog (1999, 2004) entre fronteira, alteridade e identidade. Para ele, a fronteira se apresenta como algo fluído, maleável. Ela não remete à fixidez, é passível de *deslizamentos*, tanto no espaço físico quanto no simbólico, qual seja, nas representações operadas sobre o espaço. A fronteira é cultural, política e também física, separa ao mesmo tempo em que aproxima um “*aquém*” de um “*além*”. Todavia, mesmo fluída, ela estará sempre a cumprir sua finalidade¹, qual seja, será sempre a fronteira aquilo que compara, delimita, diferencia, contrapõe.

Tomando de empréstimo assertivas de Hartog sobre alteridade, consideramos ser ela ponto de partida à construção de representações e por meio destas, identidades, uma espécie de consciência de que há *outros* diferentes de *nós*, e que esse *nós* se dá a partir da ideia de identificação, de pertencimento mútuo. Todavia, como ficaria a identidade potiguar submetida a tal assertiva? Por estar sempre “aberto” ao *outro* que deveria ser supostamente seu parâmetro de comparação – um *eu* em contraposição ao *outro* – onde se estabeleceria, então, a alteridade? Ela não existiria? Se o potiguar deseja ser o *outro*, quando deveria ser *ele*, é porque não haveria um *eu* com quem estabelecer essa mediação, haja vista que o *outro* é, e *ele*, não?

A nosso ver, a relação de alteridade reside exatamente neste ponto. Mesmo desconfiado de que *não* é, ao estabelecer diferença com os outros que *são*, o potiguar assumiria assim, mesmo que com certo reclame e desconforto, sua identidade: *e/le* é o ser que *não* é. Nas palavras de Hartog, “Dizer o outro, enfim, é muito evidentemente uma forma de falar de nós” (p. 1999: 365).

Motivada pela constância das incertezas, a entrevistada relata ter dado prosseguimento às investigações sobre a temática, e, nas respostas colhidas, tanto de especialistas como de “pessoas comuns”, eram recorrentes as percepções de que o potiguar não existe, ou melhor, de que este efetivamente não possui uma identidade; seu estigma de “vítima da inconsistência” apresentava-se latente, na voz dos especialistas que esboçavam explicações para essa peculiaridade incômoda.

[...] antes das capitânicas hereditárias, Natal tinha um grande número de franceses; vieram os portugueses e os expulsaram, o problema é que os índios já estavam habituados com os franceses; depois, vem os holandeses e expulsam os portugueses e logo depois aqueles são expulsos pelos portugueses. Com o regime das capitânicas ganhamos um capitão que não

era daqui, mas [de] Pernambuco; éramos uma capitânia agregada. Quando começamos realmente a ter uma paz cultural, chegam os americanos. Segundo Cascudo, vieram dez mil soldados americanos para uma população de cinquenta e cinco mil pessoas, foi um impacto muito grande. Os americanos trouxeram suas comidas, seu visual, seus hábitos, colocaram cinema, enfim toda sua cultura para a nossa cidade; quando eles chegaram Natal não tinha sequer rádio e sim o difusor que era uma pessoa que saía distribuindo alto-falantes pelos postes e transmitia o que queria. Natal era uma cidade de interior no litoral e quando menos se espera surge rádio, cinema, grandes artistas. O cotidiano norte-americano é trazido para Natal com uma forte imagem de povo dominante, cultura rica, que o pessoal da província ouvia falar dos artistas e que quando os americanos vieram, trouxeram esses artistas. Pelo sim, pelo não esses fatos acontecidos na cultura de Natal, ao que parece, transformou Natal numa cidade permeável culturalmente. Nós não temos muita resistência a coisas que vêm de fora, pelo contrário, aceitamos com muita facilidade, talvez porque não tenhamos identidade ou porque tenhamos construído a nossa identidade exatamente dessa mistura. Na verdade, o que nós somos é esse desapego, que tem um lado ruim: deixar escapar a nossa cultura pelo ralo, tendo, então, uma produção característica nossa com muita dificuldade de sobreviver, por outro lado isso permite que nós possamos ter contato com tanta [coisa] que termina por ampliar a nossa visão de mundo e quem vem de fora para Natal sempre diz isto: “Natal tem um clima, é pequena mas parece uma cidade grande”. Natal parece com o Rio de Janeiro, tem aquele aspecto cosmopolita em termos de espírito de alegria. O litoral abre o espírito, como disse Woden Madruga, porque é aberto à saída e à entrada, então o que é muito aberto tanto deixa entrar quanto sair, pode ser essa explicação para o fato do natalense não ter muito apreço pelos seus filhos produtores: o natalense aprecia tudo. Isso é injusto com quem produz aqui? É. Porém isso permite que o natalense não se feche no xenofobismo. (APRENDIZ DE JORNALISTA, 2006A. *Grifos nossos*).

O depoimento é rico em sentidos e contradições. A existência do Rio Grande do Norte é apontada antes mesmo das capitânicas hereditárias e sua identidade é, desde então, não ter identidade. Dominado pelo movimento, tem se apropriado dos modos de ser de outros povos, das gentes que vêm de fora desde a colonização. O norte-rio-grandense seria mistura e, portanto, não teria criado valores genuínos. Ao invés disso, perdeu-os no fluxo, na penetração constante de suas fronteiras. Assim, enquanto os outros, os não-potiguares, situados do outro lado da fronteira, aparentam homogeneidade em ser o que são, os norte-rio-grandenses lamentam-se do ser que não são.

A partir de comparações com o outro, isto é, de relações de alteridade, estabelece-se o estigma da ausência: os pernambucanos são amantes incondicionais de seus valores, dos seus bens culturais; os cearenses são engraçados, têm no humor e na música suas marcas identitárias, capazes de produzir grandes nomes no cenário artístico nacional; os paraibanos são ciosos de suas produções e fechados ao estranho, veem os estrangeiros com desconfiança... Mas e o potiguar? Seria esse desapego, esse desamor a si mesmo, essa indefinição, essa ausência de identificação, esse espaço sempre aberto ao adventício, ao estrangeiro? Assim, é na leitura de *si* em contraposição aos *outros* que a identidade potiguar – ou a ausência dela – vai sendo mapeada, circunscrita nas falas dos interlocutores.

Interessante notar, mais uma vez, as ambivalências na fala que Josimey C. da Silva nos apresenta. Ao mesmo tempo em que acentua a inexistência de representações que definam a identidade em questão, pondera, trazendo à baila outros elementos, a exemplo de uma suposta tradição cosmopolita que se construía nessa espacialidade.

Na digressão historiográfica que constrói, com vistas a embasar sua argumentação, quando chega ao contexto da presença estadunidense² no estado, estes são apontados como os responsáveis pela perturbação de “nossa paz cultural”, ou seja, quando o potiguar finalmente parecia destinado a mostrar sua cara, na eminência de encontrar seu porvir, a presença estrangeira vem abortar esse processo.

E, no entanto, seria nesse momento que a capital, ainda com ares de cidade do interior, deixaria de lado a vestimenta de menina pudica e acanhada que a cobria, para assumir, ao menos na aparência, a postura de uma cidade moderna, disposta a negar qualquer atitude xenófoba, em nome de um suposto cosmopolitismo que, ressalva Silva, prefere cometer a

injustiça de sacrificar seus filhos produtores a se fechar aos encantos da fronteira.

É assim que se notam nesses discursos as relações de alteridade. Se a construção de identidades espaciais pressupõe que certos grupos de indivíduos vejam-se como portadores de características comuns, conferindo-lhes referenciais de pertencimento mútuo, o estabelecimento de diferenças a partir do outro não se faz menos importante.

Como é difícil ser potiguar

Ao se fomentar comparações com outras espacialidades, sob o argumento de que aquelas teriam criado representações menos insólitas e mais homogêneas sobre si, observa-se nas entrelinhas desse discurso a questão da origem, do mito fundador³, comum à emergência e legitimação de identidades espaciais, para as quais a narrativa historiográfica tem importância central no seu processo de construção, na invenção de tradições, utilizando expressão cara a Eric Hobsbawm (2002)⁴.

Deste modo, para os atores sociais que se lançam sobre o problema, cotejar as “essências” das identidades pernambucana, paraibana, mineira, paulista... talvez revelasse mais sobre o potiguar do que se imaginava *a priori*, posto que, no exercício do contraponto, poderiam, quem sabe, acentuar suas singularidades, seu quinhão de ser.

A pernambucanidade foi construída, em grande medida, calcada na ideia de que o sentimento nativista na colônia portuguesa teria aflorado primeiramente entre os pernambucanos, quando se contrapuseram e resistiram ao domínio holandês, sem contarem, inclusive, com a ajuda da Coroa lusitana, e até caminhando de encontro aos interesses desta⁵.

Na Paraíba, o enfoque foi a bravura e a coragem. Sob o lema *intrepida ab origine*, ou seja, “heroica desde os primórdios”, a paraibanidade foi edificada sob a tradição historiográfica oriunda do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, por meio da exaltação a um passado nobre e grandioso. A estratégia, para tanto, foi silenciar na sua narrativa histórica a posição subalterna que ocupava frente à capitania pernambucana⁶.

No caso de Minas Gerais, a mineiridade foi gestada a partir de narrativas que destacavam a saga do ouro, a tradição libertária e os mártires políticos de uma terra onde, segundo esses discursos, soube-se firmar

diálogo pertinente entre a mobilidade, a movimentação frequente da produção aurífera, com o jeito pacato e simples do homem vinculado ao meio rural, constituindo-se numa espécie de síntese da *brasilidade*⁷.

O bandeirante desbravador, por sua vez, foi alçado à figura central na construção da paulistanidade, sob a ideia de que seria o responsável, em larga medida, pela atual circunscrição territorial do país. Esse suposto pioneirismo é revisitado no contexto da industrialização paulista e difundido até aos dias atuais, presente em discursos que legam ao estado de São Paulo a destacada posição de locomotiva que alavanca(va) o desenvolvimento e a modernização do Brasil⁸.

Mas que tradição, então, poderia ser apontada ou atribuída ao potiguar? Qual a sua “marca”? Na narrativa de sua trajetória, onde estaria o tempo sem tempo, qual seja, o tempo mitológico, no qual momentos como presente, passado e futuro não fazem sentido, pois estão imiscuídos para produzir significados que não se prendem à lógica das narrativas historiográficas, mesmo que, em certa medida, sirva-se delas para serem gestados?

A partir da suposta *estrangeiridade*, a qual marcaria a história da capitania do Rio Grande desde sua criação, a tomar como exemplo o testemunho de Josimey C. da Silva, velhos discursos são reelaborados, enquanto novos são ensaiados, na busca por construir, desde tempos remotos, uma tradição de povo cosmopolita. Mas há, no entanto, quem negue qualquer postura cosmopolita ao potiguar, e enfatize mais seu caráter colonizado, sempre seduzido, encantado pelos valores do outro. Este fenômeno escorregadio, em constante processo de reelaboração, pode ser mapeado, circunscrito, nas falas e textos de personagens diversos:

“Isso é Natal, ninguém se dá muito mal, como dizem as pessoas quase sem sentir”⁹, diz a música. Capital do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, é uma cidade litorânea turística de porte médio, 656.037 habitantes¹⁰. Nos panfletos da indústria do turismo e até em livros de autores locais consagrados é vendida acriticamente como sendo uma cidade hospitaleira, cuja população recebe visitantes com os braços abertos. O artesanato local, nesses panfletos, não se diferencia dos demais produzidos em outros estados do Nordeste. O folclore também parece guardar grandes semelhanças como o do restante da região. E os modismos não demonstram encontrar maiores

resistências das tradições culturais locais para se difundirem.

Assim, Natal aparenta conter um “caldo de cultura” em reciclagem permanente. Demonstra estar aberta ao universal e parece desterritorializada exatamente por não apresentar uma identidade cultural fechada. Tais características podem refletir um desapego dos natalenses em relação a valores locais.

“É tão rica a nossa realidade cultural como qualquer outra; o que falta é a gente se voltar para ela”, afirma o dramaturgo Racine Santos, que vê pouco interesse dos natalenses em valorizar a sua própria cultura. É realmente difícil apresentar a expressão artística mais permanente e característica da cidade, o produto cultural contemporâneo de maior “originalidade” ou as grandes manifestações indicativas do orgulho natalense em favor de suas raízes. Há, na cidade, uma imagem de abertura ao novo, ao estrangeiro, que extrapola o fato disso ser característico de grupos sociais litorâneos.

O jornalista e professor Woden Madruga considera que esse espírito de abertura é muito antigo não só em Natal, mas em todo o Rio Grande do Norte: “nós tivemos o voto feminino, o primeiro da América Latina. Isso é fato importante. A primeira prefeita, a primeira vereadora, as primeiras campanhas. As próprias praias dão isso. O mar dá essa imaginação ao espírito do homem”.

No entanto, os ícones de ruptura produzem mudanças sensíveis, embora de intensidades variáveis, no processo cultural para toda e qualquer cidade. A presença norte-americana durante a Segunda Guerra, em Natal, se configura num “desvio” que poder ser localizado historicamente e que tem forte significado. (SILVA, 1998: 41-43).

Um texto e três falas que se aproximam e deslocam na representação do potiguar. Visto a partir da capital, seu *ethos* irradiar-se-ia pelo interior do estado em seu pioneirismo progressista, conforme sugere o depoimento do Woden Madruga. Racine Santos se juntou ao coro dos artistas locais, reclamando o reconhecimento *dessa gente que só se interessa pelas coisas que vêm fora...* A autora, então, atenta para a

especificidade da presença estadunidense nestas plagas: é daí que vem a tal modernidade e o suposto cosmopolitismo potiguar. Imagens ambivalentes que se cruzam e se afastam mutuamente mediante as aporias: como uma terra fadada ao estrangeirismo poderia criar raízes, como poderia inventar uma tradição para si?

O arquétipo que se origina, a partir desses discursos, é basicamente o seguinte: mesmo o Rio Grande do Norte pouco diferindo dos demais entes federativos que formam a região Nordeste, no tocante à cultura material – a exemplo do artesanato – e as manifestações da cultura imaterial (dança, música, costumes etc.), se estabeleceria, no entanto, um hiato que o afasta da chamada tradição cultural nordestina. O estado não seria uma espacialidade marcada pela tradição, mas lugar onde a cultura recicla-se permanentemente, por se não se fechar ao novo. E porque se recicla, não se repete; porque não se repete, não cria lastros de tradição.

Esse encantamento pelo novo, ao mesmo tempo em que dificultaria a emergência de uma representação para o potiguar, haja vista se encontrar em contínuo processo de mudança, em metamorfose permanente, constrói ambivalências: para alguns, seria ele um cosmopolita, para quem as fronteiras não teriam sentido algum, ou antes, atuariam como pontos de encontro, de contanto, ao invés de indicarem separação entre esta e as outras identidades; para outros, porém, essa representação não tem nenhum sentido. Isto fica evidente nas palavras de Plínio Sanderson Saldanha Monte¹¹, antropólogo, geógrafo, professor, poeta...

Acho que Natal é mesmo pedante, besta e equivocada. Faz-se um discurso de cidade moderninha, de Londres Nordeste, mas na verdade, as oligarquias continuam nos assolando. Somos uma sociedade fadada ao estupro cultural. Tudo que vem de fora, tudo que é alienígena nos seduz. A gente não pensa em qualidade, em o que é de relevância. Tudo que vem de fora para o Rio Grande do Norte sempre encheu os olhos da gente. Então essa pseudo-ideia de moderninha é equivocada. Nós não somos bairristas. Infelizmente, pelo contrário. Outrora, Othoniel Menezes vaticinou à “Jerimulândia” o carma do “pecado original de haver nascido na Esquina do continente”. (GURGEL, 2008)

Embora se contraponha a uma percepção cosmopolita do potiguar, fica evidente nas palavras de Plínio Sanderson Saldanha Monte a ideia de

que tudo que vem de fora o seduz, de que os espelhos, a imagem do outro o encanta em demasia e, assim, como resultados desses embates, duas imagens vão se delineando: por deixar de construir valores próprios e de valorizar o que é seu, o potiguar assumiria a condição de eterno colonizado, movido pelo feitiço do reflexo do espelho que só projeta para si a imagem do outro; e uma outra, que o representa como moderno, sem apegos ao passadismo nem a xenofobia, e que seria de sua aldeia, um cidadão do mundo, um cosmopolita.

Em artigo publicado em um dos jornais de grande circulação no estado, um leitor aborda a questão de como é *difícil ser potiguar*¹². Mesmo não tendo nascido no estado, relembra saudoso como se encantou por essa terra, sobretudo por Ponta Negra, quando esta era ainda uma praia acanhada, com suas “ruas de barro” e “mijadouros' fedidos”, quando a praia “parecia um trecho de nossa costa perdido com suas jangadinhas e barracas humildes e sujas”. Com um cenário desses,

Demorou um nada pra que eu me sentisse natalense e um pouco mais pra que descobrisse o potiguar pelo qual passaria a me definir. Em minhas andanças de militante estudantil tive a oportunidade de como potiguar visitar muitos estados de nosso país. Foi nessas viagens que comecei a perceber a dificuldade de ser potiguar. Em São Paulo, me chamavam de baiano; no Rio, de paraíba; em terras gaúchas eu era cearense. Até de capixaba me chamaram ao saber que era do Rio Grande do Norte que eu vinha. Mas nunca, nunca me chamaram de potiguar. (GIROTTO, 2007).

Mesmo identificando-se como potiguar, o sotaque sulista remanescente dos seus ancestrais italianos não se esvaiu de todo, relata, fazendo com que, ainda nos dias atuais, frequentemente, não seja reconhecido como tal no próprio estado que adotou como sua casa. Mas as mudanças pelas quais tem passado a capital nos últimos anos o assustam, desagradam e, se de um lado tem sua identidade questionada pelos nativos, ele mesmo já se não identifica tanto com a cidade, a exemplo do que ocorria outrora. Natal não é mais a cidade provinciana que o encantou:

Eu mesmo já não me identifico tanto com esta cidade. Não reconheço nela a ingênua cidade que me acolheu, nem reconhece ela, em mim, o ingênuo rapaz que aqui chegou numa data já distante. Os prédios estão muito grandes e os ventos mais escassos. A violência é uma perigosa imitação da

barbárie dos grandes centros urbanos do país. Eu não vou mais à praia, tanto quanto ia. Quão irônico que seja, é apenas na desfigurada e recolonizada Ponta Negra de hoje que sou reconhecido como potiguar. A Ponta Negra de hoje pertence aos italianos que não sofreram do mal da pobreza, diferente de meus bisavós que pra cá vieram fugindo da Grande Guerra e da miséria. Esses italianos de ascendência mais nobre que a minha me veem andar deslocado pelo território que agora lhes pertence. Como outrora os portugueses fizeram com os legítimos potiguares – os índios – meus distantes parentes apontam pra mim e dizem: Vejam, um nativo. Os olhos potiguares novamente brilham; estamos seduzidos por eles, como os índios estiveram por nossos ancestrais portugueses e holandeses. Pouca coisa mudou: as caravelas agora voam e os pentes e espelhos são chamados de Euros. No mais, já me sinto tão potiguar quanto antes. (GIROTTI, 2007).

Como se o ciclo apontado anteriormente por Josimey Costa da Silva se completasse, a saber, o estigma potiguar de subjugado e dominado por franceses, portugueses, holandeses, novamente os portugueses, pernambucanos e estadunidenses, agora, surgem os italianos, espanhóis, holandeses...

Numa postagem intitulada de *Invasões bárbaras* escrita em seu *blog*, o jornalista Ailton Medeiros posiciona-se frente às discussões sobre a instalação do *Grand Natal Golf*¹³, um megaempreendimento estrangeiro no litoral norte do estado, que tem enfrentado questionamentos de ambientalistas, do Ministério Público e de parcela da sociedade norte-riograndense.

Li, não lembro onde, que Clotilde Tavares (lembra dela?) ficou escandalizada com o *mega resort* que os espanhóis vão construir na Taba. Clotilde, cuja maior virtude é ser irmã do talentoso Bráudlio Tavares, sugeriu um movimento “apartidário” para expulsar os “estrangeiros” da Taba. Vou logo avisando que nessa guerra profana estou do lado dos gringos. Não vejo saída mais inteligente e sensata para civilizar os bárbaros que vivem à margem do Potengi que ceder de corpo e alma aos encantos do capitalismo. O que seria Nova York sem judeus e irlandeses? E São Paulo sem os italianos? Por favor, me inclua fora dessa

babaquice de que temos de preservar nossos bosques e nossas dunas, este discurso só interessa aos políticos cuja carreira é pautada na apologia da pobreza. A maioria das pessoas quer bem-estar, conforto, celular, computador, educação, saúde, internet, e o que a vida moderna possa oferecer de melhor. Quem tiver de saco cheio faça como Chapeuzinho Vermelho, vá passear na Floresta. Mas cuidado com o Lobo Mau. Minha torcida é para que Clotilde Tavares permaneça lá. Aqui em Ponta Negra, prefiro a companhia de espanhóis, noruegueses, franceses, dinamarqueses, suecos, americanos, russos, poloneses, chineses. O mundo virou uma aldeia global desde que um engraçado decidiu abandonar a vida entediante da caverna. Tem gente que não se conforma com isso. Prefere ver o mundo mergulhado nas trevas. (MEDEIROS, 2008).

O texto, a começar pelo título *Invasões bárbaras*, é marcado por ironias e evidencia o conteúdo da postagem, repleto de ambivalências. Numa contraposição evidente entre civilização e barbárie, tão recorrente na literatura ocidental, os bárbaros, ao menos dessa vez, não são os invasores, mas os nativos, os habitantes da *taba*, dessa *aldeia de índios*. A presença de investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, de gente estrangeira, seria, na verdade, um exercício civilizatório.

Na fala do jornalista, fazendo-se esforço enorme, extremo, para deixar de lado outras questões que cerceiam a *produção do espaço capitalista* (HARVEY, 2005), que, de certa forma, aparecem naturalizadas e até idealizadas pelo enunciante, duas representações do potiguar num cenário ambivalente vêm à tona: primeiro, a ideia de que são bárbaros, atrasados, precisam abrir suas fronteiras, civilizar-se; e a segunda é que a própria defesa que realiza da abertura das fronteiras ao outro, ao adventício, indicaria uma postura de não se fechar em si mesmo, portanto, cosmopolita, civilizada.

Embora originalmente não tenham sido concebidas dentro duma proposta de diálogo, as percepções de Angelo Giroto e Ailton Medeiros produzidas num mesmo contexto para uma temática comum – a presença de estrangeiros no estado – chamam a atenção, pois, a nosso ver, incorporam questões cuja ressonância ultrapassa a mera divergência de ponto de vistas, de concepções. Giroto, um adventício naturalizado, reclama das dificuldades de ser potiguar, sobretudo com as mudanças

significativas as quais têm sido operadas na capital do estado – pequena, acanhada, provinciana quando o acolheu –, que atualmente, reclama, se assemelha cada vez mais aos grandes centros urbanos, devido ao acentuado crescimento demográfico, lugar de violência, “terra do caos”, marcada pelo agravamento dos problemas sociais, resultantes desse crescimento desmedido, descontrolado.

A memória saudosa, nostálgica, recorda paisagens que não existem mais e revela contradições curiosas: ele, um adventício que outrora foi recebido de braços abertos, reclama da presença constante de estrangeiros, seus “distantes parentes”, modificando as paisagens da *urbe*; a outra é que é justamente na contraposição realizada frente a esses estrangeiros, “neocolonizadores” do território norte-rio-grandense que ele, agora nativo, restabelece sua identidade potiguar. Já para Ailton Medeiros, nativo cosmopolita, ao fazer ode ao “estrangeiro civilizador”, parte da premissa segundo a qual é da abertura das fronteiras locais ao outro que se estabelece a civilização, fugindo-se do estado de barbárie, processo esse que transformaria a “taba” numa aldeia global.

O potiguar transita assim num espaço indefinido. É, segundo alguns interlocutores, um espaço fadado a um devir que é sempre devir, que nunca se cumpre; é sempre o que deveria ser em detrimento do que é, pois o ser que ele é desagrada. Percebe-se aqui um dilema nas suas representações: reclama-se com frequência da abertura, da sedução ao que vem de fora de suas fronteiras, pois esta postura age de forma tal que o impediria de criar laços identitários com as coisas da terra, com os valores genuinamente locais. Em outras palavras, deve existir um modo de ser, um *ethos* que, devido ao desaparecimento dos norte-rio-grandenses, não se faz ver nem ouvir. É como se, enfeitiçados pelo outro, recusassem a si mesmos. Seriam estrangeiros em sua própria terra.

Assim, ao invés das fronteiras geográficas representarem barreiras, entraves, os potiguares seriam frequentemente seduzidos por elas. Para alguns, isto seria a expressão máxima de seu cosmopolitismo; para outros, no entanto, representaria sua condição de colonizado, de subjugado culturalmente, percepção esta que se apresenta, por exemplo, nas impressões de Clotilde Tavares, ao reclamar da identidade “alienígena” do potiguar e do encantamento deste pelo “outro”.

Todavia, cabe pensar também quem são os enunciadores que constroem essas representações do potiguar como um ser que não é, marcado pelo mimetismo, que se recusa a cumprir o seu devir. Neste

sentido, consideramos que as falas, as vozes dos interlocutores ora publicizadas fornecem contribuições valiosas: são atores sociais que atuam na academia, na produção artístico-cultural, no embate político cotidiano e geralmente, compartilham da ideia segundo a qual existiriam características específicas, formas, modos de ser e agir que expressariam uma singularidade ao potiguar.

Estes atores, via de regra, consideram já ter identificado e situado esse conjunto de características, e são ao mesmo tempo, produtores e divulgadores dessas representações. Por meio de suas ações, conforme os espaços onde atuam, procuram comunicar esse *ethos* aos cidadãos nortério-grandenses, mas, neste ponto, situa-se outro impasse: é como se o receptor do enunciado não decodificasse ou se negasse a recebê-lo; é como se o emissor apontasse a uma direção, mas o receptor teimasse em seguir o caminho inverso, seja porque não entendeu o enunciado da mensagem que lhe foi dirigida, seja porque não se identifica com ela, e, portanto, recusa-se a aceitá-la.

No início de janeiro de 2008, uma exposição de Arte Contemporânea do artista plástico potiguar Marcelo Gandhi intitulada “*Site Specific - Lugar específico*”, exposta na galeria Newton Navarro, localizada na fundação José Augusto, foi motivo de uma polêmica que chegou às páginas dos jornais. Mal recebida pelos funcionários da fundação responsável por elaborar estratégias de atuação no campo da cultura para o estado, questionavam o princípio artístico da exposição, ao que o artista rebateu com prontidão, denunciando ser tal postura resultante do provincianismo e do atraso cultural reinante na capital:

Natal aceita todo o tipo de porcaria pop, enlatada e industrial de forma muito rápida. As pessoas aqui têm dificuldade em aceitar a arte contemporânea. Isso é no Brasil todo, mas lá fora está mais avançado. Aqui é aquela rigidez, fica difícil. Na minha exposição, os funcionários da Fundação José Augusto se sentiram agredidos, disseram que não era arte. Mas em nenhum momento questionaram o trabalho, foi tudo num nível raso. Mas essa polêmica é interessante porque desperta esse debate. (DUARTE, 2008).

Aqui, uma situação curiosa: ao mesmo tempo em que aceita tudo que vem de fora, o potiguar não consegue entender os princípios norteadores da arte contemporânea, conforme reclama Gandhi. Em outras palavras, ele não seria tão aberto assim – isso é, segundo o artista plástico,

um provinciano desprovido de referenciais. Retoma ainda o discurso ressentido de quem não se sente compreendido, reconhecido, valorizado pelos conterrâneos.

E a teia narrativa a afirmar que o potiguar não valoriza as *coisas da terra* continua a ser tecida: por não estimar o artista, a cultura local, conseqüentemente, não valoriza sua memória nem sua história; não consome a música, a poesia, a prosa, o romance... as produções culturais que melhor lhe representariam. Incompreendidos pela massa, o intelectual, o acadêmico, o político, o produtor teatral, o escritor, o artista plástico... parecem também não compreender por que suas produções são pouco apreciadas e parcamente consumidas por aquela.

Talvez considerem que o sentimento de pertença ao mesmo território deveria por si só, assegurar uma identificação, a ponto de sua produção ser valorizada e consumida pelos norte-rio-grandenses; porém estes, de maneira enigmática, permanecem seduzidos pelo feitiço da fronteira. É como se não se sentissem contemplados dentro das representações que são construídas em seu nome, como se não se sentissem partícipes delas.

Embora não seja o objetivo central deste trabalho realizar um estudo comparativo, nem definir se as produções artístico-culturais fomentadas em território norte-rio-grandense são ou não originalmente potiguares, até porque consideramos o conceito de originalidade um tanto quanto complicado para ser aplicado em tal contexto, alguns questionamentos, no entanto, fazem-se necessários, de maneira a evitar enfoques naturalizados sobre alguns discursos ora delineados. São eles: até que ponto os produtores da chamada cultura potiguar podem arvorar-se como seus legítimos representantes? Que elementos os legitimam? Que características possuem que diferem ao mesmo tempo em que singularizam suas produções, frente àquelas produzidas fora das fronteiras geográficas que delimitam o estado, as quais, mesmo possuindo representações materiais e simbólicas – cartográficas, por exemplo –, estão muito vinculadas aos campos do imaginário e das subjetividades? E os consumidores, quando se apropriam ou se recusam a aceitar tais representações, não ocupariam lugar destacado nesse processo? Os bens artístico-culturais oriundos do Rio Grande do Norte não dialogam com aquilo produzido em outras territorialidades? O que asseguraria, por fim, uma fronteira para as manifestações culturais?

Dentro dessas indagações, a discussão referente à identidade artística de uma das revelações da Música Popular Brasileira na atualidade ganha notoriedade. É o caso de Roberta Sá. Nascida em Natal em dezembro de 1980, mudou-se para outro rio, o Rio de Janeiro, aos nove anos de idade. Hoje, passados mais de 20 anos, depois de despontar no cenário musical nacional, a imprensa, a *intelligentsia* norte-rio-grandense busca “conterraneizá-la”, tratá-la como um talento, uma expressão da terra, conforme critica Mário Ivo D. Cavalcanti¹⁴. Ao comentar uma apresentação que a cantora veio fazer em Natal, na primeira semana de maio de 2008, em tom provocativo e irônico, apropriando-se das impressões deixadas por Polycarpo Feitosa¹⁵ sobre o potiguar e reatualizando-as, afirma que ela é carioca até que provem o contrário:

Pois, até que me provem o contrário, a tentativa de conterraneizá-la é só um e não passa de mais um ataque histórico dos nativos do Ryo Grande, traumatizados ainda com o fato colonial (remonta aos idos de quatro séculos atrás) de que nem tão grande assim era o nosso ryo (embora tenhamos a maior das aldeias, moderna de sempre, ou, a “Metrópole Indígena”, nas palavras articuladas de Polycarpo Feitosa, ou Antônio José de Melo e Souza, nosso último governante letrado). E haja necessidade de auto-afirmação (ponto de exclamação ou reticências, à escolha do freguês). E haja exhibir nas fuças dos outros a certidão de nascimento de quem nos ufanamos. Desejo bem ambíguo, aliás, para quem – e tomo emprestado de novo as letras cursivas do Dr. Antônio – “com uma excessiva desconfiança de si próprio, que parece ser também um dos elementos do seu caráter, o potiguar é propenso a considerar irresistivelmente o estrangeiro, o desconhecido, como superior, como capaz, e respeita-o pelo menos enquanto não convencer-se de que o tal estrangeiro é igual ou inferior a si mesmo”. Talvez seja isso que tanto nos envaidece e nos anima como pintinhos na beira da cerca: Robertinha Sá une o útil ao agradável, Tomé com Bebê, é “de fora”, mas também “é daqui”. Um must, enfim, para a patuléia que se acha o ó do borogodó, o centro do mundo, as pregas que não cabem no meio, oco do mundo.

Uma maravilha, claro, os discos da moça, as músicas da moça, o suingue da moça. Menos por sua certidão

de batismo e mais por ela mesma – embora muitos “críticos” às margens do Putigy adorem exercitar e ecoar o que “os outros”, no gramado alheio, dizem dela: porque “os daqui” tudo que fazem é citar que a menina foi citada pelos “outros”, sem nenhum juízo crítico e opinião pessoal. (CAVALCANTI, 2008).

Roberta Sá, como bem indica Mário Cavalcanti, é uma personagem singular dentro do mosaico que procuramos traçar até agora. Ela “transgrediu” a fronteira, é o outro, mas também é potiguar. É uma espécie de representante ideal ou personagem-síntese em meios aos discursos que temos evidenciado sobre o norte-rio-grandense: representaria a nossa sedução ao outro, ao adventício, mas ao mesmo tempo, é também uma “nativa”, uma conterrânea.

Neste sentido, enquanto faz eco à ideia do cosmopolita, a busca por “conterraneidade” abrigaria o já discutido estigma de colonizado, que não possui valores próprios, que precisa do julgamento valorativo do outro a quem transpôs a fronteira, para então se sentir seduzido, identificado, representado. Assim, como são os outros, os não-potiguares que dizem que Roberta Sá é uma grande cantora, os norte-rio-grandenses, desempenhando seu papel de colonizados, já podiam orgulhar-se à vontade: seu brilho já irradia além de nossas fronteiras e, o melhor, é um brilho conferido pelo outro. Ela é carioca! Ela é carioca...

Pernambuco, a ponte e a fronteira

Na tentativa de situar a problemática da identidade potiguar, outro recurso bastante utilizado pelos que se debruçam sobre o tema é a comparação com Pernambuco. Para o bem ou para o mal, essa postura tem sido frequente e perpassa campos sociais diversos, presente nos debates político, econômico e cultural do estado. Assim, enquanto Pernambuco é tomado como ente pertencente a uma mesma nação – o Nordeste – e se afirma a necessidade de construir pontes entre um e outro, é retratado também na figura do algoz, do oposto.

Em dezembro de 2003, a encenação do Auto de Natal causou alvoroço em parte da classe artística e intelectual do Rio Grande do Norte. Além das críticas à (des)organização do evento, um dos temas centrais da discussão era o fato de ter sido utilizado, no roteiro do Auto, um poema de João Cabral de Melo Neto, no qual citava o rio Capibaribe. Detalhe: o Auto foi representado às margens do rio Potengi.

Em artigo publicado na Tribuna do Norte¹⁶, Rinaldo Barros, então presidente da Fundação Capitania das Artes/FUNCARTE, entidade equivalente a uma secretaria de cultura de Natal e responsável pela organização do evento, expôs seu ponto de vista. Segundo argumentou, houve um debate interno para decidir se alteravam ou não o nome do rio, e definiu-se por mantê-lo como concebido originalmente, pois a força da obra poética de João Cabral de Melo Neto é universal e, por isso, a imagem do Capibaribe poderia ser transposta para qualquer rio, haja vista que, no contexto pretendido, ele era tomado como “fonte de vida”. E acrescenta:

Outro ponto importante, posso estar enganado, mas estou convicto de que o fortalecimento da identidade cultural do nosso povo deve-se dar como defesa da Nação Nordestina, e que não devemos nos dividir ainda mais. Nesse sentido, tanto faz Recife, como Salvador, Natal, Campina Grande ou Mossoró; somos todos de uma mesma Nação, de uma mesma cultura; riquíssima, todavia, discriminada e ameaçada.

Para concluir, insisto em alertar que Natal há muito deixou de ser uma província. Nossa capital é polo de uma Região Metropolitana, aberta ao mundo, em perfeitas condições de interagir com todos os povos, com artistas de todas as culturas, e somente assim poderá construir os alicerces de uma sociedade verdadeiramente desenvolvida culturalmente. Chega de xenofobia, não há o que temer. Não existe artista "de dentro" e artista "de fora". A arte é universal. (BARROS, 2007).

As marcas textuais desse discurso reatualizam as ambivalências que temos discutido no decorrer do trabalho: o que seria o potiguar, afinal? Cosmopolita? Provinciano, pouco afeito aos valores locais, seduzido constantemente pelos encantos adventícios? A elite intelectual e artística do estado é fronteira, não consegue ver o mundo além das linhas imaginárias e pouco precisas da cartografia, que corta e separa o “meu” território do território “estrangeiro”, do outro? Quais os limites, então, do lugar da modernidade, supostamente representado pelo potiguar, dentro da propalada tradição nordestina¹⁷?

Caminhando neste sentido, um debate interessante e que permeia essas questões é levado a cabo por um telespectador do Festival de Música de Natal, evento promovido pela Prefeitura da cidade, durante as comemorações natalinas em dezembro de 2007. Com o título de sugestivo de *Bairrismo (pernambucano) x falta de identidade (potiguar)*, discorre:

Tenho alguns amigos pernambucanos, e sempre pra tirar sarro os chamo de bairristas... Mas infelizmente, é uma forma de demonstrar o meu real descontentamento, com a população do Rio Grande do Norte, os potiguares, os papa-jerimum. Ontem, mais uma vez, fui ver os shows que a prefeitura de Natal está promovendo em comemoração às festividades de fim de ano e aniversário da cidade... As apresentações musicais eram a potiguar Marina Elali e o pernambucano Alceu Valença... De cara na entrada já vou escutando uma galera, "Vou deixar pra entrar só quando Alceu for tocar, ir ver Marina Elali, não podeee"... Não me identifico com o trabalho de Marina, mas seu talento é incontestável e embora ela sempre engrandeça e divulgue o estado do RN, infelizmente o povo não tem retribuído o carinho da artista... Tudo bem não gostar, mas menosprezar é inaceitável... A cantora tentava gravar um DVD, e precisava do público, show gratuito em um sábado à noite... O que se via eram pessoas a reclamar do excesso de preocupação da cantora com o som, com o figurino, à espera por mais público e da interação desse público...

E conclui:

Infelizmente, diferente do que se vê no Pernambuco, onde os artistas da terra são valorizados em maior proporção que os "astros nacionais e internacionais", no RN o que rola é uma desvalorização do que é da terra. [...] O potiguar precisa buscar sua identidade ou simplesmente aprender a dar o valor merecido ao que é de sua terra, independentemente de gostar ou não devemos valorizar o que tem qualidade. (MOREIRA, 2007).

Algo que prende a atenção nessa fala é a percepção de que existiria uma identidade cultural potiguar *a priori*, a qual poderia ser identificada, usando, para isso, o critério da territorialidade, do *locus* de sua produção, de maneira que, mesmo não gostando de certas manifestações culturais, deveria valorizá-las por ser da terra. Assim, faltaria ao povo aprender a estimar essas manifestações como suas, a identificá-las como suas.

Seja porque espaço de mutação, seja porque espaço de recepção, ora os potiguares tomam os pernambucanos como modelo a ser seguido, ora identificam neles os seus algozes e os criticam pelo bairrismo

exacerbado que alimentam. Exemplo desse deslocamento, dessa relação de aproximação/distanciamento, foi a disputa levada a cabo pelos dois estados em 2007, visando sediar a construção de uma nova refinaria de petróleo, anunciada pelo governo federal na região Nordeste.

Segundo o discurso recorrente nos meios de informação potiguares, sobretudo na avaliação de políticos, jornalistas e analistas econômicos locais, o Rio Grande do Norte possuía as condições técnicas mais favoráveis para receber a refinaria; todavia, por falta de tradição no cenário político nacional, por seu estigma quase eterno de colônia, por sua posição marginal, perdeu-a para os pernambucanos, para quem a identificação regional (vulgo bairrismo) seria tamanha, a ponto de fazer o presidente da República, que é natural de Pernambuco, ir de encontro ao próprio ideário da *res publica*. Assim, preconizavam esses discursos, o interesse público nacional – incorporado supostamente nesse episódio pelo Rio Grande do Norte – havia sido extrapolado, preterido, em nome do interesse regional, indicando que, entre os pernambucanos, a pernambucanidade seria um valor superior até mesmo à identificação pátria, à brasilidade.

Essa relação de aproximação e distanciamento, entre o encanto e a negação ao pernambucano, remete a 11 de janeiro de 1701, quando uma carta régia tornou a capitania do Rio Grande, antes vinculada em termos administrativos diretamente ao governo geral, subjugada à capitania de Pernambuco.

Esteve nessa posição durante 116 anos. Foi só em 1817, no contexto da revolução republicana que eclodiu no Recife e espalhou-se pelas capitanias da Paraíba e Rio Grande, que a situação foi alterada. Conforme ressalta Denise Monteiro, em termos políticos e administrativos:

Essa dependência significava, entre outras coisas, que o comércio direto, fosse com Lisboa ou com as capitanias vizinhas, era proibido. As mercadorias a serem exportadas eram dirigidas ao porto de Recife, para daí serem enviadas à Europa; assim como as importadas entravam pelo mesmo porto, para depois serem enviadas ao Rio Grande. Isso implicava num pagamento dobrado dos impostos de importação e exportação, feito às autoridades portuguesas. Mas, além disso, essa dependência implicava também que todo o dinheiro arrecadado na capitania deveria ser enviado à “Junta da Fazenda” de Pernambuco, órgão da administração metropolitana. Essa Junta decidia

então sobre o dinheiro que deveria voltar ao Rio Grande para custear as despesas necessárias à sua manutenção.” (MONTEIRO, 2007: 81).

Foi nesse contexto que a capitania de Pernambuco passou a ser identificada pelos rio-grandenses como o algoz que não permitia seu desenvolvimento, conforme indicavam várias petições do senado da câmara de Natal remetidas à corte lusitana, na esperança de que esta recuasse da decisão. A medida provocou contestações e ressentimentos. Escrevendo sobre o período, cerca de um século e meio depois de retomada a “liberdade” frente a Pernambuco, Câmara Cascudo não disfarçou a mágoa que os rio-grandenses contemporâneos ao evento deveriam compartilhar com um pouco mais de ímpeto:

[...] Essa subalternidade retardou o desenvolvimento do Rio Grande. Setenta por cento das sugestões enviadas ao Rei e mandadas informar pelo Governador de Pernambuco mereceram contrariedade formal. Escolas, fortins, melhorias administrativas, medidas militares, disciplina dos indígenas, provimento de cargos, foram anulados pelos pareceres dos Governadores de Pernambuco. O século XVIII constou dessa luta, diária e surda, de forte e fraco, defendendo uma autoridade que existiu num plano injustificável de atraso para a Capitania. (CASCUDO, 1984: 107).

Curiosamente, 116 anos após a carta régia, por mãos de um pernambucano, é que ela conquistaria sua independência política. Aproveitando o contexto da revolução republicana eclodida em Recife, José Inácio Borges, então capitão mor do Rio Grande, em 13 de março de 1817, declara a capitania independente da de Pernambuco e anuncia a criação de uma alfândega em Natal.

Para Rocha Pombo (1922), a iniciativa tardou demais, pois, desde 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e a abertura dos portos às nações amigas, tal atitude já poderia ter sido tomada. Segundo Cascudo, a situação era tão incômoda que fora capaz de unir senado da câmara e capitão mor, que historicamente alimentavam divergências em torno de um objetivo comum, qual seja, a liberdade política e administrativa, uma vez que este último era “também atingido pela restrição e guerreado em todos os projetos, informados contrariamente pelo governador de Pernambuco, sempre *a favor do contra*.” (1999: 79. *Grifo do autor*).

Destarte, quando o período entre 1701 e 1817 é revisitado pelas narrativas históricas sobre o Rio Grande do Norte, a impressão corrente é a de que a “História pouco *aproveitou* de essencial nesses cem anos. Correspondências, brigas de indígenas, violências de autoridades, sugestões recusadas e planos dispensáveis, foram as características.” (CASCUDO, 1984: 107. *Grifo nosso*).

A antropofagia era seu destino?

É como se o potiguar estivesse fadado a uma tradição antropofágica¹⁸: quando da colonização lusitana, o indígena *potiguar*, ao levar a cabo o ritual “canibal”, deglutindo, literalmente, o adventício, para lhe sugar as forças, era o agente da violência e representava, aos “olhos civilizados” do colonizador europeu, a barbárie. O rito antropofágico indicava, em certa medida, dificuldade em aceitar o outro.

Atualmente, o ritual teria se deslocado, passando por alterações capitais. A antropofagia dar-se-ia no campo da violência simbólica (BOURDIEU, 2007), com uma inversão de papéis entre os agentes e pacientes da ação. Neste sentido, quando deglute os valores culturais adventícios, o potiguar não eliminaria a existência do outro, como outrora fazia. Ele, nesse processo, contraditoriamente, eliminaria a si mesmo. Em outras palavras, ao levar a cabo esse novo “rito canibal”, passou de agente a paciente da ação. Assim, toda vez que se abre aos “valores culturais” do outro, em detrimento daqueles que supostamente seriam dos seus, ele se imiscui ao adventício, negando a si mesmo.

O curioso nesse processo é que, para conseguir sobreviver, os poucos índios *potiguar* que restaram à empreitada colonizadora branca tiveram de fazer o rito inverso da antropofagia, ou seja, desfizeram-se de seus valores culturais e “deglutiram” os modos de vida europeus, para terem assegurado o direito de continuar existindo.

Um personagem-síntese nesse processo é o índio Poti. Depois de lutar ao lado dos colonos pela expulsão dos holandeses da América Portuguesa, convertido à fé católica e batizado com o nome de Antônio Felipe Camarão, foi alçado à condição de herói no panteão dos personagens ilustres da história do estado.

Assim, quando, na contemporaneidade, multiplicam-se os discursos que reclamam uma identidade ao potiguar, sob o argumento de que estes valoram em demasia tudo que vem de fora de suas fronteiras, não

mostrando apego por suas cultura e história, é como se acusassem a repetição do ritual antropofágico, só que na condição de pacientes no processo, não mais como agentes.

Seriam os potiguares hodiernos também “canibais”, a exemplo de seus antepassados? Teriam eles legado o desejo de fazer do adventício seu alimento? Num processo menos sanguinolento que o de outrora, é como se cumprissem certa predestinação à antropofagia, dispostos a deglutir aquilo que adentra suas fronteiras. De um “canibalismo” que pressupunha a recusa e destruição do outro, a uma antropofagia que parece esquecer-se de si pelo encantamento ao novo, pelos valores de fora. De entrave à obra civilizatória portuguesa a ente conivente com as “interferências” culturais de outras plagas. E, desta maneira, foram se somando as narrativas que situam na interrogação, no campo da dúvida, a existência da identidade potiguar.

NOTAS

¹ E como bem observa Hartog (1999, 2004), não é de bom grado esquecê-la. O caso de Anácarsis, um cita que “transgrediu” a fronteira cultural entre a Cítia e a Grécia, por meio do culto às divindades gregas “Dionísio” e a “Grande Mãe”, soa como exemplar. Anácarsis foi morto por seus “conterrâneos” sem que tivesse ao menos o direito de esboçar uma única palavra em sua defesa.

² No segundo capítulo, abordaremos, de maneira mais detalhada, algumas representações construídas sobre o potiguar, as quais tomam por mote a presença estadunidense no estado.

³ A questão dos “mitos fundadores” na busca pela construção de identidades espaciais no estado, será discutida de maneira mais sistemática no terceiro capítulo deste trabalho.

⁴ Ver a respeito do papel das narrativas historiográficas no processo de construção e legitimação de identidades espaciais: HOBBSAWM & RANGER (2002).

⁵ Um bom exemplo de um estudo marcado sob a égide da *pernambucanidade* pode ser vislumbrado em QUINTAS (1985).

⁶ A respeito da paraibanidade, ver DIAS (1996).

⁷ Sobre a construção da identidade mineira, ver ARRUDA (1990).

⁸ Sobre a *invenção* da identidade paulista, ver CERRI (1997).

⁹ Trecho da música *Linda Baby*, de Pedrinho Mendes, considerada um dos hinos não oficiais da cidade.

¹⁰ A autora utiliza dados fornecidos pelo Censo produzido no final da década de 1990.

¹¹ Entrevistado pelo jornalista Alexandro Gurgel, no *blog* <http://grandeponto.blogspot.com>, é apresentado como antropólogo, geógrafo, professor, poeta, animador cultural, assistente parlamentar da Assembleia Legislativa do RN e membro eleito do Conselho Estadual de Cultura (comissão da Lei Câmara Cascudo). “Nascido em Caicó, no ano da graça de 63, mora em Natal desde as primeiras letras no Colégio Salesiano São José”.

¹² Texto de autoria de Angelo Giroto, publicado no Jornal de Hoje na seção Artigos no dia 24 de novembro de 2007.

¹³ O projeto prevê a construção de cerca de 30 mil residências, além de 8 hotéis cinco estrelas no litoral norte do Estado, a 16Km de Natal. Pela proposta, seriam aproximadamente 22 milhões de m² em 6 Km de praias, onde serão construídos 5 campos de golfe, heliporto, campos de futebol, quadras de tênis, hípica, *paddle*, *spa*, balneário, centro de saúde e estética e um complexo comercial e de lazer, com segurança 24hs. O investimento é do grupo espanhol Sánchez e tem como associados, segundo a empresa, personalidades como Ronaldo “Fenômeno” e Antonio Banderas. Ver maiores detalhes no *site*: <http://www.grandnatalgolf.com/>.

¹⁴ “Nascido na província dos reis há pelo menos 40 anos no século passado”, é assim que Mário Ivo D. Cavalcanti se apresenta em seu *blog*: <http://cidadedosreis.blogspot.com/2008/05/ela-carioca-050508.html>.

¹⁵ A respeito de Polycarpo Feitosa, pseudônimo utilizado por Antônio José de Melo e Souza, ver a nota de rodapé nº 6, na Introdução deste trabalho.

¹⁶ Artigo publicado na Tribuna do Norte em 22/01/04, reproduzido e disponível em: http://www.clotidetavares.com.br/forum/construindoPontes_rinaldo.htm

¹⁷ Sobre a construção ou invenção da identidade nordestina, ver ALBUQUERQUE JUNIOR (2006).

¹⁸ Existem fartas referências na historiografia do estado sobre práticas antropofágicas entre os índios *potiguar*, tribo indígena da nação *tupi* que ocupava grande parte da costa do que hoje corresponde ao Rio Grande do Norte. No III capítulo, quando historiamos o processo de colonização da capitania, este tema é rerepresentado.

_capítulo 02



ENTRE A MODERNIDADE SONHADA
E A MODERNIDADE VIVIDA: A CAPITAL
ENCONTRA SEU PORVIR AUSPICIOSO?

Tudo que vem de fora para o Rio Grande do Norte sempre encheu os olhos da gente.

(Plínio Sanderson S. Monte)

Enquanto se vivia o pesadelo, sonhava-se

Em 25 de dezembro de 1599, Natal, antiga Vila dos Reis, teria sido alçada à condição de cidade¹. O relato sobre o evento, bastante conhecido, dá conta de uma cidade só no nome, haja vista contar apenas com algumas dezenas de casas e sem estrutura alguma que fizesse jus ao título. Na verdade, a condição cidadina tinha sido motivada mais por questões de ordem militar, na estratégia lusitana de ocupação territorial, de maneira a evitar que outras nações europeias, a exemplo da França e Espanha, se apossassem do “seu” território no novo continente. Passados três séculos, o cenário não mudara muito. A cidade continuava pequena, acanhada, sem nada que justificasse, além da localização estratégica, o posto de capital.

A cidade do Natal, antiga Villa dos Reis, completa hoje trezentos annos. Iniciada a 25 de dezembro de 1597, por Manoel de Mascarenhas que, de pazes feitas com os potyguares, começou com elles e com alguns colonos a construção do pequeno núcleo, ella conta, tres seculos depois, pouco mais de dez mil habitantes. Não há necessidade de mais simples e nem mais forte argumento para demonstrar a fraqueza das origens, a incapacidade ethnologica que tres seculos apenas foram suficientes para fazer conhecer. (GREMIO, 1898: 3)

A constatação é de Antônio de Souza², em artigo publicado na Revista do Gremio Polymathico³, em 1899. O Gremio era uma entidade que agregava parcela considerável da elite artística e intelectual do estado à época. No mesmo artigo, reclama da ausência de documentos que permitissem construir uma narrativa para a cidade, sobretudo no que concernia a sua história colonial. Segundo afirmava, na historiografia do país naquele período, pouco ou nenhum destaque se dava ao estado na narrativa da nação brasileira. Cita, como exemplo, a “famosa *Historia da America Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta”, onde não se dedicam mais que três parágrafos à província do Rio Grande.

Ao se debruçar sobre a questão do povoamento europeu na América lusitana, relata que, para estas terras, na difícil empreitada

colonizadora, teria sido enviado o que de pior existia em Portugal, os degradados, judeus (considerados, naquele contexto, piores que degradados) e mulheres de vida livre. A colônia era uma espécie de “azylo, couto e homizio garantido a todos os criminosos” (*Op. Cit.*, 4).

Assim, Souza dava a entender que, a começar pelo povoamento, a formação histórica da colônia do historiógrafo João de Barros evidenciava que a constituição de um núcleo civilizatório naquele espaço não era missão das mais fáceis. Se os três séculos de existência não foram suficientes para construir a civilização sonhada, nos moldes dos romanos ou dos estadunidenses – analogia usada pelo autor – a trajetória, a formação histórica da colônia ajudava a explicar e entender os motivos dessa anomalia.

Mas isto, conforme argumenta Antônio de Souza, não inviabilizava seu futuro. Havia luz no horizonte, pois o estado dava mostras de carregar consigo a perspectiva de um embrião de qualidades vantajosas para essas plagas. A história, que tão bem elucidava os motivos pelos quais não se criara ainda uma civilização, não impedia nem determinava o seu destino:

Em tres seculos de demorada evolução a raça ainda não formada mostra como, todavia, signaes demonstrativos de uma futura vitalidade promettedora e fecunda, o embryão, ainda pouco desenvolvido, mas vivaz, de qualidades vantajosas de resistência e de energia garantidoras de um porvir auspiciosos. (GREMIO, 1898: 6)

A narrativa que o autor constrói acentua um estado em formação. A história dita mestra da vida, conforme assertiva de Cícero, não contribuía na construção do ser potiguar. Antes, explicava porque ele ainda não era. A história elucidava as causas pelas quais ainda não tinha se construído uma civilização por estas plagas: não havia, no passado, um evento glorioso, que servisse de mote à edificação da *potiguaridade*. Assim, restava a alternativa de projetar, no futuro, a sua emergência.

Na busca por encontrar seu porvir auspicioso, se a história do estado não era uma boa mestra, poderia, no entanto, mirar-se nas trajetórias de outras civilizações. Por isso, não é sem motivos a existência das referências tecidas pelo autor em relação aos romanos e estadunidenses. Aquelas tinham sido civilizações novas, oriundas de dois núcleos tradicionais, Grécia e Inglaterra respectivamente, mas com grande potencial de desenvolvimento, a ponto de construírem identidades próprias. Eram estes *espaços de experiência*⁴ (KOSELLECK, 2006), portanto, que o Rio Grande do Norte deveria tomar como espelhos.

Uma década depois das inquietações de Antônio de Souza, o século XX começava a plantar o horizonte norte-rio-grandense, as marcas iniciais de *modernidade*, o que pareceria indicar a transformação de um sonho em realidade. Natal despia-se de suas vestimentas velhas na difícil caminhada ao encontro do novo, conforme testemunham as representações construídas por Eloy de Souza⁵ e Manoel Dantas⁶, em duas conferências proferidas naquele ano, repletas de significados que davam pistas das mudanças porque passava o estado, com especial destaque à capital, projetando o cenário vindouro.

A riqueza trazida, sobretudo, pela atividade algodoeira que despontava desde as décadas finais do século XIX, foi conferindo à capital equipamentos urbanos, melhoria na infraestrutura e alterações no seu traçado, que permitiram a projeção de desejos, de sonhos para um futuro auspicioso. Inaugurar a primeira ferrovia em 1883, ligando a capital a Nova Cruz, e a segunda, instalada seis anos depois, a qual ia até Mossoró, estabelecendo, enfim, comunicação mais efetiva entre a capital e o interior do estado (o que era um problema reclamado desde quando capitania do Rio Grande) eram evidências desse processo.

Ao debruçar-se sobre o contexto da escrita de Manoel Dantas, visando a entender melhor o que era Natal nas primeiras décadas do século XIX, Lima aponta mais elementos nesse processo de estruturação:

[...] Já em 1895, população conheceu o fonógrafo, exposto como uma novidade para a população. Em 1904, foi inaugurada a iluminação à gás de acetileno na Cidade Alta e, em 1906, na Ribeira. Dois anos depois, em 1908, entrou em funcionamento a primeira linha de bondes, puxados por animais, ligando a Cidade Alta à Ribeira. As linhas de bondes elétricos só foram instaladas em 1911, ano que foi inaugurado o primeiro cinema de Natal, o Politeama. Na ocasião, foi ampliada a rede de telefones, e foi construído um balneário público na Areia Preta; também verificou-se, na ocasião, a construção de usina de eletricidade, o que permitiu a substituição da iluminação a gás pela iluminação elétrica. Completando esse quadro, cabe ainda registrar a criação, em Natal, da Junta Comercial (1900), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902), da Sociedade Agrícola (1905), do Banco de Natal (1906) e, em 1909, do Liceu Industrial. (Santos, 1998) No plano cultural, o governador Alberto Maranhão (1901 – 1904 e 1908 – 1913) incentiva as letras e as artes, promovendo recitais, premiando autores e publicando livros. (2000: 23).

Eram passados, então, 10 anos do desejo esperançoso de Antônio de Souza, expresso na Revista do Rio Grande do Norte (1898), quando relatara o sonho de um porvir auspicioso, que apagasse as marcas chatas, deixadas por três séculos de sonolência e, praticamente, nenhuma relevância no cenário nacional.

A conferência de Eloy de Souza foi proferida em 20 de fevereiro de 1909. Intitulada *Costumes Locais*, nela, o autor procura traçar como se formaram os hábitos culturais no estado, destacando a tradição oral literária, vestimenta, danças, crenças, os modos de viver e de relacionar-se do povo, incluindo aspectos da cultura material, a exemplo da configuração das casas, e situa o sertão como lugar da tradição:

Se quereis amar de um amor melhor a nossa terra, minhas senhoras e meus senhores, ide ao sertão. Lá existem as nossas energias latentes, e lá vivem tradições que não prezamos, uma coragem ignorada, a da fortaleza dos simples, a bondade dos fortes, a alegria dos sãos e todo o lento martírio de uma raça em desesperada luta contra uma natureza madrasta. Muito embora o constante sobressalto por infortúnios ainda não conjugados, dá gosto ver a naturalidade e ingênuo entusiasmo com que a gente sertaneja celebra suas festas tradicionais. (SOUZA, 1999: 24).

Depois de relatos, causos e acontecidos que confirmariam suas impressões, o conferencista enfoca as mudanças pelas quais passavam a capital dos potiguares, e são essas transformações um dos motes centrais de sua fala.

Eloy de Souza percebe que algo estava a acontecer, sente no ar, melhor, no cotidiano, evidências da mudança, deseja relatar que as coisas não mais caminham como dantes, e procura cravar essas marcas na sua narrativa, mostrando que, por toda parte, a velha Natal agoniza e cede lugar à “visão do seu renascimento, toda uma fase de glória que surge nas aspirações da cidade de hoje, confiante no futuro desta generosa terra” (p. 46):

Natal, minhas senhoras e meus senhores, se transforma e sente-se que aos poucos irá deixando essa amarga tristeza que ainda lhe dá um aspecto soturno e mau. [...]

A cidade desperta de seu sono três vezes secular e eu sinto bem a alegria de ver que a estão vestindo de novo, para alegria de uma vida nova. [...]

O mesmo esforço que tem rasgado avenidas empedra o areal, ameniza as ladeiras, saneia as terras alagadas. Começou a viação urbana e o bonde cimentará de vez a obra de pacificação entre os dois bairros.

Por toda parte a visão de agonia do velho Natal...

Tudo mudado. Metade de uma geração levou para a sepultura costumes simples, tradições ingênuas, hábitos pitorescos, e alguma coisa que por ventura reste desse passado irá antes de nós ou irá conosco na voragem do tempo, na pressa do progresso impaciente. (SOUZA, 1999: 44-45).

Enquanto dormitava, a modernidade era sonhada, para, então, acordar na própria modernidade. Era como se, nos três séculos de sono profundo a que fora submetida, fizesse a passagem de cidade onírica à capital real. O progresso podia se ver e sentir nas suas ruas, becos e vielas, a sepultar a condição de acanhamento a que fora submetida durante trezentos anos.

Assim, até a primeira década do século XX, o Rio Grande do Norte vivenciava uma realidade que as elites econômica, intelectual e artística locais – as quais se imbricam em vários momentos, – costumavam pintá-la em tons escuros, num misto entre o sombrio e o pesadelo fadado a não cessar. Se Eloy de Souza evidencia em sua fala o curso das transformações que se operavam no estado, Manoel Dantas cuida de desenhar, de projetar a forma e o conteúdo do futuro. E é a arquitetura do porvir que procura expressar, na conferência *Natal daqui a cinquenta anos*, numa narrativa prodigiosa, que mistura conto, ficção, humor, ironia e deixa livre a imaginação para sonhar com as mudanças a serem operadas naquela espacialidade, cujo auge, na previsão do autor, seria o ano de 1959.

Manoel Dantas é um personagem singular nesse contexto: um sertanejo com sede de modernidade. E é aqui que se situa a aporia apresentada por Tarcísio Gurgel⁷, o qual situa Dantas entre a tradição e a vanguarda. Mesmo oriundo do sertão, região conhecida por seus habitantes construírem manifestações culturais mais tradicionais, pouco afeitas a modismos ou novidades, ele se mostrava, entretantes, aberto ao novo, a ponto de divulgar “um resumo do famoso manifesto Marinetti, numa província dominada pelo romantismo itajubiano⁸” (GURGEL in LIMA, 2000: 9):

Dantas resumiu, em sua figura, uma dupla – e aparentemente contraditória – condição: era

sertanejo, de raiz, escrevendo sobre temas regionais e figuras avoengas e era igualmente, um cosmopolita, capaz de intuir a importância da tramitação mental que ocorria no mundo e tornar-se se divulgador. (*Op. cit.*, 09).

Na sua escritura do futuro, o passado ocupa papel destacado. É por isso que, embora o objetivo principal dela seja traçar o porvir, regride a um tempo sem tempo e constrói o mito da fundação de Natal, repleto de alegorias comuns à tradição religiosa cristã, com especial destaque à católica. A respeito da consagração de um espaço sagrado⁹, Mircea Eliade lembra que:

De fato, o lugar nunca é “escolhido” pelo homem; ele é simplesmente, “descoberto” por ele, ou por outras palavras, o espaço sagrado *revela-se-lhe* sob uma ou outra forma. A revelação não se produz necessariamente por intermédio de formas hierofânicas direta (este espaço, *esta* nascente, *esta* árvore, etc.); ela é obtida, por vezes, através de uma técnica tradicional saída de um sistema cosmológico e baseado nele.” (ELIADE, 1993: 297. *Grifos do autor*).

É válido ressaltar não ser nosso intento aqui estabelecer análise profunda sobre os espaços sagrados e profanos presentes na fundação mitológica de Natal elaborada por Manoel Dantas. A conceituação interessa no sentido em que nos possibilita compreender a função desse tipo de narrativa, mas, para nós, está manifesto que, ao encetar uma origem mítica, sagrada para a espacialidade em questão, não a fez tomando por base uma figura totêmica, central na constituição de narrativas míticas. Todos os presentes e ouvintes da palestra do autor estavam cientes de que aquela origem da fundação da capital conforme imaginada por ele, não ocorrera daquela maneira. Eles não compartilhavam do mesmo totem e até mesmo Dantas estava cômico de que ela não transcorreria como explanara.

Sua narrativa mitológica, ao se apropriar das ambivalências profano e sagrado, benção e castigo, estava mais no campo da metáfora, buscando “efeito” no enredo. Apesar de chamar atenção a alegoria imaginada, está claro que não foi intento do autor fazer com que, ao final de sua palestra, todos passassem a compartilhar do evento da fundação tal como concebera, ou melhor, tal como “metaforizou”.

Ressalvamos ainda que, ao nos remetermos à ideia de narrativa mitológica, não indica percebermos a narrativa de Manuel Dantas no campo

da “invenção mentirosa”, como quem dissesse, “isto é mentira, todos sabem que os fatos não se deram desta forma”. É mitológica devido a sua estruturação, às alegorias das quais faz uso.

Na verdade, a criatividade imaginária com que compõe sua narrativa tem relação intrínseca ao *espaço da experiência* do autor, que, a partir dele, projeta seu *horizonte de expectativa*. No último capítulo deste trabalho, historiamos como, durante os três primeiros séculos de existência, a capital norte-rio-grandense foi, via de regra, representada como uma “cidade só de nome”, um “corpo sem cabeça” que ocupava o posto de sede administrativa da província, mas sem, contudo, ter nenhuma proeminência sobre o interior desta, além de ver-se castigada ao isolamento, entre o “rio, o mar e as dunas”.

Pensada neste contexto, a narrativa de Dantas apresenta conotação incrivelmente real, mesmo que, conforme destacamos, não seja intuito nosso estabelecer alguma dicotomia entre “realidade” e “invenção” a partir de seu enredo. O percebemos antes, como a enunciação de um estado de coisas que lhe causava desconforto, acompanhada de um desejo de mudanças nesse estado de coisas, desejo este expresso por meio da imaginação de como seria o porvir.

É interessante atentar também para a maneira como incorpora ao mito fundador, personagens que depois teriam sua atuação destacada pela historiografia acerca da antes capitania do Rio Grande, depois província, e finalmente, estado do Rio Grande do Norte. O primeiro deles é Jerônimo de Albuquerque¹⁰, que, segundo a narrativa construída por Manoel Dantas, tinha em mente fundar uma cidade em homenagem ao nascimento de Jesus:

Rezam velhas crônicas que quando Jerônimo de Albuquerque, no intuito de fundar uma cidade cujo nome lembrasse o natalício de Jesus de Nazaré, aproou para estas bandas, apareceu-lhe no convés da caravela que bordejava fora da barra, incerta do ancoradouro, uma criança divinamente bela que lhe apontou o rumo do porto seguro e do seguro abrigo. Vasta floresta cobria o solo rico de selva virgem de ser humano. O índio bravo passava de lado deslumbrado pelos clarões que iluminavam as florestas e amedrontado pelo som de vozes estranhas que estrondeavam como trovões. Havia a tradição de ser ali o paraíso escolhido pelo Senhor para lhe prestarem culto na terra. (DANTAS in LIMA, 2000: 68).

O intento de Jerônimo de Albuquerque em fundar uma cidade cujo nome homenageasse o nascimento de Cristo é transformado agora, por graça e obra do próprio menino Jesus, num espaço mitológico, “no paraíso escolhido pelo Senhor para lhes prestarem culto na terra”¹¹. Todavia, o lugar escolhido pelo Senhor para que a humanidade lhes rendesse reverências e homenagens acabou maculado pela ação humana, por meio do derramamento de sangue entre os homens, cuja ação destruidora, gananciosa e genocida transformou o paraíso na terra, conforme desígnios do Senhor, numa espacialidade onde a virtude, a paz e o amor escassearam. Veio, então, o castigo:

E a cidade surgiu nesse mesmo dia, à sombra da Cruz, em honra do Senhor. Desencadearam-se, porém, as paixões indomáveis. O ódio, a vingança, a cobiça, substituíram, a virtude, a paz e o amor; o sangue derramado tingiu de rubro o solo virgem; as árvores da floresta caíram feridas de morte pelo fogo e o machado destruidores; o homem deu caça ao homem. Veio um dia um furacão, encrespou as ondas e cavou o fundo do mar, donde tirou um lençol de areia alvíssima com que envolveu a cidade do senhor como um sudário. Ao longe, de mar a mar, ciclopes de areia ficaram velando a execução do castigo. (*Op. cit.*, 68-69).

As dunas, na condição de “ciclopes de areia”, cuidavam para que o antes espaço sagrado não fugisse ao merecido castigo, devido o fato de seu povo errante ter se deixado levar por caminhos tortuosos. E seu castigo foi permanecer submersa no areal, perambulando sem destino e sem “progresso”¹², dormindo um sono profundo, vivendo o pesadelo de uma noite de mais de trezentos anos.

Entrementes, apesar da postura errante e do merecido castigo, durante a noite três vezes secular que se seguiu, a postura brava e elogiosa de alguns dos seus habitantes neste período, a exemplo de Felipe Camarão¹³, Juvino Barreto¹⁴, Pe. João Maria¹⁵, Augusto Severo¹⁶, Pedro Velho¹⁷, Auta de Souza¹⁸ e Segundo Wanderley¹⁹, semeou frutos de esperanças e fez com que a capital, depois de muita penitência, fosse agraciada com o perdão, podendo reencontrar-se com seu porvir. Agora, o mar de areia que a castigava, engolia e asfixiava, seria, finalmente, “empadrado” pelo progresso:

Mas a semente plantada na terra dantes abençoada foi medrando, foi medrando, e travou-se, dentro em

breve, a luta da vida que desponta contra a areia do deserto que asfixia. A pouco e pouco, formaram-se oásis, onde o homem nasceu, cresceu, viveu, amou e morreu. Mas, sempre intensa e forte, sem tréguas e sem mercê, a luta da semente que quer medrar no deserto de areia que a quer matar, até o dia em que a criança, que guiara a bordada nau de Jerônimo de Albuquerque, bradou do alto do **Perigo Iminente**²⁰.

Ó tu, cidade bendita, que soubeste viver sob o sudário de areia, sem blasfemar a vida;

Ó tu, que escreveste a primeira epopéia da coragem guerreira de Felipe Camarão;

Ó tu, que presidiste a eclosão da atividade industrial de Juvino Barreto e da caridade cristã de João Maria;

Tu, que foste o berço onde se aninhou o sonho alado de Severo e a crisálida donde partiu o gênio criador de Pedro Velho;

Tu, que Auta de Souza purificou com a prece imaculada de seus versos e Segundo Wanderley enalteceu com os arroubos de sua inspiração; - **surge et ambula**. (DANTAS in LIMA, 2000: 69. *Grifos do autor*).

Depois de explicar, por meio do mito da fundação, os motivos pelos quais a capital norte-rio-grandense esteve submersa na areia durante três séculos, Manoel Dantas retoma o curso central de sua narrativa, qual seja, projetá-la *daqui a cinquenta anos*. Segundo ele, a partir de 1915, algumas transformações seriam perceptíveis. Um exemplo seria a extirpação do mal da seca, que tanto flagelava a população interiorana, pela engenhosidade humana, a qual a transformaria num pântano, num “brejal”, onde se produziria agricultura riquíssima para abastecer Natal, então, uma das aglomerações urbanas mais importantes do mundo. Conforme projetava, por volta do ano 1920, já se poderia dar vivas a uma espacialidade nova, moderna, sepultando o atraso passado:

Foi pelo ano de 1920, na quinta ou sexta presidência do meu nobre amigo, coronel Quincas Moura, que a cidade tomou seu primeiro impulso, como gigante que estremece. S. Exa. compreendeu que era tempo de agir. E, ao sopro de sua vontade enérgica, a cidade antiga sepultou-se na sombra de uma recordação do passado para ceder lugar à Natal moderna, bela e

radiante, com suas avenidas, parques e praças, com suas árvores, muitas árvores, sombreando o asfalto e oxigenando o ar. Todos os serviços municipais foram reorganizados. Dinheiro não faltava porque o estrangeiro disputava a colocação de capitais nas obras de melhoramentos numa cidade que se destinava a ser uma das maiores metrópoles do mundo. (*Op. cit.*, 75).

Todavia, o ápice, o conjunto da transformação seria finalmente contemplado em 1949. No cenário imaginado, as obras são colossais. As construções impressionam pela modernidade, suntuosidade e bom gosto. Ruas e avenidas largas. Há hotéis, cassinos e teatros ao ar livre, “servidos por telefone e fotografia a distância, exibem telas luminosas, as óperas e outras peças de efeito que a esta mesma hora entusiasma as casas de espetáculo de Paris, Londres e Nova York” (p. 70). Parques e praças. O rio Potengi cortado de pontes. Fábricas, docas, armazéns, oficinas, casas de negócios, albergues, estalagens e casas de campo. Bolsa de valores e o “Banco do Natal”. Uma estrada de ferro central, que atira Natal “nos braços do sertão”. Uma estrada de Ferro Pan-Americana ou transcontinental²¹. O transatlântico *Cidade do Natal*, “palácio flutuante de 40.000 toneladas” (p. 70). “Tubos pneumáticos, aeroplanos, tramways e ascensores elétricos” (p. 69) dificultam, pela gama de opções disponíveis, o meio de transporte a ser escolhido para visitar o Perigo Iminente. (p. 69-73).

O conferencista vai imaginando a configuração de cada bairro. A Ribeira concentra o comércio e o centro financeiro; na Cidade Alta, “trava-se a luta da resistência entre o passado e o presente” (p. 72); Cidade Nova é o lugar da aristocracia, “onde a riqueza impressiona pelo luxo e o bom gosto”; o Alecrim, “grande bairro operário” (p. 72); Morro branco avança às dunas e vence os “ciclopes” em direção a Ponta Negra; enquanto Guarapes vai se tornando o “burgo industrial” (p. 73). É assim que projeta a região atualmente correspondente a Rocas e Santos Reis, sob a alcunha de “bairro das Dunas”.

[...] cingido graciosamente pela avenida Beira-Mar, concentra a atividade do porto e formigueja de uma população cosmopolita; marinheiros, caixeiros viajantes, agentes de negócio, fufarinheiros, vagabundos, operários, gentes de todas as raças, docas, armazéns de depósitos, estaleiros, cais providos de guindastes elétricos, restaurantes, cafés-concerto, bares, bazares, dão-lhe o aspecto de uma espécie de pandemônio onde se ostentasse os esplendores e as

misérias da civilização. No centro desse bairro, sobre um pedestal de granito em forma de algodoeiro, ergue-se a estátua de um grande homem tocando a máquina do progresso, vestido de S. Vicente de Paulo, desse cuja ação eficaz na expansão da cidade todos recordam agradecidos pelo impulso que souberam dar à primeira fábrica que determinou entre nós o movimento industrial, sendo ao mesmo tempo uma escola prática de solidariedade social e de caridade cristã. (DANTAS in LIMA, 2000: 71).

Monumentos espalhados pelas largas avenidas homenageiam as figuras ilustres, os “heróis riograndenses”, que encetaram a obra modernizadora e inscreveram os nomes na história, não deixando de ter, portanto, certo caráter didático e memorialístico. Dentro da modernidade sonhada, procurava-se fixar os marcos de uma tradição:

No espaço ocupado agora pelas ruas que vão do Baldo às Rocas, corre a grande avenida central da – via **Sacra da Liberdade** – espécie de panteon dos heróis riograndenses que derramaram seu sangue por uma conquista qualquer do espírito humano. Numa das extremidades, a estátua do Camarão, símbolo da impavidez do índio afrontando o conquistador, porém subjugado afinal pela civilização e pela fé. Na outra extremidade, a estátua de André de Albuquerque²², personificando a posse definitiva do solo luta pela independência. Ao centro, a figura épica de Padre Miguelinho²³, emergindo de um vulcão, “onde consagram rútilos altares, o vinho do Direito e pão da Liberdade, trazendo na fronte augusta, unvida de pesares, o sereno palor dos místicos luares da traição”.

A via **Sacra da Liberdade** cruza com o parque Augusto Severo, onde se ergue, monumental e imponente, a gare internacional em frente ao monumento do grande aeronauta, que se assemelha a um ninho donde voa a águia, as asas espalmadas, como um pálio majestoso da Paz. (op. cit., 74-75. *Grifos do autor*).

De fazenda iluminada a encruzilhada das Américas: o futuro chegou?

25 de julho de 1941, o governo brasileiro assina o decreto lei 3.462, resultado de negociações junto aos Estados Unidos, e este tem

concedido o pleito de uma base militar área em território brasileiro. Natal passaria a receber assim, milhares de estrangeiros de nações diversas, alcançando projeção importante no contexto da II Guerra Mundial. O futuro auspicioso, sonhado por Antônio de Souza e projetado com maior riqueza de detalhes por Manoel Dantas, finalmente batera à porta?

As tropas americanas desembarcam em Natal, cidade encruzilhada do mundo, o lugar da alegria dentro da tragédia da guerra. A fazenda iluminada²⁴ encontrara seu porvir? Finalmente o estado teria um evento importante que desse curso à construção de uma tradição? Das dores da guerra, nasceria o potiguar, um ser cosmopolita?

É uma verdade já muito repetida e ninguém contesta:
- Natal arrancou de Shangai o bastão de cidade cosmopolita. Representantes de todos os países, gente de todas as raças, crentes de todas as religiões, altas patentes de todos os exércitos, ministros, heróis, aventureiros, já passaram por Natal, encruzilhados de milhões de destinos. As ruas da cidade, em certos dias, se enfeitam de tipos exóticos, de esquisitas indumentárias, de perfis latinos, anglo-saxônio, slavos, semitas, negros e amarelos. (MARANHÃO *apud* SILVA, 1998: 66-67).

O relato de Djalma Maranhão é contemporâneo aos fatos, mas, mesmo passado o evento, as falas posteriores percorrerão caminho análogo. As memórias da presença estadunidense no Rio Grande do Norte na década de 1940, quando a capital serviu de base aérea às forças aliadas, ao ser construída a base militar de Parnamirim, para aterrissagem e decolagem de aeronaves dos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial, reatualizam-se constantemente, trazendo à tona debates e embates interessantes acerca da identidade ora “alienígena”, ora cosmopolita do potiguar. Ou, ainda, sobre sua ausência reclamada.

Exemplo bem característico desses embates são as percepções construídas de meados do século XX até a contemporaneidade, referentes ao envolvimento do Rio Grande do Norte na II Guerra Mundial, mais especificamente de sua capital, Natal. Tema que já foi objeto de várias abordagens, seja em trabalhos acadêmicos, de historiadores diletantes ou em autobiografias²⁵. Nesses escritos, apresenta-se recorrente uma percepção em certa medida dicotômica, ambivalente, da “herança cultural” estadunidense que supostamente teria sido legada aos potiguares.

De um lado, numa tradição muita próxima daquilo que Antônio Pedro Tota (2000) problematiza em *O Imperialismo sedutor*²⁶, argumenta-

se que a presença estadunidense ofuscou as tradições locais, com a adoção de hábitos e costumes que “influenciaram” na maneira segundo a qual a sociedade norte-rio-grandense relacionava-se com seus bens culturais.

Para alguns, o evento projetou o estado no mapa do mundo, transformando Natal, até então uma fazenda iluminada no meio do nada, na esquina do continente, lugar da modernidade. Outros interlocutores, no entanto, fugindo ao clima festivo, comemorativo da presença estrangeira, atribuem a esse evento o desapego que os potiguares supostamente teriam por seus filhos produtores. Em outras palavras, o “imperialismo sedutor” levado a cabo pelos Estados Unidos seria o elemento desestabilizador das raízes, das tradições locais, dos valores culturais nativos, deixando marcas muito fortes dos valores culturais estrangeiros no estado.

Com a chegada dos estadunidenses em solo potiguar, a política da boa vizinhança, capitaneada por um “imperialismo sedutor”, ganha forma. Além da própria construção da base área – Parnamirim Field –, fizeram grandes investimentos em infraestrutura e entretenimento, no intuito de conquistar “corações e mentes” norte-rio-grandenses. E, conforme denotam os relatos de Lenine Pinto (2005), os resultados não demoraram a ser percebidos:

A cidade mais espantada ainda, a conhecer novidades como fósforo que acendia na sola do sapato e a isqueiro que não fazia chama: era só encostar o cigarro, pressionar em baixo e puxar o trago, que acendia; a descobrir que *chiclets* se chamava “chewing gum”, e ao invés de pastilhas vinha em tabletes; a ver homem de pulseira (as chapinhas de identificação); a fumar cigarros fraquinhos e aromáticos: Camel, Lucky Strike, Old Gold, Chesterfield e tantos outros, que logo substituíram o Lulú nº 3, o Selma, Elmo, Jockey Club, etc.; a aprender expressões novas: *change Money*, *drink beer*, *give me a cigarette*. Ocorriam confusões: a pronúncia “bitsh” servia para praia e prostituta. O que mais se ouvia era menino caningando:

- Ei, my friend, shushine? (2005: 17. *Grifos do autor*).

Paralelo a isso, o sedutor encanto do cinema aguçava a imaginação popular, construindo uma representação singular da Guerra – para o telespectador era diversão; para quem estava no fronte do conflito, a expressão máxima do terror –, e uma memória afetiva (HALBWACHS, 1990 & POLLACK, 1989) do evento que o caminhar do tempo não apagou:

Havia quem fosse aos cinemas – que eram somente três: Royal, Rex e São Pedro –, apenas para assistir o Olympic Jornal, com os “comentários de Aimberê, da BBC”, e as *Atualidades Francesas* da Pathé News; como não se perdia de ver os filmes sobre a campanha do deserto (Cinco Covas no Egito), a luta nas ilhas do Pacífico (Nossos Mortos serão vingados), os assaltos fustigadores dos “comandos” (Os comandos Atacam de Madrugada) e a melodia de “Sempre meu coração”, “Casa Blanca”, e das películas de Ginger Rogers e Fred Astaire. (PINTO, 2005: 49).

Em narrativas e depoimentos marcados por certa nostalgia, rememoram as dores e as delícias de uma época supostamente áurea, de tempos de agitação, nos quais Natal, a fazenda iluminada que até então respirava ares de cidade do interior, se tornou um ponto estratégico e fundamental no combate às forças do eixo. Despertaria, então, de um sono profundo para ser atriz decisiva, protagonista no cenário da II Guerra, e, em meio ao terror do conflito, será pensada, verbalizada e enunciada como o lugar do alento, do refúgio e da festa.

Natal que dormitava sonolenta
 Natal dos tempos idos de 40
 Recordo os belos bailes do Aéreo
 Num banco da Pracinha, ainda lhe espero
 No Rex, sessão das moças, quarta-feira
 Natal, Cidade Alta e Ribeira
 O bom, você não sabe, eu lhe conto
 O footing, à tardinha, no Grande Ponto!

Um dia tudo se modificou
 O burgo se internacionalizou
 Nas ruas, o alegre do my friend
 Moçada pela mímica se entende.
 Natal entrou fardada na História
 Pra ser o Trampolim da grande vitória
 Valeu o sacrifício de seu povo
 Na guerra, meu Natal nasceu de novo!

(GARCIA, 2008).

O potiguar parecia finalmente ter encontrado seu porvir. O futuro batera sua porta, era presente. Tinha acordado do sono profundo em que “dormitava sonolento” e, agora, ponto de encontro de civilizações. Renasceu “fardado” e “internacional”, para ser o trampolim, a ponte, o

passaporte à vitória. Na condição de ser universal, cosmopolita, a diferença de idiomas não era barreira, em última instância, a comunicação, o entendimento com os novos “*friends*” podia ser estabelecido pelo recurso da mímica.

Entretanto, paralela à percepção modernizadora e festiva da presença estadunidense no estado, é possível vislumbrar discursos que procuram identificar, construir ou delimitar, nesse evento, os marcos para o “estigma da inconsistência” do potiguar, e toma corpo, em depoimentos vários, a ideia recorrente de que a suposta modernidade, a “*londrinidade*” natalense, bem como seu desvelado e desmedido apreço ao que está fora de suas fronteiras ou vem de lá, seria resultado da presença marcante de estadunidenses neste território.

Assim, ao mesmo tempo em que a estada destes na capital é reiterada e referenciada como um marco fundante – notadamente da ideia de modernidade, de abertura ao outro – é também apresentada como elemento que modificou as relações dos cidadãos norte-rio-grandenses com seus bens culturais e identitários.

Destarte, reclama-se que a população local apropriou-se de hábitos alimentares (consumo de enlatados, da goma de mascar, da coca-cola), da dança e da música, dos gestos, dos modos de vestir e falar dos estadunidenses. Segundo esta perspectiva de análise, se o potiguar não se “americanizou”, ao menos teria perdido grande parte de seus referenciais identitários, numa espécie de “encantamento” pelo outro que perduraria até os dias atuais. É o que denota o depoimento²⁷ de Clotilde Tavares²⁸, ao enveredar pela discussão:

Logo quando eu cheguei a Natal no ano de 1970, estava passando na Avenida Rio Branco e tinha uma mulher conversando com outra, me aproximei, uma se despediu e a outra olhou para mim e disse: “ela é americana!”, como se dissesse que estava conversando com o Papa. Eu disse: “sim e daí?”. Ela disse: “é americana, não está entendendo não?”. Eu achei isso muito estranho, porque nessa época na Paraíba nós odiávamos os americanos, por causa da ditadura. E aqui em Natal o pessoal adorava os americanos, pareceu-me ser resquícios da II Guerra. Logo, comecei a notar que as pessoas da minha idade daqui de Natal não sabiam o que era um cantor de viola. Na Paraíba, principalmente em Campina

Grande, o pessoal é muito ligado às coisas da terra. Quando cheguei aqui parecia que estava no sul, numa cidade não nordestina. Aliás, Natal para mim tem essa característica de não parecer uma cidade nordestina. Em 75, o poeta Jomard de Brito veio a Natal e a batizou de “Londres Nordestina”. Nessa época, Natal era conhecida no nordeste como sendo uma cidade diferente das demais. Em 78, fui a Maceió para um congresso e quando disse que era de Natal, o pessoal recuou, porque as mulheres de Natal tinham uma fama horrível, eram consideradas muito liberadas, quer dizer, então existia essa percepção de Natal como sendo uma cidade super avançada, sem nenhuma ligação com as outras cidades do Nordeste. Eu considerava e considero muito interessante essa característica, 'considero' porque Natal ainda possui essa característica. Acredito que Natal é assim, por conta da permanência dos americanos aqui tanto durante a II Guerra. A Paraíba não teve essa presença estrangeira, e além do mais o paraibano é diferente, porque ele é muito cioso de suas coisas. Há uma anedota que demonstra bem esse fato: pergunta-se, “você é de onde?”, responde-se, “da Bahia”, “do Rio Grande do Norte”, “da Paraíba, por quê?”, quer dizer, é como se o paraibano tivesse muito orgulho de ser paraibano e não gostasse de invasão. Em Campina Grande, o camarada das indústrias comprava máquinas para fazer estradas, caso ela se quebrasse, ele não mandava chamar técnico de fora, ele mesmo olhava e dali a pouco terminava consertando a máquina. O paraibano não dá tanta autoridade a quem vem de fora, ele procura construir o seu modo próprio de agir, mesmo naquilo que não entende. (APRENDIZ DE JORNALISTA, 2006B).

Na fala de Clotilde Tavares, é flagrante a percepção da identidade “alienígena” do potiguar, assim como a ideia do encantamento deste pelo “outro”. Esta singularidade seria tamanha nesse território, a ponto de quebrar, romper com o discurso regional preconizado sobre o Nordeste como lugar da tradição, para ser identificado como o espaço da modernidade, a “Londres Nordestina”. O estado, pensado geralmente a partir de sua capital, Natal, como centro irradiador do *ethos* potiguar, é visto como um diferente, um estranho entre comuns (paraibano, pernambucano, cearense, alagoano, etc.).

Ao estudar o carnaval no contexto da presença de soldados estadunidenses em Natal, durante a II Segunda Guerra Mundial, Flávia de Sá Pedreira (2005) estabeleceu um contraponto à ideia de que aquele seria o momento no qual a cidade tinha entrado na modernidade. Segundo ela:

[...] ao contrário do que afirma a maioria da produção acadêmica local e algumas publicações autobiográficas, a cidade de Natal não “entrou na modernidade” pelas mãos dos norte-americanos que aqui se instalaram durante a Segunda Guerra. Consultando outras fontes, como periódicos de época, depoimentos orais, entre outros, pude constatar a necessidade de se fazer um recuo cronológico para entender o processo de “modernização” como algo que não se deu de forma linear, mas repleto de contradições, colocando em xeque esse viés interpretativo. (PEDREIRA, 2005: 20).

A visão “festiva” da presença de tropas estadunidenses está atrelada, em grande medida, à concepção de cidade e, conseqüentemente, de modernidade, alimentada pelas elites locais naquele contexto, conforme problematiza Giovana Paiva de Oliveira, em sua tese de doutorado, defendida em 2008, intitulada *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço urbano da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. Referenciando Câmara Cascudo (1999), estima que a população da capital potiguar à época era de aproximadamente 50 mil habitantes e que entre 10 e 15 mil militares estrangeiros estiveram nela só no período de 1942 a 1943, quando o tráfego foi mais intenso:

O impacto de viver sob a iminência de abrigar as batalhas da Segunda Guerra Mundial e a rapidez com as mudanças ocorreram no espaço da cidade certamente influíram na maneira como as elites políticas registraram o vivido, assim, as transformações trouxeram uma nova realidade que pode ter provocado mudanças na constituição da identidade da cidade, assim como as transformações podem ser responsabilizadas pelas intervenções ocorridas, pela cristalização de sua configuração espacial e pelo seu desenvolvimento econômico e social (OLIVEIRA, 2008: 19).

Caminhando ao encontro do que acentua Giovana P. de Oliveira, no tocante à maneira segundo a qual as elites pensam e representam os impactos da presença estrangeira em terras potiguares, é interessante notar

que, comumente, nestas contas não são incluídos os soldados brasileiros, nem os milhares de imigrantes oriundos do interior do estado que rumaram a Natal, fugindo da seca e/ou atraídos pelas oportunidades de emprego geradas pela necessidade de providenciar toda infraestrutura capaz de abrigar a base estadunidense.

Ao se observar a descrição realizada por Câmara Cascudo (1999: 37), o que fica patente na narrativa desenvolvida por ele é que este seria um espaço geográfico cujo destino manifesto e irrevogável era servir de ponto estratégico, desde sua ocupação pelos portugueses.

Foi devido a sua localização privilegiada, argumenta Cascudo, que Natal foi alçada à categoria de cidade, quando possuía pouco mais de uma dezena de casas e habitantes. Neste sentido, a narrativa de sua fundação como um destino manifesto é reelaborada e reapropriada nas representações que se fazem desse espaço após a chegada das tropas estadunidenses: “encruzilhada das Américas”, “esquina do continente, “cidade trampolim”, “cidade aberta”, “terra de estrangeiros” ...

A África está próxima, pois Natal é cidade *avant garde* do continente sul-americano, cidade que avança sobre o oceano e puxa o Rio Grande do Norte, no nordeste do Brasil, em direção a Dakar. É porto tão acessível quanto devassável, e isso em mais de um sentido.

O começo foi a água. O rio Potengi. A cidade era também alta. A Ribeira. O forte dos Reis Magos antecipando as Rocas. O Alecrim, contraponto com dois bairros do princípio. A cidade espalhou-se com a chegada de migrantes do interior norte-rio-grandense, repleto, com a capital recém-nascida já cidade, de descendentes de índios *potiguara*, comedores de camarões, dos franceses, dos portugueses, dos holandeses, que fundaram a Nova Amsterdã, e dos africanos negros. Quase todos estrangeiros.

Os homens vestiam linho branco, chapéu palhinha. As mulheres viviam as diferentes modas. Seguindo o rio Potengi, o Alecrim começou pelo cemitério. Ao sul, a cidade morria mal acaba a Cidade Nova ou Cidade das Lágrimas, que depois seriam Petrópolis e Tirol, onde ficavam as poucas residências das famílias ricas. Dali, rasgando a mata, expulsando a areia, uma

única tira de asfalto muito longa e isolada de toda urbanidade ligava a cidade liliputiana a uma terra estrangeira: Parnamirim Field.

Margens do Rio Grande, que se revelou pequeno, posse holandesa, cemitério dos ingleses, cidade presépio, musa dos cantadores e poetas, cidade-do-sol, dunas, ar puro, gente morena de cabelo claro, gente morena de cabelo escuro, cidade *sonrisal*, retirantes, favelas periféricas, Barreira do Inferno, cidade-espacial, militares e quartéis, esquina do continente, cidade dos natalenses quase todos estrangeiros, caldo ralo de cultura e arte, pátria da identidade interrogação. (SILVA, 1998: 17-18).

Assim, historicamente, foram construídas representações de Natal como um ponto estratégico em situações belicosas. Não teria sido por isso que ela fora alçada à categoria de cidade, sem contar praticamente com nenhuma estrutura para tanto, permanecendo nessa situação durante quase três séculos, sendo cidade só no nome?

Natal, a mocinha pudica, recatada, pacata, a fazenda iluminada encontrava-se finalmente com seu destino? A modernidade perseguida pelas elites locais há quase um século chegava finalmente por vias estrangeiras, no início da década de 1940? A questão é, portanto, complexa, controversa. O lugar da modernidade é também “pátria da identidade interrogação”.

A cidade não recebeu apenas novos transeuntes. A presença deles indicava ao mesmo tempo uma mudança na fisionomia dela: devia se vestir de nova, apagar as marcas chatas de um passado que teimava em negar-lhe a modernidade.

O grupo que mantinha controle sobre o poder local por meio da ação sobre o espaço, conseguiu concretizar materialmente o intento de modernizar a cidade, modificando materialmente seus elementos estruturantes e dando a impressão de que mudavam o seu aspecto. As características do passado, consideradas antigas, começavam a ser removidas e, conseqüentemente, criavam as condições para que se estabelecessem novas relações sociais partir de uma nova aparência. (OLIVEIRA, 2008: 55)

Ao contexto das transformações sociais e econômicas, pelas quais passava a capital com a presença massiva de estadunidenses, e sua

movimentação frenética, tanto no ar quanto em terra, nas obras de infraestrutura para abrigar as necessidades oriundas dessas transformações, aliou-se outra questão: a imigração cada vez mais frequente da população do interior do estado, fugindo da seca, carregando consigo o desejo de sair da miséria a que se via impregnada, e sonhando lograr também alguma centelha das riquezas, que, segundo comentários correntes à época, pululavam cotidianamente nas ruas da cidade sob a forma de dólares.

De início, enquanto havia necessidade de muita mão-de-obra, com proletários ainda se apresentando em quantidade rarefeita, as autoridades locais “apreciaram” a presença desses imigrantes pobres. Todavia, não custou para que o fenômeno se intensificasse a tal ponto que os candidatos a habitantes de Natal foram levados a perceber, nem sempre de forma pacífica, que aquela cidade era um palco onde nem todos poderiam atuar. Se sobravam atores, a quantidade de papéis já não era ilimitada...

A concentração das vítimas das secas evitará que repitam os abusos até ontem verificados, e nesse sentido a polícia tomará medidas enérgicas de repressão, não consentindo que continue o espetáculo constrangedor de que vínhamos sendo testemunhas [...]. Com estas providências [*concentrar os imigrantes em palhoças, num acampamento afastado da cidade*] o problema encontrou sua solução mais lógica e eficiente. (MEDIDAS NECESSÁRIAS *apud* OLIVEIRA: 195. *Grifos nossos*).

Segundo relata Flávia Pedreira (2005: 110), outra medida adotada pelo poder público local, na tentativa de amenizar o problema da superlotação na cidade, com a população imigrante do interior do estado, foi providenciar o embarque de parte dela para os seringais do norte (Pará, Amazonas e Território do Acre) ou para os portos de Belém e Manaus.

Embora ansiando modernidade, as elites locais também sofreram as consequências de uma cidade que viu sua concentração demográfica aumentar assustadoramente de uma hora para outra. Problemas como inflação imobiliária e de produtos básicos à sobrevivência, escassez de alimentos e racionamento d'água foram sofridos por toda a comunidade, mesmo que uns tenham sentido mais seus efeitos e outros, menos.

Não era só o fato de reviver o temor de um bombardeamento a qualquer momento pelas forças do eixo, a cada novo *black-out*²⁹ ensaiado,

que assustava seus habitantes. No espaço comumente pintado como o lugar festivo, como o paraíso na Guerra, havia mais problemas do que se costuma relatar em memórias dispersas, esquecidas, silenciosas ou silenciadas por um passado em constante processo de recriação e reatualização.

O fato de a cidade ter expandido seus limites geográficos principalmente a partir do marco beligerante mundial acaba sendo confundido com uma total ausência de medidas “modernizantes” anteriores, desde aquelas que foram sendo implementadas pelos poderes públicos visando à alteração e ampliação de traçados urbanísticos, saneamento e melhoria de transportes, até a institucionalização dos serviços de segurança pública e reaparelhamento policial, ainda nas primeiras décadas do século passado. Ou seja, por esse viés interpretativo, tudo acaba sendo lembrado como decorrência direta das modificações no período posterior – ocorridas com maior intensidade, talvez – acentuando-se certa visão mitificadora que elegeria os interesses externos como determinantes dos rumos das mudanças na história da cidade. (PEDREIRA, 2005: 43).

Na visão do poder público local, era preciso cuidar para que a “cidade centro do mundo” não passasse uma má impressão a seus visitantes. Fazia-se necessário esconder, escamotear suas “feiúras”, ocultar suas mazelas das vistas dos seus visitantes ilustres, mesmo que passageiros. Quiçá terá sido assim, que a arte de maquiagem e esconder suas “feiúras” foi bem apropriada e aperfeiçoada na capital potiguar com o caminhar dos anos, a ponto de os conspícuos estrangeiros que a visitam na contemporaneidade deslocarem-se por suas vias sem que as feiúras dela estejam à mostra.

Seus visitantes ilustres deveriam percorrê-la com certa tranquilidade, sem entrar em contato visual com realidades mais inóspitas, sem que se dessem conta dos graves problemas sociais que corroíam suas artérias. Podiam, por exemplo, visitar o centro da cidade, sem que entrassem em contato com a dura realidade que cercava suas redondezas, em cenários onde, para a população local, ações como cantar e admirar a beleza singela da capital pareciam não fazer muito sentido. Esquecidos pelas políticas públicas, geralmente, suas reivindicações eram tratadas como caso de polícia³⁰. A cidade “encruzilhada do mundo” devia fixar boa

impressão na memória dos adventícios que nela estabeleciam curta paragem.

Três grandes caminhos aéreos convergem para Natal: do Norte procedente do Amazonas e dos Estados Unidos; do leste, procedente da África, da Europa e do Médio e do Extremo Oriente; e do Sul, procedente do Rio, das Repúblicas platinas e outras sulamericanas. Sob esse aspecto, Natal é, talvez, atualmente, a mais importante encruzilhada do mundo [...]. Viajantes de todos os pontos do mundo chegam diariamente a Natal, há muito tempo. Aqui, estiveram presentes Getúlio Vargas, o presidente Roosevelt, o primeiro ministro Churchill, o Sr. Wendell Wilkie, a Sra. Chiang-Kai-Shek, a Sra. Eleonor Roosevelt. Por aqui tem passado embaixadores e representantes diplomáticos de quase todos os países: turcos, mulçumanos, suíços, australianos. Muitos deles são jornalistas ou escritores, que andam anotando, comentando e comprando, e que mais tarde desejarão prestar depoimento sobre essas viagens – o que eles dirão do Brasil? É esta a nossa preocupação. Muitos viram senão esta pequena e risonha cidade do Natal. (NATAL, ENCRUZILHADA DO MUNDO *apud* OLIVEIRA, 2008: 212-213)

Nas falas sobre a cidade, afirma-se que se tenta, a todo custo, vesti-la com a carapuça da modernidade. Será que esta lhe servia? O seu aspecto de cidade do século XX, quase sem passado, está desenhado em sua arquitetura. Ou antes, na ausência desta. Parafraseando Michel de Certeau (1999), ao lançar seus olhares de observador atento de cima do *Word Trade Center* sobre Nova Iorque, Natal também parece se constituir numa cidade que não aprendeu a envelhecer curtindo seus passados. As marcas dos tempos de outrora parecem recordar um atraso em que, apesar da luta para negá-lo, ainda aparenta estar submersa nele. Então, se não é possível eliminá-lo totalmente, talvez fosse factível silenciá-lo, disfarçá-lo.

Encruzilhada do mundo. Epicentro das Américas. Localização geográfica estratégica. Esquina do continente. Uma cidade pequena, singela, talvez a única referência que gente de várias partes do planeta levaria do Brasil. Cuidados especiais sobre ela eram, portanto, urgentes. Era necessário fazer com que se encontrasse, finalmente, com seu destino manifesto de modernidade. Não haveria como fugir dele. Lugar de

estrangeiros desde sua ocupação, conforme apontava Josimey C. da Silva (1998), entraria na modernidade por graça e obra dos estrangeiros.

A partir da suposta *estrangeiridade*, a qual marcaria a história da capital desde sua fundação, concepção expressa, por exemplo, na histografia produzida por Câmara Cascudo (1999) sobre ela, velhos discursos são reelaborados, enquanto novos são ensaiados, na busca por construir uma tradição de povo cosmopolita.

[...] A pergunta que se insuma em nosso pensamento é logo essa: - e depois da guerra? Ora, depois da guerra o mundo voltará a passar em Natal, porque de agora em diante, o seu pôsto de trampolim da América não será arrancado. Vai custar muito arrumar, sobre a face da terra, esses milhões de refugiados, dispersos, prisioneiros, exilados políticos, famílias que voltam às suas terras invadidas pelos nazistas, polonêses, dinamarqueses, francêses, iuguslavos, tchoslovaquios, gregos, rumenos, judeus, regressarão às suas patrias, felizes pelo ar de liberdade que respiram. E Natal, ainda uma vez, será a sua escala, sorrirá aos forasteiros com seu aspecto de cidade jovem, acolhedora e democrática. (MARANHÃO *apud* SILVA, 1998: 67-68).

O futuro preconizado por Antônio de Souza no final do século XIX parecia bater à porta. E seja por sorte, seja por coincidência, com a contribuição decisiva dos estadunidenses, um dos modelos civilizatórios cujo autor ponderava ser exemplo a se seguir.

O ano é 1946. A II Guerra Mundial tinha terminado em 2 de setembro de 1945, após o governo japonês ter assinado o rendimento incondicional. Isto significava o início do fim da “festa” em Natal. Era o momento, então, de reorganizar a história, cravando o evento como novo marco na narrativa historiográfica do estado.

Câmara Cascudo foi convidado por Silvio Pedrosa, à época prefeito da capital, para escrever a história de Natal. E, nela, numa espécie de história do tempo presente, Cascudo vai cravar a presença estadunidense no estado. Talvez devido ao breve intervalo entre a solicitação de Pedrosa e a publicação da obra – cerca de um ano –, a narrativa que construiu referente ao período não chegou a ser extensa e minuciosa, uma característica do pesquisador, mas certamente ele inaugurou uma tradição que acentuará este evento como um marco que, para o bem ou para o mal, mudaria o curso

da história do Rio Grande do Norte, com especial destaque para sua capital, situando-a entre um antes e um depois da II Guerra. É o que apontam falas diversas citadas ao longo deste trabalho.

Assim, não é totalmente sem sentido a assertiva de Enélio L. Petrovich, no prefácio da *História da Cidade do Natal*, de que “Não foi a guerra que projetou Natal no mundo. Foi Cascudo.” (PETROVICH *in* CASCUDO, 1999: 6).

Em 1909, Manoel Dantas havia criado e contado o mito da fundação de Natal. Em 1946, Câmara Cascudo conferiu à cidade, segundo Washington Araújo³¹ – na apresentação da 3ª edição da *História da cidade do Natal*, publicada em 1999, no âmbito das comemorações do quarto centenário da cidade – uma certidão de nascimento. É como se a capital projetada por Dantas no final da primeira década do século XX tivesse sua existência atestada e registrada em documento, no “cartório” da história, não mais no mito.

Terminada a Guerra, os estadunidenses regressaram às suas terras, levando consigo seus dólares e seus encantos. As comemorações do *Independence Day*, os artistas de renome internacionais, as sessões de cinema com filmes que sequer tinham sido lançados no circuito comercial no país de origem, os bailes noturnos com toda a pompa a que se tinha direito, patrocinados pelo “imperialismo sedutor” dos Estados Unidos, deixava saudosas as gentes da capital norte-rio-grandense:

Julho de 1945.

Cessada a luta na Europa os americanos estavam trazendo de volta, e às pressas, as tropas que haviam combatido na área do Mediterrâneo, para enviá-las à frente do Pacífico, onde competia, agora, exterminar a resistência nipônica. Dia 4, no Atheneu Femenino, seu diretor, Mons. João da Matta, ultima os preparativos para a já tradicional cerimônia comemorativa do *Independence Day*. As meninas do orfeão, dispostas em alas, a um sinal e Lurdes Guilherme entoariam o “Deus salve a América”, à entrada do Cônsul dos Estados Unidos; Alvar Furtado faria a alocação alusiva à data; Protásio Melo declamaria a sua tradução da “Saudade à América”, de Walt Withmann; e, finalizando, as equipes de *volley* organizadas por Cecília de Oliveira, disputariam uma taça pela Casa da Música, de Carlos Lamas. (PINTO, 2005: 67. *Grifos do autor*).

Mas a “fazenda iluminada”, “de um sono três vezes secular”, ganhara finalmente notoriedade. Não parecia mais uma cidade pacata, soterrada por um mar de área, de que tanto reclamavam outrora as elites locais. Seu devir auspicioso, sonhado por Antônio de Souza em 1898 e projetado por Manoel Dantas, em 1909, dava mostras de ter chegado, conforme se denota no relato de Lenine Pinto (*Op. cit.*).

Perderam as gerações mais novas o espetáculo das formações aéreas que, como nuvens, ganhavam altura no aprumo das vastidões oceânicas. O cotidiano *show* das lanchas-torpedeiras que seguiam, na linha do horizonte, o vôo lento dos *Catalinas* rastreadores de submarinos inimigos. Os elegantes *Blimps* atentos sobre a cidade. Perderam de ver o impulso de cosmopolitização, decorrente da efervescência humana que transformou Natal, de um lado numa fortaleza, de outro numa espécie gigantesco bairro dos bazares de Tânger, onde movia-se o colorido das nacionalidades, da diversidade de línguas, da circulação livre das mais exóticas moedas, enquanto passavam senhoras remanescentes da *belle époque*, com os cabelos enrodilhados em cocós e belos colares de pérolas. (2005: 41. *Grifos do autor*).

As memórias sobre o período, em constante processo de mutação e reatualização, caminham do encanto ao desalento. Parte delas destaca o crescimento urbano, a cidade expandindo suas artérias por aéreas até então ciceroneados pelos “ciclopes de areia”, a densidade demográfica a aumentar significativamente³². Natal caminhava rumo à “metropolização” e poderia projetar agora para o potiguar uma nova faceta, cosmopolita, lugar da modernidade.

Acordara da noite de três séculos, por obra e graça da presença estadunidense, no contexto da II Guerra Mundial, para tornar-se o ponto de encontro das Américas, encruzilhada do continente, trampolim da vitória, lugar da festa frente ao terror da guerra... Deixara de lado a letargia que impedia de encontrar-se com seu futuro auspicioso.

Enélio L. Petrovich, prefaciando desta vez o livro de memórias da Guerra, intitulado *A cidade e o trampolim*, de João Wilson Mendes Melo (2003), contemporâneo do evento, evidencia em sua escritura, a construção do discurso que toma como referência um antes, para projetar um depois:

Significam, decerto, [os escritos de Melo] abordagens ricas de detalhes, cheias de personagens agradáveis e imprevistos um tanto angustiosos, quebrando a monotonia da cidade, antes pequena, sem infra-estrutura, implantada no ponto mais próximo de Dakar, na África. (PETROVICH in MELO, 2003: 9-10. *Grifo nosso*).

Por outro lado, conforme discutimos, nas falas de personagens diversos, do artista ao cidadão comum, ou ordinário, conforme Certeau (1999), percebe-se a edificação de outras representações para a época, construindo a partir da presença estadunidense no estado, o discurso da perda dos referenciais identitários do seu povo, que teria se deixado seduzir pelos encantos do imperialismo dos Estados Unidos.

Esse discurso/reclame localiza na presença estrangeira, a perda das referências identitárias do potiguar. Este não valorizaria as coisas da terra, a história e a cultura locais por tê-las perdido, devido à “influência” estadunidense no Rio Grande do Norte. Desterrados em sua própria terra, “pátria da identidade alienígena”, tomados pelo mal da inconsistência, vítimas do encantamento desmedido e acrítico por tudo que vem de fora de suas fronteiras.

Nesse sentido, a construção da “*potiguaridade*” vai sendo mapeada e circunscrita dentro de um discurso da ausência, de falta. Vai sendo desenhado a partir do que ele não é, em detrimento daquilo que deveria ser. E, neste cenário, seja para projetar uma identidade – moderna e cosmopolita – ou para negar a existência dela, a presença estadunidense nestas plagas é sempre destacada.

NOTAS

¹ Há uma discussão historiográfica clássica sobre a data de fundação da cidade e quem foi seu fundador. Essa questão será retomada adiante, embora não seja central ao trabalho.

² Sobre Antônio José de Melo e Sousa, ver a nota de rodapé nº 6, na Introdução deste trabalho.

³ Utilizamos aqui a escrita da época, qual seja, 1898. Segundo Cascudo, “O Grêmio Polimático editou um revista (1898-1900) de estudos, séria, equilibrada, colaborada pelos corifeus políticos e intelectuais, Alberto Maranhão, governador do Estado, dr., Antônio José de Melo e Sousa, coordenador das colaborações de história, crítica, etc. O dr. Sousa, Policarpo Feitosa, romancista, fixou a orientação de sua análise. A publicação pretendia, ao que se deduz, repetir a *Revista Brasileira*, com colaboração escolhida, assuntos de pesquisas, evitando folha seca e chave-de-ouro. Os colaboradores foram o juiz Meira Sá, os historiadores Vicente de Lemos, Luiz Fernandes e Tavares de Lira, o jornalista e advogado Manuel Dantas, folclorista intuitivo, geógrafo nato, grande divulgador de curiosidades, o educador Pinto de Abreu, o dr. Horácio Barreto, desembargador Ferreira Chaves, então magistrado, Pedro Avelino, jornalista de combate, Pedro Soares de Araújo, o dr. Homem de Siqueira, poeta, ensaísta, e Tomas Gomes da Silva. Não houve muita influência. A revista era mais admirada que invejada. Muita hirta para o familiar Natal de 1900.” (CASCUDO, 1999: 400).

⁴ Sobre *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*, ver KOSELLECK, principalmente o texto “Espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas (2006: 305 – 327).

⁵ Eloy Castriciano de Souza nasceu em Recife, “irmão dos poetas Auta de Souza e Henrique Castriciano, filho primogênito do deputado provincial Eloy Castriciano de Souza” firmou-se profissionalmente como jornalista. Na “política, ocupou os cargos de deputado federal e senador da República”. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. (CARDOSO, 2000: 219).

⁶ Nascido em Caicó, Manoel Gomes de Medeiros Dantas foi jornalista. Formou-se em Direito na Faculdade de Recife e segundo Cardoso, “coube-lhe a tarefa de instaurar a justiça federal no Estado” (2000: 515). Foi Deputado Estadual (1907-1909), Presidente do Governo Municipal de Natal (1924), ocupou ainda outros cargos no setor público, como Diretor e professor de Instrução pública e Procurador Geral do Estado.

⁷ Ver a apresentação que o autor faz do livro *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna*, de autoria de Pedro Lima (2000), este último, professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁸ Remete-se ao poeta e escritor norte-rio-grandense Manuel Virgílio Ferreira Itajubá, autor de *Terra Natal*, *Harmonias do Norte*, *Lenda de Extremoz* e *Perfil de Jesus*.

⁹ Ver especialmente: *O espaço sagrado: templo, palácio centro do mundo; Morfologia e função dos mitos e A estruturação dos símbolos*, in ELIADE (1993). Ainda sobre o pensamento mítico, ver: *O mito como forma de intuição*, in CASSIRER (2004).

¹⁰ Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nascido em Olinda, foi terceiro capitão-mor do Rio Grande. É apresentado por Cardoso, “juntamente com o Pe. Francisco Pinto, [como] o artífice da paz com os índios, possibilitando o lançamento dos alicerces da colonização”. (2000: 347. Grifo nosso).

¹¹ Sobre a utilização de imagens mitológicas como é referenciado aqui, ver PORTELLI (1996) *O massacre de Civitella Val di Chiana* (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In AMADO (1996: 103-130), em especial páginas 119 e seguintes.

¹² Como lembra KOSELLECK (2006: 320), “o ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa.”

¹³ Antônio Felipe Camarão, “designado governador geral dos índios do Brasil”, “[...] o índio Poti é um dos libertadores do Nordeste” na luta contra o presença batava na América Portuguesa. (CARDOSO, 2000: 245).

¹⁴ Natural de Aliança/PE, Juvino César Paes Barreto é frequentemente apontado como “pioneiro do processo de industrialização do Rio Grande do Norte”, além de “filantropo e patriota”. (op. Cit., 2000: 457).

¹⁵ Nascido em Caicó, o padre João Maria Cavalcanti de Brito foi vigário em várias cidades do estado, até se fixar em Natal, onde faleceu em 1905, sendo considerado um santo por muitos norte-rio-grandenses devido a sua “caridade cristã”.

- ¹⁶ Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba. No campo da política, foi “Deputado estadual à Constituinte, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte em 1893” (op. Cit., 2000: 107). É referenciado como “o domador dos ares”, pioneiro da aviação no Estado.
- ¹⁷ Irmão de Augusto Severo, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu em Natal. Fundador do partido Republicano no estado, no cenário político, ocupou os cargos de governador e senador.
- ¹⁸ Nascida em Macaíba, a poetisa Auta Henriqueta de Souza é considerada um expoente da literatura potiguar.
- ¹⁹ Manoel Segundo Wanderley era natalense e louvado costumeiramente lembrado como o “primeiro dos poetas potiguares”. Também foi médico e dramaturgo.
- ²⁰ Perigo Iminente, segundo Manoel Dantas (2000: 65), “é um morro célebre, leste da cidade, que nem todos os senhores conhecerão pelo nome, porém todos certamente conhecem pelo aspecto imponente”. Assim, subentende-se que o Perigo Iminente representava as dunas em sua sede de engolir a cidade, mas que a força do progresso até 1959, cuidaria de transformá-las, dando-lhe nova roupagem, trazendo-lhe a modernidade.
- ²¹ É interessante atentar para o percurso da viagem intercontinental: Parte “de Londres, passa o canal da Mancha, percorre a Europa e o norte da Ásia, atravessando o estreito de Behring, corta a América do Norte, galga o cimo dos Andes, desce pelos campos gerais de Mato Grosso e Goiás, segue o Vale do S. Francisco, paira sobre a Cocheira de Paulo Afonso – uma fantasmagoria através das luzes de miríades de lâmpadas elétricas – e vem terminar em Natal”. (DANTAS in LIMA, 2000: 70).
- ²² André de Albuquerque Maranhão nasceu em Canguaretama/RN. Proprietário do engenho Cunhaú, um dos maiores da Capitania do Rio Grande à sua época, foi coronel de milícias e comumente citado como “líder e mártir da Revolução de 1817”, (CARDOSO, 2000: 67).
- ²³ Miguel Joaquim de Almeida e Castro nasceu em Natal. Um dos líderes e principais ideólogos da Revolução de 1817, é, segundo Cardoso, “Considerado o maior herói da história norte-rio-grandense e um dos mártires da independência brasileira, ao lado de Tiradentes” (2000: 549).
- ²⁴ Fazenda iluminada”, “encruzilhada do mundo”, “cidade trampolim da vitória”, “esquina do continente” são algumas das expressões recorrentes nas narrativas que versam sobre a presença estadunidense no estado, no contexto da II Guerra Mundial. Essas marcas textuais revelam, assim, a intenção de se estabelecer um marco para a capital entre um antes e um depois da presença estrangeira. Ou seja, antes dos estadunidenses, “fazenda iluminada”, cidade pacata com ares de interior; depois, cidade moderna, colocada no mapa do mundo por obra e graça dos Estados Unidos.
- ²⁵ São alguns exemplos dessas abordagens: AGUIAR, José Nazareno Moreira. *Cidade em Black-out: crônicas referentes à Segunda Guerra Mundial -1939/45*. Natal: EDUFRN, 1981; APRENDIZ DE JORNALISTA. *Clotilde Tavares* (Entrevista). Disponível em: <<http://jornalista.tripod.com/>>. 05 de janeiro de 2006B; APRENDIZ DE JORNALISTA. *Josimey Costa da Silva* (Entrevista). Disponível em: <<http://jornalista.tripod.com/>>. 05 de janeiro de 2006A; GARCIA, José Alexandre Odilon. *Natal, Idos 40*. Disponível em: <http://almadobeco.blogspot.com/2005/02/letras-de-msicas-de-jos-alexandre.html>. Data de acesso: 14 de novembro de 2008; GÖES, Moacyr de. *Entre o rio e o mar*. Rio de Janeiro: Revan, 1996; JORGE, Franklin. *Spleen de Natal*. Natal: Amarela entretenimentos, 1996; MELO, João Wilson. *A cidade e o trampolim*. Natal: Grafpar – Gráfica e Editora, 1999; MELO, Paulo de Tarso Correia de. *Natal: secreta biografia*. Fundação José Augusto – Fundação Santa Maria, 1994; MELO, Protásio Pinheiro de. *A contribuição norte-americana à vida natalense*. Brasília: [s.n.], 1993; OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade e guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço urbano da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. 2008. 1 v. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife; ONOFRE JR, Manoel. *Breviário da cidade do Natal*. Natal: Clima, 1984; PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana – Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*. Natal: EDUFRN, 2005; PEIXOTO, Carlos. *A História de Parnamirim*. Natal: Z Comunicação, 2003; PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Natal: Sebo Vermelho, 2003; PINTO, Lenine. *Natal, USA: II Guerra Mundial – a participação do Brasil no Teatro de Operações do Atlântico Sul*. Natal: RN Econômico, 1995; PINTO, Lenine. *Os americanos em Natal*. Natal: Sebo Vermelho, 2005; SILVA, Josimey Costa da. *A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra. Mundial*. Dissertação de Mestrado, Ppgcs/UFRN, Natal, 1998; SIQUEIRA, Cleantho Homem de. *Guerreiros Potiguares: O Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial*. Natal: EDUFRN, 2001 e SMITH, Clyde. *Trampolim para a Vitória*. Natal: EDUFRN, 1992.

²⁶ Segundo TOTA (2000: 11), “transformada em verdadeira polêmica, o tema da ‘americanização’, quase sempre associado à modernização, é objeto de perene discussão. Acadêmicos, intelectuais e artistas gastaram, e ainda gastam, consideráveis argumentos nos estudos da ‘americanização’ do Brasil. As aspas têm, pois, sua razão de ser. O fenômeno era interpretado como um grande perigo destruidor de nossa cultura, influenciando-a negativamente; ora de forma oposta, é visto como uma força paradigmática, capaz de tirarnos de uma possível letargia cultural e econômica, trazendo um ar modernizante para a sociedade brasileira”.

²⁷ Entrevista concedida ao *Aprendiz de Jornalista*, jornal online do laboratório do Departamento de Comunicação da UFRN no segundo semestre de 1999. Entrevistadores: Adriano Medeiros Costa, Eronildes Pinto, Eva Paula de Azevedo, Marcel Lúcio Ribeiro e Vilsemar Alves.

²⁸ Clotilde Santa Cruz Tavares nasceu em Campina Grande, na Paraíba. Formada em Medicina, especialista em Epidemiologia pela UFRN e tem mestrado em Nutrição em Saúde Pública pela UFPE. Ex-professora de teatro no Departamento de Artes da UFRN. Foi membro-fundador da Comissão Estadual de Folclore, publicou vários livros e ensaios com ênfase em cultura popular, é colunista em jornais e Revistas do Estado e reside em Natal há mais de três décadas.

²⁹ Os *black-outs* ou apagões eram frequentes nas noites da capital potiguar, haja vista a necessidade de os militares prepararem a população civil que a habitava, em caso de um ataque das forças do eixo.

³⁰ A respeito da situação de miséria vivenciada por parcela considerável da população, é interessante observar como Lenine Pinto comenta, sem que isto lhe cause estranheza, como disputavam entre si e com os urubus, as montanhas de lixo produzidas pelos estadunidenses: “Para dezenas de mulheres e crianças dos arrabaldes mais pobres, o milagre dos americanos estava no “forno” – o gigantesco monturo de lixo onde eram despejadas, diariamente, toneladas de detritos e ao qual acorriam, antes das incinerações, para catar – pelejando cada palmo de terra aos urubus – objetos aproveitáveis, desde roupas e sapatos velhos a “book matches” (carteirinhas de fósforos) vazios e selos usados que vendiam a colecionadores. Uma das coisas mais preciosas eram as garrafinhas de cerveja que, depois de cortadas, eram vendidas como copos nas feiras. Mas pegavam muita comida em lata que os americanos jogavam fora ao menor sinal de ferrugem, e cigarros mofados. (PINTO, 2005: 38-39).

³¹ Washington Araújo é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia de Letras do Distrito Federal.

³² Em 1950, segundo o Censo Demográfico daquele ano, a população da capital potiguar era de 103.215. Para obter maiores detalhes sobre o crescimento populacional no Rio Grande do Norte, ver SILVA (2001).

_capítulo 03



GUERREAR E POVOAR

GUERREAR E POVOAR

Em minhas andanças de militante estudantil tive a oportunidade de como potiguar visitar muitos estados de nosso país. Foi nessas viagens que comecei a perceber a dificuldade de ser potiguar. Em São Paulo, me chamavam de baiano; no Rio, de paraíba; em terras gaúchas eu era cearense. Até de capixaba me chamaram ao saber que era do Rio Grande do Norte que eu vinha. Mas nunca, nunca me chamaram de potiguar.

(Angelo Giroto)

Colonizar era missão, o indígena, entrave

Em 30 de maio de 2000, por meio da lei nº 7.831, o dia 7 de agosto foi instituído pelo poder executivo estadual, em alusão “à fixação do Marco Colonial de Touros, em terra potiguar, como data do aniversário do Rio Grande do Norte”. (MORAIS e PETROVICH, 2007: 15).

O mentor da ideia foi o historiador dileitante Marcus César Cavalcanti de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que a apresentou ao então deputado Valério Mesquita. Este a acolheu, transformando-a em projeto de lei, sancionado pelo governo do estado.

A iniciativa de instituir uma “data de nascimento” para o estado revela, em última instância, a busca por estabelecer um marco a partir do Marco. Assim, evoca-se um evento que supostamente o tornaria relevante no cenário nacional, garantindo-lhe o *status* de portador da certidão jurídica do nascimento país, qual seja, o Brasil teria nascido, ao menos juridicamente, no Rio Grande do Norte.

Pelo estabelecido, em 07 de agosto de 2010, o estado comemorou seu 509º aniversário. Anacronismo à parte – haja vista o fato de que o estabelecimento do Marco não caracterizou a fundação nem a colonização da referida espacialidade, e muito menos sua delimitação geográfica, mas tão somente uma posse legitimada pelo Tratado de Tordesilhas, ainda questionada, do que décadas depois se constituiria na América Portuguesa –, é interessante pensar aqui como se deu a formação e colonização do território que hoje corresponde ao Rio Grande do Norte.

Acreditamos que historiar esse processo contribui ao entendimento das motivações que continuam a suscitar no contexto hodierno, a emergência de projetos identitários, a exemplo do referenciado acima.

Pela resistência indígena, aliada às dificuldades práticas (econômicas) de colonizar território tão vasto, a territorialização do espaço atualmente correspondente ao Rio Grande do Norte foi morosa e difícil. Depois que a expedição comandada por Gaspar de Lemos atracou em agosto de 1501, na chamada praia dos Marcos, ao Cabo de São Roque e chantou o Marco de Touros, indicativo de posse nestas plagas, os portugueses praticamente abandonaram as terras “descobertas” recentemente. Todavia, as incursões constantes dos franceses à costa americana, “contrabandeando” pau-brasil, em parceria com algumas tribos indígenas, exigiram da Coroa lusitana presença e ações mais efetivas no território.

Temendo perder domínios para os franceses, D. João III decidiu fomentar a colonização das terras “descobertas” em parceria com a iniciativa privada, por meio da divisão da colônia em capitânicas hereditárias, haja vista a Coroa não dispor de recursos para financiar sozinha a colonização da extensa área sob sua autoridade.

Assim, em 1535, por meio de carta de doação e o foral¹, D. João III concedeu a João de Barros, Feitor da casa da mina e da Índia, cronista e historiógrafo da ocupação lusa na Ásia, a exploração da capitania do Rio Grande.

A colonização da capitania não se constituiu em missão das mais fáceis. Em novembro do mesmo ano, uma expedição foi comandada por Aires da Cunha, com a presença de dois filhos de João de Barros, às terras concedidas para exploração por D. João III. Mas, ao chegar à costa do que atualmente é o Rio Grande do Norte, depararam com grande resistência dos índios *potiguar*.

Selvagens. Bárbaros. Violentos. Canibais. Tomados como sinônimos pelos colonizadores, estes eram alguns dos adjetivos atribuídos aos índios *potiguar*, que habitavam a costa da capitania doada a João de Barros. A carga semântica destas formulações expressa parte das dificuldades enfrentadas pelos portugueses na empreitada colonizadora a ser realizada.

Câmara Cascudo (1984), ao referenciar Gabriel Soares de Souza, em *Tratado descritivo do Brasil*, afirma que “Andando os filhos de João de Barros

correndo esta costa, depois que se perderam, lhe mataram neste lugar os Potiguares com favor dos franceses, induzidos dele muitos homens” (1984: 18). O local a que se refere, seria o rio Pequeno ou Baquipe, atualmente, rio Ceará Mirim. A ferocidade “canibalesca” do *potiguar* também foi comentada por frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, em *Novo orbe seráfico*:

Por estes pitiguares, fora dos encontros de guerra, e à falsa fé, foram mortos e comidos muitos portugueses. Por eles o foram alguns da companhia dos filhos de João de Barros, que, depois de perdidos nos baixos do Maranhão, e vindo correndo a costa, quando voltaram para o reino, mandando alguns homens à terra, onde tinham porto, no rio chamado Baquipe, em 5 graus de altura, antes de chegar ao da Paraíba, foram mortos e comidos por este gentio, induzidos para isso pelos franceses”. (JABOATÃO *apud* LYRA, 2008: 29)

Ao escrever sobre os índios *potiguar* que ocupavam o litoral, Rocha Pombo (1922) acentua o heroísmo, a disposição para a guerra e a extrema desconfiança que alimentavam em relação a adventícios, não deixando de tecer referências aos sacrifícios que impunham aos inimigos:

Todas aquellas regiões maritimas, que ficam entre o Parayba e o Jaguaribe, eram dominadas pelo gentio potyguara, uma das mais nobres entre as nações da familia tupy, e das que se tornaram mais notaveis na historia colonial. Vivendo em continuas guerras com Tapuias do sertão noroeste e com Tabajaras no sul, nutriam assim um forte espirito militar, que os distinguiu sempre entre os mais valentes e aguerridos dos povos americanos. Por fim tornou-se-lhes preponderante esse instincto heroico, ao ponto de não aceitarem relações com gente que não fosse das suas tribus. Viviam por isso de todo segregados até dos outros naturaes do continente. Quando não estavam em guerra, faziam plantações, ou cuidavam de pesca. Menos ainda toleravam a presença de nenhum estrangeiro. Quem não era dos seus era inimigo; e apanhado, teria de ser irremissivelmente immolado aos numes da nação. – Foram estes indios que sacrificaram aquelles dois moços da primeira expedição exploradora. Foram tambem potiguares os indios que mataram muitos homens na mallograda expedição de Ayres da Cunha (por 1538 ou 39). (POMBO, 1922: 21).

Todavia, segundo o próprio Rocha Pombo, a relação do *potiguar* com os franceses, estrangeiros e estranhos a sua cultura tanto quanto os portugueses, era amistosa. A questão instigou a curiosidade do autor, que atrelou a resistência à falta de habilidade dos portugueses no trato com os nativos, cometendo erros crassos durante a obra colonizadora².

Extremamente hostil aos portugueses, porém, assumiam postura amigável junto aos franceses. O comportamento dos índios *potiguar* parecia dúbio, situação que mereceu a atenção de Câmara Cascudo (1984), o qual, ao confirmar a “fama” guerreira e pouca afeita deles a estrangeiros, situou as relações pacíficas construídas frente aos franceses como resultantes da identificação, por parte dos nativos, das diferenças de projetos e interesses, representados pelas duas potências colonizadoras européias naquele contexto:

A presença francesa retardava a colonização sistemática. O francês não tinha exigência moral para indígena nem pretendia fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina. Era comerciante, respeitando a vida selvagem, protegendo-a, tornando-se familiar, amigo, indispensável, obtendo mais baixo preço nos rolos de ibirapitanga, o pau brasil vendido em ducados de ouro na Europa, ávida de cores vibrantes para os tecidos em voga. O português vinha para ficar, criando ambiente à sua imagem e semelhança, construindo fortes, plantando cidade, falando em leis, dogmas, ordenações e alvarás. Os deuses vagos e sonoros dos missionários, os 'abaúnas', vestidos de negro, ascéticos, frugais, armados de pequeninas cruces, entrando pelas matas, cantando ladainhas”. (CASCUDO, 1984: 21).

Fracassava, assim, em meio à resistência e hostilidade do *gentio* nada gentil, a primeira tentativa de territorialização (CERTEAU, 1999) desse espaço. Em 1555, os filhos de João de Barros levaram a cabo mais uma empreitada colonizadora, que, a exemplo da primeira, fracassou. Apesar dos esforços despendidos, mas sem conseguir tornar efetiva a obra colonizadora, a capitania do Rio Grande voltou ao domínio real.

Transcorrer-se, então, quase um século da “descoberta” das terras, mas a colonização parecia um triunfo distante, quiçá improvável. Os franceses, que retiravam constantemente pau-brasil da região, contando com o beneplácito dos índios *potiguar*, incitavam estes a resistirem à presença portuguesa. Temendo perder territórios, nos anos finais do século XVI, o então

governador geral D. Francisco de Souza recebe ordens da Metrópole, indicando a necessidade de alavancar a obra colonizadora na capitania do Rio Grande. Assim, por volta de 1597, sob iniciativas dos capitães-mores da Paraíba e Pernambuco, respectivamente, Feliciano Coelho e Manuel Mascarenhas Homem, novas investidas são levadas a cabo:

É assim, penosamente, conquistando a terra pedaço a pedaço, investindo e recuando, cedendo agora para avançar amanhã, numa dolorosa alternativa de destroço e de sucesso – é assim que se vai entrando naquella porção do dominio. As *jornadas*, que se pode comparar às *bandeiras* do sul, tinham de ir levando por diante as legiões de barbaros, frementes de odio e de repulsa terrível. Potiguares e francezes não esmorecem na sanha tremenda, e não deixam a terra sem protestos de escarmento. Os colonos vivem de armas na mão, como em campo de batalha, alerta dia e noite. Cada nucleo que se installa é mais acampamento que colonia; e ahí vive-se como em sitio apertado, contando as horas, de olhos nas atalaias. (POMBO, 1922: 37. *Grifos do autor*)

E nada parece conter o ódio, a fúria e a disposição dos nativos à resistência, lançando empecilhos diários e noturnos quase ininterruptos à empreitada colonizadora:

Nada, porem, atemorizava aquelle gentio em furor, nem havia meio de reprimir a indomita bravura do Potiguara insurgido. Continuos assaltos, dia e noite, trazem a gente do fortim num constante alarme. Toda a rendondeza andava abalada do selvagem, troando em sanha de guerra. Assediam elles outra vez a trincheira, e não deixam um instante de socego naquelle reducto isolado. (*Op. cit*, 41).

Nesse contexto de guerra incessante, onde paz e descanso parecem sonhos distantes, quando mal se dorme à noite, e pior se vive o dia, temendo serem surpreendidos por uma investida mais hostil, massacrante do inimigo; a construção do Forte dos Reis Magos, iniciada a 06 de janeiro de 1598, mediante as adversidades enfrentadas, vai representar mais uma semente de esperança do que uma conquista, propriamente.

O Forte era a conquista imóvel, padrão de posse como um marco de pedra lioz numa praia deserta. Ao redor, escondidos de trás dos morros, nas encostas das dunas, nos bosques de cajueiros, ao longo das areias

alvas, espreitavam os Potiguares, esperando o conquistador descuidado ou afoito. O Forte, sem irradiação, era um quisto. Legitimava apenas o deserto. Seria sempre um presídio militar, quartel para soldados, gelado pela ausência feminina, sem a grandeza de um povoamento. Estava El-Rei mas faltava o povo. Não havia uma mulher nem criança. O Forte destino melhor e mais humano. Era uma semente. Seu portão largo e severo anunciava a porta mural de uma cidade futura. (CASCUDO, 1984: 26).

O dia 11 de junho de 1599, data-chave nesse processo, marcou o início de uma mudança de cenário importante, quando se reuniram na capitania da Paraíba chefes indígenas *potiguar* e *tabajara* para firmarem acordo de paz com líderes portugueses, a exemplo de Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho, capitães-mores de Pernambuco e Paraíba, respectivamente. Segundo Cascudo (1999), os chefes indígenas “manteriam o contrato, morrendo por ele, em duzentos anos, até o último. O português ia erguer mais uma cidade, a marca do norte, extrema da posse, pouso e reforço para a lusitanização do Brasil setentrional.” (p.49).

A cidade mencionada era Natal. E a fidelidade canina a que se refere, romanticamente, Câmara Cascudo, não seria resultante de um pacto de paz, mas das constantes ameaças a que se vinham submetidos. O acordo significava, na verdade, o extermínio dos índios *potiguar* que povoavam a costa. Se, de imediato, a presença física desses nativos não foi de todo eliminada, a eliminação completar-se-ia de maneira paulatina, por meio da dominação cultural que lhe foi imposta. Chega a ser irônica a maneira como o “historiador da cidade do Natal³” narra esse evento, ao sugerir que os indígenas consentiram desaparecer para que emergisse, enfim, o Rio Grande do Norte:

A história do Rio Grande do Norte finda um dos capítulos iniciais e ásperos a 11 de junho de 1599, data digna de memória e citação. É o nosso primeiro tratado político entre duas raças, duas civilizações, duas mentalidades. O indígena, com seu enduape vistoso, o canitar ondulante, o tacape invencido, os colares de dente de onça, a pedra verde das metaras enfiada no beijo, consente em desaparecer, depois de servir três séculos...” (1999: 49-50)

O primeiro tratado político acordado entre duas raças na capitania presumia, contraditoriamente, que uma delas deixaria de existir, para que a

outra, então, se tornasse soberana. Assim, para o colonizador, o extermínio dos índios *potiguar* era cláusula prevista, e principalmente, uma condição necessária.

Mas, ao darem provas de tamanho “desprendimento” e “fidelidade”, ao menos alguma homenagem póstuma lhe seria dedicada. Se antes de tal acordo, os índios *potiguar* eram referenciados pelos lusitanos com expressões que remetiam ao estado de “barbárie” e à postura “canibal” que ostentavam, quando chegaram a assassinar e devorar, num rito antropofágico, dois filhos de João de Barros, primeiro donatário da Capitania do Rio Grande; depois de “pacificados”, seriam lembrados como os heróis que ajudaram a desbravá-la e colonizá-la, em homenagem póstuma, atribuindo etnônimo de potiguar aos nascidos nesta espacialidade.

Menos romântico que Câmara Cascudo, Rocha Pombo (1922) parecia desconfiar de tamanha fidelidade dos indígenas e mostrava certa descrença, sobretudo quando as alianças proclamadas estavam calcadas mais na base da ameaça e servidão, mantidas pelo terror e medo, do que em relações de interesses e respeito mútuos.

Mesmo em alianças aparentemente sinceras, restava sempre no amino do bárbaro um fundo de desconfiança que se descobria ao mais leve motivo de desilusão ou de queixa. E aquela fé tão fácil de quebrar-se ia ter agora largas ensanchas para isso. Como os accôrdos, e as tolerâncias, para elles tão duras, eram de ordinario fundados mais no medo e no escarmento que nos bons avisos, em regra os indios estavam sempre dispostos a jogar a sorte entre colonos e intrusos. O primeiro barco inimigo, que aparece numa enseada, traz para elles uma esperança. Um concorrente do portuguez no dominio da terra ha de dar-lhes algum proveito: augmentar-lhe-á o valimento junto daquelles que precisam, agora mais, do seu concurso; ou então lhes facilitará o ensejo de uma vingança que andava latente, e só contida pela força. (POMBO, 1922: 87).

Entrementes, ao menos na costa, a resistência indígena parecia controlada. Na difícil missão de dominar o nativo, o adventício utilizava *estratégias* (CERTEAU, 1999) de convencimento que se complementavam: enquanto o incêndio de tribos inteiras e o uso das armas de fogo distribuíam medo e morte; a catequese cristã católica tratava de

acalantar e converter as almas dos “selvagens” dissidentes da luta. Em outras palavras, isto significava o extermínio físico e/ou cultural dos “gentios”.

A incitação de cizânias precedentes entre tribos foi outro expediente muito utilizado. Para vencer os *potiguar*, segundo Denise Monteiro (2007: 26), os lusitanos contaram com a aliança dos *tabajara*, grupos que habitava o território atualmente denominado de Paraíba, que por sua vez já haviam se deslocado do atual território baiano. Embora ambos fossem da nação *tupi*, alimentavam grande rivalidade entre si, e assim, a aversão e a animosidade foram, também, uma importante arma de guerra.

“Pacificados” os índios *potiguar*, cerca de seis meses depois, a 25 de dezembro de 1599, devido a localização geográfica estratégica à defesa da posse do território pelos portugueses, foi fundada Natal. A cidade, que segundo a maioria dos historiadores locais, nunca foi Vila⁴ e já “nasceu” como tal, durante mais de um século, foi “cidade só de nome”, conforme registram documentos vários sobre ela desde então.

Violência, extorsão, vilipêndio, rapinagem... e a emergência de um herói?

A fundação de Natal e a edificação do forte dos Reis Magos marcaram, nos anos finais do século XVI, os primeiros pontos de colonização na capitania do Rio Grande. Mas a caminhada até que a obra se concretizasse seria longa e demorada, uma vez que existiam ainda dois desafios colossais a serem transpostos: tornar Natal, sede administrativa da capitania, uma “cidade de fato” e colonizar o sertão imenso, onde, mais uma vez, teria de transpor a “barreira” indígena que se colocava como entrave. No entanto, antes que pudessem se estruturar para desbravar os sertões, os colonos portugueses tiveram de enfrentar o domínio batavo.

Sertão, é bom lembrar, era como o colonizador designava todo espaço ainda desconhecido no interior da colônia, conforme determinação dos limites pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelos reis de Portugal e Espanha, dividindo as terras americanas entre essas duas nações européias.

Segundo Rocha Pombo (1922), no ano de 1608 o governador geral da colônia d. Diogo de Menezes teria passado por Natal de “arribada” e só teria encontrado na cidade cerca de 25 moradores, enquanto uns 80 habitavam os arredores, vivendo do cultivo de lavoura e do pescado. “Não

tinha justiça, nem vereança. Si já se dizia *cidade* ou *villa*, era-o só de uso, não de predicamento official”. (1922: 56. *Grifos do autor*)

Em 1614 eram decorridos 15 anos da sua fundação, esforço primário de colonização da capitania do Rio Grande e “a Igreja não tinha portas, mas Natal era cidade para todos os efeitos. E ficou sendo sem jamais ter sido Vila. Mas possuía doze casas...” (CASCUDO, 1984: 29).

A situação agravar-se-ia depois do domínio holandês, que se estendeu durante 21 anos, de 1633 a 1654. Se a capitania do Rio Grande apresentava crescimento acanhado até então, a presença batava, segundo a historiografia local, só agravou ainda mais o quadro.

A presença holandesa na América Portuguesa manteve sobre domínio vasta extensão territorial na costa. Ela abarcava a faixa litorânea que atualmente vai de Sergipe ao Maranhão. Para Cascudo (1999), a capitania do Rio Grande, localizada neste intervalo, foi a que “mais sofreu e menos teve” enquanto ficou sob a posse batava. “Não interessava a população viva ou morta nem a massa indígena aliada, exceto a tribo dos janduís, com o seu soberano centenário de anos e filhos, apaixonado pelo neerlandês e seus presentes.” (p. 65).

Assim, ao contrário de Recife, onde o legado batavo foi venerado durante certo tempo, sob crença positiva de que, se povoado pelos holandeses, ao invés dos portugueses, o nordeste brasileiro teria se desenvolvido muito mais; no Rio Grande, a historiografia sobre o período pintará este como um evento que entrou ainda mais o povoamento da capitania, dificultando a expansão para o interior, haja vista a aliança estabelecida por João Maurício de Nassau com os índios *janduí*, que, à época, habitavam o sertão desta.⁵

A GEOVTROYERD WESTINDISCHE COMPANIE, Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, não compreendeu que uma vitória não é elemento exclusivo para legitimar um domínio. Os algarismos nos livros-mestres de Amsterdam eram mais doces que os homens nas terras do nordeste brasileiro. A história da Companhia possui brilho, noutras paragens. O governo de Nassau foi um esplendor na região pernambucana. O Rio Grande do Norte só conheceu violência, extorsão, vilipêndio, rapinagem. Os nomes holandeses passam em nossa crônica como manchas de sangue vivo. Para nós foram exclusivamente os invasores, os vitoriosos pela força.

Tudo que Nassau deixou no Rio Grande foi um brasão d'armas, uma ema simbolizando a dedicação dos Janduí, os matadores brutos de Cunhaú e Uruaçu. (CASCUDO, 1984: 65).

Conforme ressalta Cascudo (1984), por certo tempo, se acreditou ser a ema uma referência à abundância dessa ave na região, o que ele contesta, afirmando se constituir numa homenagem de João Maurício de Nassau ao chefe *Janduí* ou *Nhanduí*, significando ema pequena, que habitava o sertão da capitania, tribo com qual tinha firmado acordo.

A percepção de Rocha Pombo (1922) sobre o evento, não destoa da de Cascudo:

Na terra gloriosa de Camarão, que foi uma das mais sacrificadas, e que os intrusos reduziram ao extremo de não ter um colono que a representasse na Assembléa do Recife, em 1640, só ficou, para recordar o jugo flamengo, a tradição, que não morre, de provações tremendas. (*Op. cit.*, 141).

Expulsos os batavos, as narrativas históricas construídas posteriormente sobre os vinte e um anos da presença deles na capitania do Rio Grande remetem a destruição, destruição e mais destruição. Aos holandeses, personificados na figura de Jacó Rabi⁶, juntos com os *janduí*, seus aliados, são reservados o lugar de vilões, cujas ações, segundo esses relatos⁷, foram demasiadamente danosas a obra colonizadora lusitana. A síntese desse legado podia ser vislumbrada nos massacres de Cunhaú e Uruaçu, o primeiro destes é narrado assim por Cascudo:

A 15 de julho de 1645 apareceu Jacó Rabi no engenho Cunhaú, seguido pela malta indígena. Anunciou ter instruções a comunicar aos colonos e pediu que aguardassem a leitura dessas ordens depois da missa. No dia seguinte, 16, domingo, a Capelinha ficou repleta. Os colonos, apesar do compromisso de 1634, não tinham o direito de usar armas defensivas. Compareceram deixando à porta seus bastões e varapaus. O padre André de Soveral, paulista de São Vicente, com 75 anos de idade, iniciou a Missa. Estava desde 1610 na Capitania e fora Jesuíta. Súbito, a um sinal dado de Rabi, os Janduí entraram de roldão, tumultuosamente guinchando de alegria. E matam setenta pessoas. Soveral foi um dos primeiros a cair, apunhalado por

Jererera, filho do chefe Janduí. Durante séculos via-se a mancha da mão ensangüentada do sacerdote que se apoiara, ferido de morte, num umbral do altar-mor. Nieuhof informa, plácidamente, que os mortos foram 36. (1984: 68-69).

Cerca de três meses depois, ocorreria o massacre de Uruaçu. Fartamente referenciados na historiografia local, esses dois eventos habitam o imaginário de parcela da sociedade até os dias atuais, sobretudo dos católicos. Não por acaso e sob certa polêmica, o governo do Rio Grande do Norte sancionou projeto de lei nº 8913/2006, estabelecendo a data de 03 de outubro como feriado estadual, em referência aos mártires de Cunhaú e Uruaçu.

A construção de tradições (HOBSEAWM, 2002) para a capitania por meio da narrativa histórica requeria a emergência figurativa do herói, cujo surgimento viesse iluminar as brumas escuras do passado e fosse capaz de orientar a tomada de decisões no presente. Todavia, nesse processo intrincado, os vilões são também fundamentais, pois é contra eles que toda força e vigor dos heróis são direcionados, unindo grupos de indivíduos dos mais diversos matizes. Parece ser este o lugar reservado a Jacó Rabi e aos *janduí*, na narrativa histórica do Rio Grande do Norte.

Num contexto onde só se pinta penúria e destruição, surgiria, enfim, um herói para libertar a região sob o julgo batavo: Antônio Felipe Camarão. Ao menos é obedecendo a este enredo que, a partir das últimas três décadas do século XIX, quando são esboçadas as primeiras narrativas históricas para a província⁸, depois estado do Rio Grande do Norte, que esses escritos, ao se remeterem ao contexto das lutas para expulsar os holandeses destas plagas, elegem como herói, a figura do índio Poti. Concomitante à construção dessa narrativa elogiosa, heroica sobre ele, paulatinamente, o termo potiguar, numa referência explícita à tribo a que pertencia, vai sendo utilizado e transformado em gentílico, sinônimo de norte-rio-grandense.

Em 1874, Luiz Fernandes, desembargador, jornalista, poeta e ensaísta, publica, no periódico *Echo Miguelinho*⁹, o Canto do Potiguara. No mesmo contexto, Benvenuto de Oliveira, em poesia¹⁰ dedicada a colegas dos tempos em que eram alunos do Colégio Ateneu, refere-se à espacialidade norte-rio-grandense como “Patria de Camarão”.

Em 24 de fevereiro de 1890, era publicado o número de estreia do jornal *Potiguarania*. Entre 1892 e 1893, os jornalistas Francisco Palma e

José Bernardo Filho, redigiram a gazeta *O Potiguar*. Em 1898, na Revista do Rio Grande do Norte, editada pelo Gremio Polymathico, no *Ensaio histórico*, de autoria de Alberto Maranhão (1898: 17), o autor faz referência à proposta de José Leão¹¹, que defendia chamar o estado de *Potyguariana*, em homenagem aos índios *potiguar*. Na mesma publicação, encontram-se expressões como *terra dos Potyguares* (p.5) e *potyguar*, esta última já usada como etnônimo, referindo-se aos nascidos no estado, conforme evidencia a crônica *Vida Potyguar*, escrita por Antônio José de Melo e Souza, sob o codinome de Polycarpo Feitosa (1898: 372-381).

Potiguar ou *potiguara* foi a nação tupi, cuja tradução do nome para o português significa “comedor de camarão”. Habitava o litoral que corresponde atualmente ao Rio Grande do Norte. Segundo indica a historiografia sobre o estado, durante as tentativas de expulsão dos holandeses, um índio da tribo *potiguar*, nascido em Igapó, na capitania do Rio Grande, teve atuação destacada nos combates. Este índio era Poti – ou Potiguaçu – e recebeu o nome de Antônio Felipe Camarão após ser batizado e convertido ao cristianismo católico.

A referência a um nativo de uma nação indígena “fiel” à Coroa portuguesa, convertido ao cristianismo e destacável por seus atos de bravura para representar, adjetivar o cidadão nascido no Rio Grande do Norte traz consigo toda uma simbologia, da qual o próprio hino do estado¹² é exemplo fortuito:

Rio Grande do norte esplendente
Indomado guerreiro e gentil,
Nem tua alma domina o insolente,
Nem o alarde o teu peito viril!
Na vanguarda, na fúria da guerra
Já domaste o astuto holandês!
E nos pampas distantes quem erra,
Ninguém ousa afrontar-te outra vez!

[...]

A tua alma transborda de glória!
No teu peito transborda o valor!
Nos arcanos revoltos da história
Potiguar é o povo senhor!

(GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008B)

Uma vez dizimados, seja física seja culturalmente, a homenagem póstuma é polissêmica. Afinal, os índios *potiguar* antes referenciados como *canibais*, *selvagens*, *bárbaros*, foram depois “convertidos” à fé cristã. Vitimados pelo aparato repressivo de que dispunha o colonizador, foram “convidados” a sair de cena, ou nas palavras de Cascudo (1999), *consentiram em desaparecer*, para que a obra da colonização seguisse seu curso. Antônio Felipe Camarão representava a vitória da “operação civilizatória” encetada pelo homem branco e a aposta de que, no futuro, seria possível se construir nesta espacialidade, uma civilização nos moldes europeus:

Perdemos, em trezentos anos, a população aborígene. Naturalmente, a que se dissipou mais depressa foi a próxima aos grandes núcleos de população [os *potiguar*]. Natal matou seus indígenas rapidamente. Não os aldeamos como houve pelo interior depois da guerra dos cariris. O indígena ficou por aqui, servo, humilde, sem direitos, assombrado ainda de estar vivo. Na primeira década do século XIX os mapas paroquiais acusavam ainda sua presença, numa alta miscigenação, apenas apontando como indígena pelo empapuçamento da pálpebra, o olho oblíquo de mongol, o timbre lento, triste, levemente cantado, prolongando as vogais, o *descanso* indígena que é resignação e abatimento. Fora fixado nas povoações de Igapó para o vale do Ceará-Mirim, especialmente Extremoz, Veados. Em 1808, os *índios domésticos* no Natal eram 169 apenas. Nasceram 9, morreram 8. A população total era 5.919. Praticamente o indígena morreu. (CASCUDO, 1999: 113-114. *Grifo nosso*).

No texto *O Rio Grande do Norte: ensaio histórico II*, epigrafado em homenagem a Felipe Camarão e publicado na revista do Rio Grande do Norte (GREMIO, 1898: 78-90), Alberto Maranhão argumentava que este era um povo de formação ainda recente, mas que já tinha, em sua trajetória breve, feitos grandiosos, e alguma tradição aparentava florescer pelas terras potiguares. Urgia assim que os historiadores construíssem a narrativa, a biografia dos heróis da terra, os quais, segundo ele, teriam contribuído decisivamente na edificação da obra nacional. Poti seria um destes nomes que precisava ser resgatado do silêncio do passado para ocupar o lugar que lhe era cabível, haja vista ter sido “unicamente devido ao valor d'esse filho heroico que o Rio Grande do Norte *entrou* dignamente na história” (p. 79).

Alberto Maranhão acentuava, porém, que não seria ele “o auctor d'essas paginas destinadas a fazer ressaltar na historia especial do Rio Grande do Norte o vulto sympathico de Felipe Camarão”, mas não se esquivava de adentrar ao debate “pondo em relevo esse admiravel typo de corajoso e leal representante dos selvagens convertidos á civilização” (p. 78), contrapondo-se aos que negavam que o *valoroso potyguar* tivesse nascido nestas plagas.

O resgate biográfico de Antônio Felipe Camarão naquele momento não era casual. Além de ser um período profícuo à emergência de projetos identitários para o estado, buscava restituir a *verdade histórica*¹³, num contexto onde o índio Poti tinha sua identidade espacial questionada por pernambucanos, paraibanos e cearenses. Ou seja, o personagem responsável pela contribuição do estado à história da nação que se buscava edificar, e que conferia o etnônimo de potiguar aos norte-rio-grandenses podia, no entanto, não ser potiguar, mas pernambucano, talvez paraibano ou quiçá cearense.¹⁴

A esse grupo [*tribo dos potiguar*] pertencia o famoso guerreiro Felipe Camarão, o 'poty' da 'Iracema', aquelle celebre e mavioso poema em prosa de José de Alencar. Esse 'poty' (camarão) nós, os rio-grandenses, pretendemos que seja nosso, contra a opinião de alguns pernambucanos e cearenses. No capitulo sobre os nossos homens ilustres e notaveis do passado histórico [...] procurarei provar que o grande auxiliar dos portuguezes contra a invasão hollandeza de Pernambuco, no seculo VXII, nasceu no Rio Grande do Norte e por muito tempo habitou às margens rio 'Potygy', rio que hoje chama-se, por corrupção de linguagem, Potengy, e cujo nome servirá tambem para provar ser rio-grandense o famoso 'Poty', que passou á historia com o nome civilizado de Antonio Felipe Camarão.” (GREMIO, 1898: 17. *Grifo nosso*).

A questão colocava-se da seguinte maneira: para alguns historiadores, existiram dois Felipe Camarão, o pai e o filho. O primeiro teria participado das negociações de paz entre os portugueses e os índios *potiguar* na capitania do Rio Grande, ao passo que o segundo teria se destacado por sua habilidade, dedicação e heroísmo nas batalhas para expulsar os holandeses da América Portuguesa. Assim, o índio Poti, tomado como referência identitária aos norte-rio-grandenses, teria – segundo algumas versões – nascido em território pernambucano. Já para certa

tradição vigente no Ceará, da qual o escritor José de Alencar era partícipe e cujo romance *Iracema* é exemplo, a identidade espacial de Poti seria cearense, tendo este nascido em Ibiapaba. Quanto aos que argumentavam ser Camarão paraibano, o faziam tomando por referência um relato de Ayres do Casal em *Corographia do Brasil*, onde aponta Viçosa como local de nascimento do *heroe rio-grandense*.

Ao discutir a trama narrativa do romance alencariano, Alberto Maranhão não dispensa certa ironia, sugerindo pouco conhecimento do eminente romancista e homem de letras, em História e Corografia, o que teria contribuído na confusão – proposital? – que faz em sua obra sobre a localidade de nascimento de Antônio Felipe Camarão, ressentindo-se da ausência, no país, de um “verdadeiro romancista histórico”, qualificando os ensaios de Alencar de “desastres” (1898: 82-83).

Para refutar o romancista José de Alencar e o historiador Luiz Lamartine Nogueira¹⁵, ambos cearenses, Maranhão, estrategicamente, utiliza em seu favor argumentos do historiador João Brigido *insuspeito*, segundo ele, por ser cearense:

Para João Brigido, que ha pouco escreveu uns luminosos artigos sobre o assumpto – *Camarão e o Ceará* – e a quem ja deviamos valiosos e interessantes trabalhos sobre o assumpto, Camarão *nunca foi pernambucano sinão em o sentido generico da palavra, e cearense foi apenas pela família, que mais tarde se fixou alli começando por seu irmão Jacaúma.* (GREMIO, 1898: 82. *Grifos do autor*).

Quanto aos que situam a Paraíba como identidade espacial de Poti, Alberto Maranhão assegurava se tratar de um grande equívoco. Citando novamente João Brigido, diz que a Corografia de Ayres do casal carecia de autoridade histórica e “*apenas se propunha a falar de terras mal conhecidas do Brazil*, é certo que Viçosa, a antiga aldeia Tiaya, foi creada posteriormente ao nascimento de Camarão” (p. 81).

Saber se Felipe Camarão nasceu nas capitânicas do Rio Grande, Pernambuco, Paraíba ou Ceará é uma questão secundária às discussões ora delineadas, muito embora pareça que os norte-rio-grandenses “venceram” a disputa. O que nos chama mais atenção, na verdade, é a própria dúvida que permeia a naturalidade do personagem, uma vez que isto põe em debate a identidade potiguar desde as tentativas iniciais para inventá-la.

A odisseia colonizadora do sertão

De 1599, data da fundação cidade do Natal, a 1633, quando começou o domínio holandês, passaram-se pouco mais de três décadas, e a capitania do Rio Grande ainda se resumia àquela cidade e arredores. Sem nenhum tipo de urbanização, a duras penas, mantinha-se ali um acanhado núcleo habitacional. O único progresso era a pecuária, que ia servindo como alento ao isolamento e à solidão dos colonos:

Os trinta e quatro anos de cidade, 1599-1633, foram lentos, difíceis, paupérrimos. Interessava ao Rei o forte, a situação estratégica, o ponto militar de defesa territorial. Raríssimas mulheres brancas. Cidade apenas no nome. Uma capelinha de taipa forrada de palhas e os moradores viviam espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando, colhendo frutos nos tabuleiros, pouca criação de gado que se desenvolveria vertiginosamente a ponto de ter 20.000 cabeças em 1633, e as pescarias, de anzol, rede e curral. (CASCUDO, 1999: 58).

As duas décadas sob controle batavo na capitania são sempre referenciadas como uma época marcada por privações e apuros, da qual só teria restado a memória da teimosa e heroica resistência de nativos e colonos portugueses. Os holandeses não teriam edificado ou construído nada de relevância, deixando apenas rastros de destruição e ruínas pelas trilhas traçadas nestas terras. As incursões colonizadoras rumo ao sertão, mesmo tímidas, então levadas a cabo pelos portugueses, teriam cessado inteiramente, o que tornava soberanas na região as tribos indígenas *cariri* ou *tarairiu*¹⁶, inimigas dos lusitanos e indígenas do litoral.

Assim, a empreitada pelo povoamento da capitania, após o período de “devastações e ruínas”, só foi retomada de forma mais sistemática por volta da década de 70 de século XVII, motivado por três aspectos principais: a penetração do interior visando a terras favoráveis ao cultivo da agricultura; ao desenvolvimento da pecuária e a necessidade de conter as sublevações dos *cariri*, que tinham se aliado aos holandeses e bravamente resistiam à obra territorializadora no sertão.

Conforme ressalta Tavares de Lyra (2008), depois do triunfo *flamengo*, nem todas as tribos *potiguar* aliaram-se aos lusitanos. Parte delas, “acompanhou Camarão, combatendo o lado dos portugueses, e outra parte, obedecendo às inspirações de Pedro Poti e Antônio Paraupaba, seguiu os vencedores, os quais também se aliaram os tapuias.” (p. 143).

Essa ponderação do autor é interessante por evidenciar que até dentro de uma mesma nação indígena, as posições não eram homogêneas e unificadas, encetando ainda mais contradições a este processo; sobretudo quando se tem em tela que os índios *potiguar* fizeram fama na narrativa histórica do estado devido à feroz resistência à obra colonizadora portuguesa, só sendo paulatina e sofregamente revertida.

Após a expulsão dos holandeses, durante algum tempo, viveu-se na capitania um clima de paz, entre colonos e índios. Todavia, a busca por ampliar as áreas cultiváveis e por mão-de-obra, devido à quase inexistência de escravidão negra¹⁷ no Rio Grande, fazia com que os conflitos em busca de “cativar” os índios nunca cessassem:

Os sesmeiros, ou seus prepostos residentes nas terras do interior, sem recursos para comprar negros da Guiné ou de Angola, premidos pela obrigação de viver, recorriam freqüentemente à captura dos indígenas, forçando-os às tarefas da agricultura, serviço que, nas tabas, pertencia às mulheres como impróprio ao guerreiro. Essa escravidão, à revelia do Govêrno Geral, era mantida em estado latente. A esperança do colono consistia na decretação de uma *guerra justa* contra determinada tribo. Os homens obtidos no curso dessa campanha ficavam legalmente pertencentes aos seus captores. Fomentar uma guerra, que o Govêrno declarasse *justa*, isto é, de indispensável defesa e destinada a repelir e reduzir a insolência selvagem, era um processo inseparado da própria manutenção colonial. Daí uma série de provocações, de negaças, de violações que o indígena deveria sofrer ou rebelar-se. A rebeldia, armada, depredadora, assassina, justificaria, juridicamente, uma *guerra justa*, sonho coletivo para ter braços para a lavoura e cuidado às boiadas, sob a custódia. (CASCUDO, 1984: 95. *Grifos do autor*).

Sem condições de importar mão-de-obra escrava africana e numa capitania devastada, a guerra ao indígena era uma necessidade. Vivia-se uma época na qual, apesar do temor constante, a guerra compensava. Assim, o incitamento de conflitos com o indígena era um imperativo, com vistas a provocar reações por parte deles que levassem à “guerra justa”.

Estas práticas eram levadas a cabo pelos colonos mesmo em períodos de paz e, com o tempo, tornaram-se uma constante, no objetivo de

que os nativos reagissem às provocações. Dessa forma, reclamações de “agressões” e “cerceamento” desencadeadas pelos indígenas eram apresentadas pelos colonos ao governo-geral, visando obter deste chancela para reação e retaliação àqueles:

No processo de reorganização da administração portuguesa nos territórios que haviam estado sob domínio holandês, as capitanias voltaram a ser governadas por capitães-mores – nomeados pelo rei de Portugal ou pelo governador-geral da colônia – e companhias de infantaria foram organizadas para a defesa de fortes e vilas. Para as frentes de conquista do interior foram designados “capitães de infantaria de ordenanças”, que se encarregavam de estabelecer postos avançados de ocupações de terras, mediante guerras contra os indígenas que resistissem à ocupação. Essas guerras chamadas pelos colonizadores de “guerras justas”. Através delas, os “índios bárbaros” aprisionados, segundo a legislação portuguesa, poderiam ser escravizados ou vendidos como escravos – assim como seus descendentes –, ao contrário dos “índios mansos”, ou seja, os já batizados e, portanto, já supostamente submetidos à colonização. Estes, perante a lei, não poderiam ser escravizados. Assim, no Rio Grande, ao se iniciarem os anos de 1680, oficiais de ordenanças passaram a ser permanentemente designados para frentes de conquista nas “ribeiras” dos rios Ceará Mirim, Assu, Apodi e Jaguaribe, esse último no atual estado do Ceará. (MONTEIRO, 2007: 45-46).

A contra-ofensiva dos nativos dava-se em ataques esporádicos aos povoados que as fazendas de agricultura e pecuária iam fixando sertão adentro. Nestes, incendiavam habitações e lavouras, além de abater o gado *vacum*, para eles, simples peça de caça. Mas foi em 2 de dezembro de 1687 que as tribos *potiguar* “dissidentes” e *cariri* organizaram uma contra-ofensiva, conquistando territórios importantes da capitania, entre estes, a cidade de “Açu” e espalhando terror e medo aos colonos, na chamada *Guerra dos bárbaros* ou *Confederação dos cariri*, que teria duração de aproximadamente dez anos “de incêndios e mortes, [retardou] a fixação do colono no interior da Capitania com a destruição dos rebanhos e dos currais de gado, formas únicas de organizar a vida e a sociedade.” (CASCUDO, 1999: 112. *Grifo nosso*).

Carta do senado da câmara de Natal enviada a Lisboa, em 1689, dá conta do “levantamento” indígena e solicita – ao mesmo tempo em que sugere – providências “a sua Majestade”:

Representará o levantamento de todo o gentio, o grande poder que uniram e as mortes que fizeram em mais de duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais mil cavalgadas e as ruínas dos mantimentos e lavouras para que Sua Majestade ordene ao governador geral e os mais desta capitania não faltem com os socorros a esta, ordenando ao mestre-de-campo dos paulistas e ao governador dos índios de Pernambuco e ao governador dos pretos Henrique Dias assistam no grande sertão e dele não se retirem até com o efeito de se destruir e arruinar todo o gentio, ficando estes livres para se colonizarem, por[que] se resta casta de gente mais conveniente para aquela assistência por ser mais ligeira, e continuada, acelerar a aspereza dos montes e capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões e fazem menos despesa a real fazenda.

[...]

Será presente a sua majestade que em nenhuma maneira convém fazer-se paz nenhuma com este gentio, por ser gente que não guarda fé, falsos e traidores, e debaixo da paz e maior amizade é que nos fazem o maior dano como cá tem feito nesta capitania por três vezes; pelo que obraram estão os moradores tão timoratos e irritados contra eles que se não hão mais de fiar destes bárbaros, e será isto causa de nunca se povoar o sertão, e não há de haver quem queria assistir nele risco que correm suas vidas e fazendas, e não se povoando perde sua Majestade considerável fazenda nos seus reais dízimos, e os moradores as conveniências da criação de seus gados, o que só conseguirá destruindo-se este gentio, e guerreando-se com ele até todo se acabar, dando-se a execução à ordem do governador geral Matias da Cunha que está registrada nos livros fazenda desta Capitania, sendo em tudo acertado para o serviço de Sua Majestade, aumento desta Capitania e conversação deste povo.” (LYRA, 2008: 148-149. *Grifo nosso*).

A ofensiva *cariri* havia chegado à ribeira do rio Ceará Mirim, região produtora de cana-de-açúcar, espalhando o terror e medo entre os habitantes das localidades circunvizinhas, a exemplo de Natal, sede administrativa da capitania, devido à proximidade alcançada pelos *bárbaros*.

A recomendação do governador geral da colônia, Matias da Cunha, a quem se remete a petição do Senado da Câmara, orientava a Antônio de Albuquerque Câmara, então capitão-mor de Pernambuco, que este devia promover o extermínio dos *gentios* em *levante*, uma vez que “a cobiça de os ter como escravos conduzia ao perigo de fugirem os prisioneiros e volver tomar arma contra os portugueses.” (TAUNAY apud MONTEIRO, 2007: 51).

Com a ajuda de forças militares de Pernambuco e Paraíba, e até dos bandeirantes paulistas, a exemplo de Domingos Jorge Velho, conhecido pela derrota que impôs ao Quilombo dos Palmares, e com a ascensão de Bernardo Vieira ao comando da capitania, por volta de 1695, iniciou-se o processo de “pacificação”. Ocupar espaço e demarcar território foi a tática (CERTEAU, 1999) adotada pelo capitão-mor.

Em princípios de 1695 (nomeado a 8 de janeiro) assumiu a governança da Capitania Bernardo Vieira de Melo, o último capitão-mor do século XVII e o primeiro do século XVIII. Com ele a guerra dos cariris amainou. Fundou o arraial de N. Sra. dos Prazeres do Açú em 24 de abril de 1696. É a velocidade inicial da cidade do Assu. Fortificou-os com soldados, nomeando Teodósio da Rocha por capitão. Ficou dois meses no Assu espalhando providências. Tal foi sua atividade que o Senado da Câmara solicitou ao Rei a recondução de Vieira de Melo no posto. O Rei mandou-o ficar mais três anos. Os janduis estavam aldeados no Assu. Os paiaçus, no apodi. Outras aldeias abrigavam o que restava das tribos ferozes. A vida retomava o curso sereno e normal.” (CASCUDO, 1999: 74).

Vencendo a resistência dos nativos e fixando o povoamento com base, sobretudo, na atividade pecuária, novos caminhos foram sendo traçados rumos ao sertão, e os primeiros povoamentos se estabeleceram, territorializando um espaço que, desde o início da colonização da capitania, mostrava-se inóspito e de difícil conquista. Destarte, as povoações mais habitadas só foram alçadas à condição de vilas a partir da década de 1760, quando foram criadas as primeiras sete vilas da capitania: Vila Nova de Arez

e Vila Nova de Extremoz (1760), Vila de Portalegre (1761), Vila de São José do Rio Grande (1762), Vila Nova da Princesa (1766), Vila Flor (1769) e Vila do Príncipe (1788). Enquanto isto, Natal, sede administrativa, continuava a ser a única cidade da capitania. E seu desenvolvimento “acanhado” continuava a incomodar as elites política e econômica locais.

Nos anos finais do século XVIII, a capitania conheceu certa recuperação econômica motivada, sobretudo, pelo fortalecimento das atividades salineira, pela agricultura e pela pecuária, todas elas levadas a cabo no interior, sem que mantivessem relações diretas com centro administrativo da capitania, após o processo de extermínio/expulsão dos indígenas do sertão, por meio da ocupação efetiva do território.

Agora, o sertão ocupava lugar de destaque. Vencida a resistência indígena, colonizado o território, surgia ali a figura do sertanejo, que, apesar da empreitada difícil representada na necessidade constante de demarcar território frente aos nativos, “nunca tenha sofrido influencia do banditismo”. Na percepção de Rocha Pombo (1922)¹⁸, teria se originado naquela espacialidade um “tipo norte-rio-grandense” repleto de virtudes: o sertanejo. Caracterizado, devido ao comércio dos seus produtos, a estabeleceram contatos com “populações das diferentes zonas”, e assim, com o “escambo das mercancias se *fazia* também a permuta de ideias” (200. *Grifo nosso*).

O século XVII fora marcado por conflitos: na primeira metade, a luta contra a presença holandesa; na segunda, a empreitada colonizadora rumo ao sertão. Desde a fundação de Natal até o início do século XVIII, a capitania do Rio Grande resumia-se àquela cidade e a seus arrabaldes. Embora sede administrativa, continuava, no entanto, “cidade só de nome”. A *guerra sem quartel* desencadeada contra os indígenas, para a qual sertão servira de cenário, encarregou-se de eliminar o entrave.

No decorrer da guerra [*dos bárbaros*], não apenas essas tribos seriam dizimadas ou submetidas aos colonizadores, mas também todas as outras, deixando o sertão “livre” para o povoamento pelos brancos portugueses ou seus descendentes. Na mortandade, na escravização e no aldeamento dos indígenas sobreviventes é que se encontra a explicação para o desaparecimento de povos inteiros, seja do ponto de vista físico ou cultural, e para a inexistência de nações indígenas nessa área hoje em dia. (MONTEIRO, 2007: 51. *Grifo nosso*).

A guerra ao indígena tinha trilhado, esquadrinhado e permitido aos colonos conhecer e adentrar o sertão, fixando fronteiras entre Paraíba e Ceará, mas a efetiva ocupação do território dar-se-ia durante o século XVIII. Ainda assim, quando comparada às demais em termos econômicos, a capitania do Rio Grande não tinha grande expressão.

Na zona da mata, mais próxima à costa, haviam prosperado alguns núcleos de cultivo de cana-de-açúcar, que trouxeram riqueza a seus donos, mas não foram suficientes para projetar a capitania economicamente. A indústria do sal também conquistou algum espaço, com destaque para as áreas que atualmente correspondem às cidades de Areia Branca e Macau. No interior, nos chamados sertões, a pecuária, e na segunda metade do século XVIII, a cotonicultura¹⁹, num primeiro momento, alavancada pela guerra de Secessão dos Estados Unidos²⁰ e posteriormente, por volta de 1880, com a emergência da indústria têxtil no país, voltada ao mercado interno, adensou o número das exportações, trazendo certo crescimento econômico, mas não o suficiente para suplantiar seu “complexo de pequenez”.

NOTAS

¹ Enquanto a carta dava conta dos limites da capitania, o foral estabelecia direitos e deveres do capitão-mor. Os limites, aliás, era uma questão sempre em aberto, tanto devido à dificuldade de demarcação precisa, quanto pelo desafio que representava a colonização de áreas já habitadas por nativos e totalmente desconhecidas dos seus “novos” donos. Sobre isto, Câmara Cascudo (1999: 41) assim se pronuncia: “Começava a Capitania desde a baía da Traição, dita Acejutibiró pelos indígenas, limite da donataria de Pero Lopes de Sousa, até Angra dos Negros no rio Jaguaribe, segundo Cândido Mendes; no rio Mandauá ou na foz do Mossoró, segundo Rocha Pombo; na cordilheira do Apodi, segundo Matoso Maia.”

² Segundo Rocha Pombo, a Coroa mandara os “piores elementos” para habitar suas novas posses na América, sendo esta “menos refugio de bandidos, com os quaes nem Duarte Coelho tinha querido convívio”. (p.29).

³ Título concedido oficialmente a Câmara Cascudo por Sylvio Piza Pedrosa, então prefeito da capital, conforme resolução de 25 de dezembro de 1948.

⁴ Há uma discussão, a nosso ver secundária, se existiu ou não um núcleo populacional com o nome de “Povoação dos Reis” antes de Natal ser elevada a condição de cidade. As informações, de Manuel Ferreira Nobre, passando por Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo, até Denise Monteiro e Luiz Eduardo Brandão & Marlene Mariz vão apresentar, vez por outra, divergências pontuais nesse sentido. Por não ser o foco do trabalho, não nos detivemos a essa questão. Seja 1599, seja em 1614 que tenha sido elevada a condição de cidade, o fato é que durante muito tempo, Natal não contou praticamente com nenhum equipamento urbano que lhe justificasse o *status* cidadão, algo constantemente reclamado pelos presidentes da província em seus relatórios apresentados à assembleia legislativa provincial.

⁵ Situação análoga ocorreu na Paraíba. A cidade de Nossa Senhora das Neves, a exemplo de Natal, teve na fundação motivações de ordem estratégico-militar, visando garantir a segurança da capitania de Pernambuco. Entretantes, quando os historiadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP se debruçaram sobre a formação histórica da capitania da Paraíba, essa vinculação a Pernambuco será estrategicamente esquecida, dando margem ao surgimento de uma narrativa que glorifica uma “Parahyba grande, forte e immoderada”, heroica desde sua fundação, e deixa de lado, sua função, digamos, secundária nesse cenário. É sobre o estigma da bravura que será construída a paraibanidade, numa confrontação direta a Pernambuco, conforme acentua Margarida Dias, ao pesquisar como o IHGP produziu sua versão da história para aquela espacialidade: “A tentativa de colocar a Paraíba em igualdade com Pernambuco começa nesses detalhes, que revelavam, sem dúvida, uma condição real de subordinação econômica que se iniciou com a ocupação do espaço territorial, no qual a Paraíba perdeu muito em possibilidades de desenvolvimento do comércio, visto que, geograficamente, o sertão paraibano comunicava-se com mais facilidade com Pernambuco, sobretudo com a sua capital, do que com a capital paraibana. Se adicionarmos a isso os momentos de subordinação política institucionalizada, fica clara a necessidade de apartar na historiografia Paraíba/Pernambuco.

Portanto, a preocupação do Instituto Histórico em produzir uma história separada da de Pernambuco nasceu da necessidade de criar uma identidade paraibana. Como os interesses político-econômicos das elites, a partir do final do século XIX, interessava a confecção de uma identidade nordestina aos interesses políticos históricos locais cabia a composição de uma identidade paraibana.” (DIAS, 1996: 53-54).

⁶ A respeito de Jacó Rabi ou Jacob Rabe, diz Denise Monteiro (2007): “como provavelmente outros funcionários da Companhia que desempenharam a mesma função, usufruiu de sua posição privilegiada. Contra ele pesava acusações de insuflar periodicamente ataques indígenas contra a população da capitania e de apropriar do produto dos saques. Em função dessas denúncias, a Companhia das Índias Ocidentais, através do Alto Conselho do Recife, ordenou sua demissão do cargo e autorizou sua prisão em 1643, o que no entanto não chegou a ocorrer. Rabe foi assassinado a mando de Joris Garstman, militar holandês” (p. 42). Ao traçar o perfil biográfico dele, Tavares de Lyra (2008) e Câmara Cascudo (1984) acentuam que Rabi adotou modos de vida indígena e alimentou certa predisposição a carnificina e a crueldade, influenciando os índios *janduí* a praticar frequentes hostilidades contra os colonos portugueses, uma vez que aquela tribo, aliada aos holandeses, o tinha em grande conta.

⁷ Ver por exemplo: Lyra (2008); Pombo (1922) e Cascudo (1984).

⁸ Após a Independência, em 07 de setembro de 1822 e o estabelecimento do Império, as antigas capitanias foram alçadas à condição de província dentro da lógica organizacional do novo regime político-administrativo. A nomenclatura mudaria novamente, agora para estado, depois da proclamação da República, em 1889.

⁹ Periódico de propaganda republicana que circulava na província.

¹⁰ Salve, filhos denodados
Do grande imperio da Cruz!
Mocidade que ao futuro
A náu da patria conduz.
Erguei-vos, mostrai-vos grandes,
Subi ao topo dos Andes,
Illuminando a razão!
Luz ao plebeu, luz ao nobre!...
Quem póde de luz ser pobre
Na **Patria de Camarão**?! (OLIVEIRA apud POMBO, 1922: 432. *Grifos nossos*).

¹¹ José Leão Ferreira Souto “nasceu no sítio Polônia, município de Santana do Matos a 11-4-1850. Fixou-se no Rio de Janeiro. 1º escriturário do Tesouro. Republicano histórico. Fundou em abril de 1888 um “Centro Potiguarense” destinado a propaganda republicana. Com a República, foi demitido e só em 1903 promovido. Jornalista, poeta, orador, auxiliou intensamente o Partido Republicano de sua terra. Deixou vários livros impressos de poesia, crítica, questões sociais, limites do Estado com o Ceará, etc. Faleceu no Rio de Janeiro a 27-8-1904.” (CASCUDO, 1984: 510)

¹² Conforme informa Câmara Cascudo, quando da sua criação, “O Hino do Rio Grande do Norte não mereceu decreto oficializador. Existiu, historicamente. Foi composto em 1911 pelo maestro Nicolino Milano, brasileiro nato, para as solenidades comemorativas do terceiro aniversário do govêrno de Alberto Maranhão e teve a letra do poeta Gotardo Neto (1881-1911). Há outra letra, de Nestor dos Santos Lima. Em 1922 o maestro Luigui Maria Smido orquestrou-o e foi mandado imprimir pelo Diretor Geral da Instrução Pública e regularmente cantado nas escolas. Depois o hino caiu no esquecimento.” (p. 233). É este ultimo o hino atual do estado, tornado oficial pela Lei n. 2.161, de 3 de dezembro de 1957, durante o mandato de Dinarte de Medeiros Mariz. Pode ser acessado no seguinte endereço: <http://www.rn.gov.br/acess/simbolos.asp>.

¹³ “Está provado, a meu ver, indiscutivelmente, que foi de facto o pequeno aldeamento visinho de Extremoz o berço de Felipe Camarão, um dos mais notáveis vultos da historia patria. E cumpre-nos agora somente, a nós rio-grandenses do Norte, saber honrar e dignamente perpetuar a memoria do heroico varão potyguar cuja bravura inextinguível inicia na historia do Brazil a ação parcial do nosso Estado.” (p. 89-90).

¹⁴ Na sua *História do Rio Grande do Norte*, ao tratar da morte de Antônio Felipe Camarão, Augusto de Lyra Tavares também se posiciona sobre a questão da naturalidade do personagem: “O ano de 1648 é, pois, um ano propício à causa dos patriotas. Poucos são os acontecimentos que anuviavam as suas alegrias e entusiasmos, e destes o maior é, incontestavelmente, o falecimento de Camarão, ocorrido em fins de agosto, na sua estância junto à cidade sitiada. A morte como que engrandece o filho das encantadoras margens do Potengi, e é depois que ele baixa ao túmulo de aos olhos de todos se apresenta, na plenitude de sua majestade, a imponente figura do herói potiguar (depois que Porto Seguro reivindicou para o Rio Grande do Norte a naturalidade de Camarão, vão desaparecendo, pouco a pouco, as divergências dos que a disputavam para o Ceará e Pernambuco; Luís Fernandes, em metucioso estudo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, esgotou, por assim dizer, esse assunto). Choram-no com inexplicável pesar e prestam-lhe, com piedosa mágoa, o tributo da mais imperecível saudade. Não se deixam, entretanto, abater pela dor imensa e continuam a honrar a memória veneranda do guerreiro caído, imitando as suas nobilíssimas ações nas pelejas que vão se seguir.” (2008: 120-121).

¹⁵ No Caso do Ceará, a querela teria sido iniciada por Luiz Lamartine Nogueira, ao defender que Camarão nasceria em Ibiapaba/CE.

¹⁶ Na historiografia do estado, há vastas referências às tribos indígenas, como *tapuias*, que habitavam o interior da capitania. Esta, no entanto, era uma denominação depreciativa que os índios que viviam no litoral, a exemplo dos *potiguar*, atribuíam àqueles. Segundo Denise Monteiro (2007), da nação *tarairiu* as tribos mais conhecidas eram a *Janduí* e a *Paiaçu*, com ênfase para os primeiros.

¹⁷ Conforme se observa dos dados constantes nos recenseamentos populacionais da província, a escravidão negra concentrou-se mais nas regiões produtoras da monocultura da cana-de-açúcar. Devido às condições econômicas geralmente deficitárias, no Rio Grande do Norte, foi mais corrente a escravização de indígenas, uma vez que a população em geral não tinha condições de comprar escravos negros.

¹⁸ A evocação do sertanejo em sua *História do Rio Grande do Norte* não é sem motivos. A obra, encomendada por integrantes da oligarquia seridoense vinculada à pecuária e à cotonicultura, situa-se nas

disputas de poder frente à oligarquia dos Albuquerque Maranhão, que controlou o governo do estado durante a maior parte da Primeira República. Assim, enquanto Augusto Tavares de Lyra, ligado aos Albuquerque Maranhão, na sua *História do Rio Grande do Norte* construiu uma narrativa na qual esta família assume papel preponderante na constituição do estado; Rocha Pombo vai enfatizar o sertão e o sertanejo como expoentes norte-rio-grandenses, não por acaso, região de origem da oligarquia seridoense.

¹⁹ Segundo Denise Monteiro (2007: 78-79), a cotonicultura era desenvolvida na região para uso doméstico há cerca de duzentos anos. O algodão já era conhecido dos indígenas, e depois da presença de europeus, passou a ser utilizado na fabricação vestimentas, redes e cobertores.

²⁰ Este é o contexto da I Revolução Industrial. Os Estados Unidos era o principal fornecedor de algodão à Inglaterra. Com a guerra de Secessão, o fornecimento dessa matéria-prima foi suspenso, obrigando os ingleses a procurarem novos mercados. A província do Rio Grande do Norte era um deles.

_capítulo 04



**AFUGENTANDO SILÊNCIOS:
A EMERGÊNCIA DOS DEBATES
ACERCA DA IDENTIDADE ESPACIAL
NORTE-RIO-GRANDENSE**

Infelizmente, diferente do que se vê no Pernambuco, onde os artistas da terra são valorizados em maior proporção que os "astros nacionais e internacionais", no RN o que rola é uma desvalorização do que é da terra.

(Ricardo Moreira)

“Natal, não-há-tal” ou a metáfora do “corpo sem cabeça”

Quando escreveu a *História da cidade do Natal*, ao enveredar por temas cujo leitor mais desavisado questionasse a relação com a história daquela, Câmara Cascudo alertava que por muito tempo, a capitania do Rio Grande se confundiu com a cidade do Natal. Uma era a outra. Escrevendo em 1947, apresentou um argumento de ordem semântica, contemporâneo a sua escritura, para reforçar essa percepção: “Rio Grande é ainda um sinônimo popular, especialmente para o sertão, de nome da cidade do Natal. Dizer-se vou para o Rio Grande significará vou para Natal.” (1999: 58).

A colonização da capitania do Rio Grande começou por Natal, depois das “pazes” firmadas com os índios *potiguar*, e, durante quase um século e meio, a cidade permaneceu isolada, como o único município na capitania, sem conseguir crescer nem expandir a obra colonizadora ao interior. “Teve suas primeiras autoridades civis em 1611 e o segundo município, Estremoz, é 3 de maio de 1760.” (CASCUDO, 1984: 326).

Mesmo no século XVIII, quando depois da chamada *Confederação dos cariri*, a capitania conhece certo progresso econômico e vê multiplicando-se os núcleos populacionais pelo interior, a situação permanecerá inalterada. Pouco habitada e isolada por obra e graça da natureza, sem vias de comunicação que lhe trouxesse *desenvolvimento*, e, por conseguinte, não tinha proeminência sobre o restante da capitania.

Em 1805, o recenseamento levado a cabo pelo capitão-mor José Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque dava conta de uma população de 6.393 pessoas na cidade. Três anos depois, no contexto da vinda da família real portuguesa para o Brasil, outro levantamento populacional, realizado agora pelo vigário Feliciano José Dornelas contabilizava 5.919 habitantes. Em 1844, 6.454, mesmo número identificado em 1855. Quinze anos passados, 1870, a população recenseada na capital da província era de 8.909 pessoas. Segundo Rocha Pombo (1922):

Natal, que é o primeiro núcleo de população que ali se forma [*na capitania do Rio Grande*], até princípios do

seculo XIX não passava, pelas suas proporções, de uma pequena aldeia. A povoação ficava quase toda limitada no alto da collina que é hoje a parte alta da cidade. A margem do Potengy não havia mais que uma linha interrompida de casas, na maioria armazens de commercio. Aquelle quarteirão urbano consistia em uma grande praça, tendo ao centro a igreja matriz; a aos lados, mais duas igrejas (a de S. Antonio e do Rosario), a casa do governador, a casa da camara e cadeia publica. Da praça central sahiam tres ruas, pode-se dizer que apenas demarcadas, pois eram muito poucas as casas, um lado e de outro: Nenhuma dessas ruas, nem mesmo a praça, era calçada. Quando muito, as melhores casas tinham na frente um calçamento de tijolos. As casas eram todas térreas, sendo muito poucas assoalhadas e cobertas de telhas, e rarissimas tendo o tecto forrado de taboas. [...] – A população de Natal não passaria então de 1.000 a 1.200 habitantes; devendo observar-se, no emtanto, que o maior numero de moradores viviam nos sítios, engenhos e fazendas, só vindo á cidade nas occasiões de festas, ou por necessidade de negocios. – Não havia illuminação publica. (POMBO, 1922: 205. *Grifo nosso*).

Enquanto isso, a população total da capitania, depois província do Rio Grande do Norte, aumentava consideravelmente a cada novo recenseamento. Crescimento motivado, sobretudo, pelo estabelecimento de núcleos populacionais no interior, conhecendo certo progresso nas atividades agropecuárias. Em 1805, eram 49.250 habitantes. No ano de 1826, beirava a casa das 70 mil almas. Cerca de duas décadas depois, em 1835, 87.931. No ano de 1844, contabilizava 149.072, em 1850, passava dos 160 mil, enquanto em 1872, era de 233.979 pessoas. Um ano antes da proclamação da república, a população ultrapassara os 300 mil habitantes e conforme argumenta Denise Monteiro (2007):

[...] esse aumento populacional correspondeu ao aumento no número de vilas existentes no Rio Grande do Norte. Na primeira metade do século XIX, mas sete povoações foram elevadas à categoria de vila, distribuída tanto pelo litoral leste e norte quanto pelo sertão (*Op. cit.*: 94).

O desenvolvimento do interior, ao passo que a sede administrativa parecia “congelada no tempo”, motivava debates e inquietações entre os

norte-rio-grandenses e os que visitavam a “cidade dos reis”. Dom Frei Luiz de Santa Tereza, bispo de Olinda, no relatório da visita pastoral que apresentou a Santa Sé, em 1746, diz que Natal é “tão pequena que além do título de cidade, igreja paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de cidade”. E registra o trocadilho: “Da cidade de Natal não-há-tal, como por brincadeira se diz”. (GALVÃO in EMERENCIANO 2007: 11)

Em 1836, quase um século depois do relatório apresentado por Dom Frei Luiz de Santa Tereza a Santa Sé, Jacó Ferreira d'Aguiar¹, presidente da província, em fala direcionada à assembleia provincial, reclamava do péssimo estado em que se encontravam as estradas, a isolar a capital e impedir seu desenvolvimento.

Bem longe de dizer-vos, que temos Estradas, vos afirmarei, que apenas temos algumas pessimas veredas, que nos dá comunicação com o centro da Provincia, digo pessimas, por que alem de tortuosas e mal aceadas, empessem à cada passo o viandante pela sua estreiteza, de maneira a não permitir um cavaleiro transitar livremente. É este, talvez, um dos mais poderosos impecilhos, que obståo ao engrandecimento d'esta capital, por que, esmerando-se todo um anno, o laborioso agricultor para obter uma grande colheita, vê-se forçado à leva-la ao mercado de outra Provincia, que lhe apresenta melhores Estradas, furtando-se, d'esta arte, aos continuos incommodos que tem de suportar para traze-la à esta capital, à outros diferentes pontos da Provincia, diminuindo ao mesmo tempo as suas pequenas rendas. É por tanto, justo, senhores, que gasteis algumas oras em buscar-lhes melhoramento. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

Dez anos passados, a situação não mudara muito e a questão da ausência de estradas interligando capital e sertão ainda estava em aberto. O tema é retomado em assembleia provincial, pelo presidente Cazimiro José de Moraes Sarmento, no relatório apresentado a seis de março de 1846. É que as *veredas* continuavam a ocupar o lugar destinado às estradas:

Veredas intransitaveis em muitos pontos, pelos temerosos atoleiros do inverno, muito mais longas do que o podiam ser, pelas tortuosidades, voltas e continuadas ladeiras, aflanosas, pela sua exiguidade, escabrosidade, e pelas areias, ou pedras de que são acumuladas, eis o são as estradas da Provincia!

Tenho para mim que não serão precisos longos arrasoados para convencer-vos de quanto este ponto deve merecer vossa solicitude, pois não podeis ignorar que *facilidade de comunicação* para o centro da Província não pode verificar-se senão por meio de estradas, visto não ser ela cortada por hum só rio navegavel; he condição absolutamente indispensavel, essencialissima para a prosperidade e engrandecimento de qualquer paiz; ou antes, que depois da segurança individual e da propriedade, o maior beneficio que se póde fazer a hum Estado [...]” (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

Moraes Sarmiento, que tinha confiança de que não seriam necessários muitos argumentos para que a assembleia provincial se convencesse da premência, da urgência com que devia ser tratado o tema, tão convencido e angustiado do problema que estava, prossegue sua explanação, reiterando sempre que a *facilidade de comunicação* se fazia fundamental para garantir o desenvolvimento da província, tirando-a da *soledade* e do *isolamento* em que se encontrava.

Dois anos depois, em 1848, ao problema da ausência de estradas, de *vasos* ou *artérias* comunicantes entre a capital e o interior da província, Antonio Joaquim de Siqueira, na sua fala à assembleia provincial, acrescenta outra lacuna: a inexistência de equipamentos urbanos básicos na sede administrativa, a exemplo de ruas calçadas, que facilitassem o trânsito:

Tratando d'este ramo do Serviço Publico, informar-vos-hei primeiramente das obras, que julgo preciso fazer. Ocupará o primeiro logar o calçamento das ruas destas capitais. Nenhum de vós, desconhecerá a necessidade de serem calçadas, ao menos, algumas ruas. Todos os dias experimentamos quanto difficil, e incommodo é o transito por uma area solta, e movediça. Além de que, as continuas chuvas, fazendo profundas excavações, vão pouco a pouco arruinando o solo, de maneira que, se não obviardes a semelhante destruição por meio do calçamento quando quizerdes faze-lo, dous trabalhos serão de mister, o de entulhallas, para serem depois calçadas. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009)

A situação da instrução pública, então, levava ao desalento. “Muito atrasado e desanimador é o estado da instrucción publica na Província, mas nada ha que admirar onde quasi tudo falta ao melhoramento deste ramo do

serviço público”.² A constatação de Magalhães Taques não era exagerada. Antes e depois dele, os presidentes, variando o grau do otimismo em relação ao futuro ou desolados pela situação presente, lamentavam o atraso vivenciado pela província no seu sistema educacional: faltavam professores “habilitados”, centros de ensino, um programa/currículo efetivo e um “methodo” eficaz.

Ele apontou também lacunas que considerava absurdas, pois, “Para que possais avaliar o ensino actual das escolas, basta dizer que na escola da Capital não se tem ensinado o Cathecismo, nem a Grammatica portugueza!” Devido aos índices altos de pobreza da população, muitos pais não podiam comprar materiais escolares básicos e essenciais ao aprendizado, como livros, reclamava. Cadeiras³ eram criadas, outras extintas, sem que se conseguisse estabelecer parâmetros seguros. Sem contar o fato de que só uma minoria dos jovens tinha acesso a uma instrução pública, mesmo deficitária. Na busca por soluções, a necessidade de “reformas no ensino” é sempre reiterada nas falas dos presidentes, destinadas à assembleia provincial.

Não bastasse a situação deficitária da “instrução pública”, a ausência de meios de comunicação que atingisse e interligasse toda província, também dificultava a emergência de debates intelectuais e políticos que atingissem camadas mais amplas da sociedade norte-rio-grandense. Somados os dois fatores, o quadro era complicado. Elevadíssimo índice de analfabetismo e o debate político e cultural comprometido. Em meados do século XIX, não funcionava uma tipografia sequer, nem na capital, que publicasse ao menos os atos normativos do governo, ainda impressos nas províncias vizinhas.

Inexistia até mesmo um jornal cuja circulação abrangesse todo o território, ficando o debate político e cultural fechado em três núcleos regionais independentes, a saber, o litoral, com Natal, o Seridó, com Caicó, e, no Oeste, Mossoró. Em 1849, no relatório apresentado à assembleia provincial, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques fazia um misto de reclamação e alerta:

É tempo, senhores, de ter a Província este grande meio de instrucção e derramamento de conhecimento uteis, de prompta comunicação das ordens do Governo, de publicação dos seus actos, do procedimento dos Empregados Publicos, de todos os factos que teem relação com a ordem social e com o bem, de habiliatar e excitar a opinião publica para

aprecia-los e julga-los, como se tornou necessidade sob o Governo Constitucional. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

Passou-se, então, uma década. Em 14 de fevereiro 1859, em sua mensagem anual levada à assembleia provincial, o presidente do Rio Grande do Norte, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves⁴, deixava transparecer todo seu descontentamento frente a situação de letargia na qual se encontrava a capital, quando comparada às demais do Império e até mesmo, a regiões do interior da província, que vivenciam certo desenvolvimento.

Em todo o Imperio mais ou menos as capitaes se constituem o centro da vida e de movimento das províncias, já pela actividade de importação e exportação, e já pela immediata influencia da acção governativa: nesta provincia porêem tudo corre pelo inverso, a frouxidão em todas as relações, e desanimo em todas as emprezas, e o mais completo isolamento dão à Cidade do Natal esse triste e sombrio aspecto, que tanto a desconsidera aos olhos dos que a visitão. Cercada pelo lado do Leste e do Sul por uma cordilheira de morros de arêa de difficil acesso, que se prolongão na extensão de muitas leguas em incultas e estereis chapadas, tendo em frente pelo Oeste o Rio Potengi com 205 braças de largura, e ao Norte o oceano na distancia de duas milhas, comprehende-se facilmente quam penosa deve ser a comunicação com qualquer ponto do interior da provincia. (*Op. cit.*).

“Acanhada”, “pequena”, “isolada” por obra e graça da natureza, perdida entre o rio, mar e o areal das dunas, que parecia em marcha ininterrupta para soterrá-la, a capital não conseguia, segundo Nunes Gonçalves, ser o motor do desenvolvimento, a referência da província, papel que esperava fosse ocupado por ela, haja vista abrigar a sede administrativa do governo. Antes, inspirava reclamações e vergonha.

Havia treze anos que Cazimiro José de Moraes Sarmiento fora presidente, e as estradas, as *artérias da riqueza*, tomadas como a senha ao *desenvolvimento* da província, tirando a capital de seu isolamento enfadonho, ainda não tinham sido abertas.

Sem estradas, canais que assegurariam a comunicação com as demais cidades e povoados do Rio Grande do Norte, os centros populacionais que ensaiavam certo desenvolvimento econômico, sobretudo

com atividades vinculadas à agricultura e à pecuária, eram obrigados a comercializar seus produtos nas províncias vizinhas, com destaque para Paraíba, Pernambuco e Ceará, conforme assegurava Cascudo:

Durante muitos anos os pontos povoados do sertão paraibano não tiveram inter-comunicação. Piancó conhecia ligação com a Bahia, e Boqueirão, nos Cariris Velhos, com Pernambuco. Entre nós, já no século XIX, sucedia o mesmo. Mossoró ia para o Aracati e Caicó para Campina Grande. O sertão escapou secularmente à capital que vegetava, humilde e minúscula, junto ao Potengi. As ligações orientavam-se para Pernambuco e Paraíba, para as grandes feiras de gado, Iguaraçu, Goiana, Também (Pedra de Fogo), Itabaiana e depois, Campina Grande. Daí a rede de estradas e variantes que sempre aglutinaram esses lugares e os articulavam às regiões do Seridó e sertão de Piranhas, ribeira da Penema, enquanto a zona do Mossoró escoava-se para o Ceará pelo chapadão do Apodi. Com o desenvolvimento do Aracati passou êste a dirigir Mossoró e Mossoró ao seu sertão na linde oeste. (1984: 309).

Isto contribuía para a formação de núcleos regionais autônomos no seridó e no oeste, capitaneados respectivamente por Caicó e Mossoró, que se desenvolviam a passos largos, sem que recebessem praticamente nenhum tipo de “influência” da capital. Para vencer estes obstáculos, em 1859, Nunes Gonçalves (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009) apontava duas alternativas que se complementavam: a construção de uma ponte sobre o rio Potengi e o “rompimento dos morros por uma estrada plana e calçada”. Todavia, o presidente comenta que os “mais descrentes entendem que não ha salvação possível sem a mudança da capital”. A ideia da mudança da sede administrativa só não era “aplaudida” por ele, conforme argumentava, porque não enxergava, em toda província, ponto algum que oferece “condições vantajosas” naquele contexto.

No ano seguinte, o presidente José de Oliveira Junqueira⁵, na fala submetida à assembleia provincial, retomou as mesmas reclamações e anunciava ações no intuito de amenizar o problema:

Não tendo esta capital uma estrada digna desse nome, que sirva para as suas comunicações com o resto da provincia, de modo que quase em completo isolamento está esta cidade, cercada de morros de

areia, e das aguas do rio, não podendo vir a este mercado cavallos, nem carros carregados com generos alimentícios, entendi de urgente necessidade a abertura de uma estrada, que, partindo do lugar chamado – Baldo – tenha de percorrer uma chapada livre de areias até o Morro Grande [...]; e dahi, aperfeçoando a estrada actual, vá procurar o valle do Guarapes, d'onde será fácil ao viandante seguir centro pela Macahiba, ou para a cidade de São José sem passar pelos grandes areiaes, que percorre presentemente, e que desanimam a vontade mais decidida de visitar esta capital, a que somente vem o individuo, que tem grande negocio á tratar. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

Veríssimo de Melo (2007), historiador diletante, escreveu, em 1972, a crônica *Natal há 100 passados*, no qual procurou traçar um perfil de como se encontrava a capital do estado à época. Para tanto, usou como referência escritos de Lindolpho Câmara datados de 1872, sobretudo o capítulo “Natal do meu tempo”, publicado na obra póstuma de Câmara, intitulada *Memórias e devaneios*, de 1938. O resultado alcançado evidencia uma Natal “pequena” e “acanhada”, que não possui infraestrutura urbana que justificasse a condição de capital, tornando-a “cidade só no nome”. Não havia nela um automóvel sequer, nem para uso do presidente provincial:

[...] O presidente da Província, com seu séquito, partia a pé, do Palácio, (na rua do Comércio, na Ribeira), subia a ladeira e vinha abrir a sessão da Assembléia Legislativa na Cidade Alta. Diz ele: “... chegavam esbaforidos, suarentos, que quase nem podiam subir as escadas do edificio... Finda a cerimonia, tornavam pela mesma rota ao Palácio”. (MELO, 2007: 32-33).

Também em 1872, o relatório de Henrique Pereira de Lucena⁶ apresentado à assembleia provincial dava conta de uma capital atrasada, mas que, se seguisse o caminho da remoção das “causas primordiais do atraso” que a afligiam, poderia conquistar seu espaço no cenário da nação que se gestava, podendo finalmente fazer frente as suas “irmãs”. Entrementes, para que isso acontecesse e o “futuro remoto” se tornasse presente, havia que se mudar seu destino, pois não estava de todo perdida. Restavam-lhes ainda centelhas de esperança:

Situada a margem direita do Potengy, ou Rio Grande, a uma legua pouco mais ou menos de sua foz, acha-se a cidade do Natal, por assim dizer, comprimida e asphixiada, do lado sul e leste por alterosos morros de arêa, mais ou menos movediça e improductiva, e do lado de oeste, por um longo e immenso lençol d'agua, que para o oceano conduz o Potengy.

O seu pequeno commercio acha-se inteiramente avassalado ao da praça de Pernambuco, e mais ou menos sujeito ao de algumas povoações circunvizinhas, onde a facilidade do transporte tem tornado mais commodo e menos dispendioso o trafico mercantil.

É-lhe pouco abundante a agua potável, faltam-lhe absolutamente as estradas regulares e faceis e que a ponham em communicação com o interior da provincia, da qual se acha, por assim dizer, sequestrada.

No exterior, em um raio de mais de duas leguas quase nenhuma cultura; no interior causa dó ver as suas ruas estreitas e tortuosas, compostas pelo mór parte das palhoças, cercadas de matos, verdadeiras capoeiras, e de immundicies. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

A solução aventada por Henrique Pereira de Lucena não era nova. Retomava a proposta de transferência da capital. O local mais adequado, pelas inúmeras vantagens que inspirava, segundo a fala do presidente, já havia sido escolhido. Apresentava boas condições topográficas, recursos naturais, como barro, cal, areia, madeira, pedra e água em abundância, *estradas comunicantes*, permitindo o contato com o interior da província, além de um comércio que se apresentava, inclusive, mais promissor que o de Natal. Estava dado o veredito:

A idéa, pois, de transferencia da capital para outro local, para a planicie denominada – Carnaúbinha, por exemplo, fronteira com a Guarapes, é por demais transcendente e de necessidade indeclinavel, visto ser o unico ponto conhecido que mais vantagens oferece para isso (*Op. cit.*).

A situação, aos olhos de Pereira de Lucena, era demasiadamente grave e já se tinha prolongado por muito tempo. Urgia, portanto, que se

tomasse uma atitude, colocando-a no caminho do *progresso*, em nome da possibilidade de mudança e de que, num “futuro mais ou menos remoto possa com vantagem, talvez, disputar primazias às suas irmãs, uma vez que sejam removidas as causas primordiais do atraso”.

Eis, Senhores, o que me cumpria dizer-vos com referencia a um assumpto de tanta magnitude, e a que se liga tão estreitamente o futuro da provincia. Considerarei, que são já decorridos 273 annos que a cidade do Natal é a capital da provincia, e que seu aspecto é o de uma villa insignificante e atrasadissima do interior.

Considerai, que a provincia é um corpo sem cabeça, e que é devido exclusivamente a esta circumstancia que ella se conserva á retaguarda de todas as suas irmãs.

Cumprе arranca-la desse estado de abatimento e de torpor. Não vos entregueis á inercia e ao indifferentismo, ao contrario, reagi com todas as vossas forças contra estas duas traças destruidoras de todo o progresso. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

A sentença de Henrique Lucena era dura, pesada, implacável. Natal seria a representação material da decadência e do atraso. Com ela na condição de capital, a província tornara-se um “corpo sem cabeça” em três séculos de inércia, acanhada por sua pequenez frente as suas irmãs. Um ano antes, J. C. Fernandes Pinheiro repetia uma máxima bastante conhecida à época e que, conforme temos observado, muito incomodava os norte-rio-grandenses: “Em verdade a cidade do Natal, mesmo vista de fora, parece justificar o trocadilho que lhe ouvi aplicar – CIDADE – NÃO-HÁ-NATAL.” (PINHEIRO *apud* EMERENCIANO, 2007: 43).

O cenário pintado seria pior que um pesadelo, pois era real e vivenciado todos os dias pelos habitantes da província. Recordamos aqui a força da narrativa onírica de Manuel Dantas (*apud* LIMA, 2000) em *Natal daqui a cinqüenta anos*⁷. Diante de situação tão incômoda, sobrava o “velho vício de sonhar”... Sonhar um futuro que fosse o oposto do presente.

As dunas, os “ciclopes de areia” na narrativa mitológica da fundação de Natal criada por Manuel Dantas, continuavam a postos, mantendo-a em castigo, no isolamento, sob o constante risco de ser “soterrada” por um mar de areia. Mas, no contexto de sua escritura, a capital começava a adquirir equipamentos urbanos e alguns sinais da tão desejada modernidade já

podiam ser percebidos. Assim, num porvir mesmo que remoto, conforme cogitava Pereira de Lucena (2009), quiçá conseguisse fazer frente as suas “irmãs”, e o estado, representado na metáfora de um corpo sem cabeça, enfim, encontrasse o *progresso*, uma cabeça.

No ano seguinte, 1873, em relatório anexo à fala do presidente em exercício, Bonifacio Francisco Pinheiro da Câmara⁸, o diretor de obras públicas Feliciano Francisco Martins posiciona-se sobre propostas defendidas um ano antes, por Pereira de Lucena.

As soluções aventadas por Lucena eram duas: construção de uma ponte sobre o rio Potengi, de maneira a interligar a capital às povoações do litoral norte e zona da mata, seguida da aplanagem das dunas, possibilitando o crescimento da capital, o que facilitaria seu acesso, por meio da construção de estradas; ou a transferência dela para a localidade de Caraubinha.

Mesmo indo em certa medida, ao encontro das alternativas apontadas pelo presidente, Feliciano Martins tece algumas ponderações a respeito. Embora considerasse a segunda proposta mais adequada, qual seja, a transferência da capital, argumentava, porém, que as duas soluções eram praticamente inviáveis. A construção de uma ponte sobre o Potengi prejudicaria a navegação fluvial, responsável, em grande parcela, pela chegada e saída de produtos a serem comercializados, além da dificuldade extrema que, naquele contexto, a remoção de tantas dunas representava.

Já a transferência imediata de uma capital, mesmo “acanhada”, como Natal, para lugar praticamente inabitado, era inexequível, pois movimentaria quantias impensadas para uma província marginal, que não esbanjava saúde econômica.

Com prudência, Feliciano Martins aconselhava que se fosse, paulatinamente, dotando de infraestrutura o local escolhido para abrigar a capital no futuro. Com o passar do tempo, o futuro foi se tornando presente, depois passado. Em 1900, a população da capital era estimada em 16 mil pessoas, para um total no estado de 274.317, e, nos anos seguintes, daria os passos iniciais rumo à modernidade sonhada.

[...] a urbanização de Natal avançou de fato a partir do dinheiro obtido com o primeiro empréstimo de capital estrangeiro contraído pelo Governo do Estado, em 1910, com banqueiros franceses, a ser pago em 37 anos. O aceleração da urbanização, privilegiando-se “algumas ruas e residências da

Ribeira e Cidade Alta”, deu-se com a chegada da energia elétrica à capital, inaugurada no aniversário do governador Alberto Maranhão (1911), com a expansão do sistema de água e esgoto (1910), com a melhoria dos transportes urbanos, através de bondes elétricos (1911) e com os primeiros telefones. (MONTEIRO, 2007: 128).

A primeira ferrovia construída no Rio Grande do Norte, atendendo a uma demanda sempre reclamada nos relatórios de província, ligava Natal a Nova Cruz, sendo iniciada em 1880 e inaugurada três anos depois. A meta principal era interligar a produção de cana-de-açúcar e algodão aos locais de escoamento da produção, notadamente, o porto de Natal.

Segundo Denise Monteiro (2007), a obra contou com capital estrangeiro, obedecendo à lógica da etapa do capitalismo europeu conhecida por divisão internacional do trabalho, quando países industrializados faziam “investimentos na infra-estrutura dos países periféricos” de maneira a ter facilitado o acesso às matérias primas. Outras duas ferrovias do mesmo porte – Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, que deveria interligar a capital à região central do estado e à Estrada de Ferro Mossoró – São Francisco, cujo objetivo era escoar a produção da região oeste para Pernambuco – só seriam inauguradas cerca de duas décadas depois, com recursos destinados ao combate às secas. (*Op. cit.*, 136).

Data de 1915 a construção das duas primeiras estradas para automóveis no estado. Uma ligando Natal ao Seridó; e a outra, a cidade de Assu ao porto de Macau. As linhas telegráficas, presentes desde 1878, nesse contexto, também foram expandidas para o interior do estado. O problema da ausência de *vasos* ou *artérias comunicantes* estava sendo vencido aos poucos. E, apesar de ainda reclamada e contestada, Natal prosseguiu na condição de capital, inspirando inquietações, desejos e sonhos.

Quando historiar era sonhar o futuro...

Tanto no Império quanto na República, a província, e depois estado do Rio Grande do Norte, ocupou lugar secundário no cenário da nação que se gestava, fomentando, nas suas elites o desejo de vencer o atraso em que se vivia, de se modernizar e ganhar relevância, projeção nacional.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que a preocupação em construir narrativas que contassem a história do Rio Grande do Norte

ganhou força e materializou-se. A esta época, a maior parte das províncias já possuíam suas histórias. Mas a demora não está dissociada da própria trajetória histórica dela, conforme pudemos observar no decorrer deste trabalho.

A primeira narrativa de cunho histórico da província, *Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte*, de Manoel Ferreira Nobre, foi publicada em 1877. O autor, considerado “pai da história” do estado, teve sua trajetória profissional vinculada aos quadros militares e ao serviço público. Pertenceu a uma época em que produzir história era, em certa medida, levar a cabo o exercício de classificação das glórias, dos grandes acontecimentos, dos personagens ilustres, dos heróis da pátria.

Numa província que ocupava lugar secundário no cenário econômico, político e cultural do Império, caso do Rio Grande do Norte, construir a narrativa histórica dela fazia todo sentido, era até uma necessidade, haja vista o imperativo de comunicar sua existência, de dizer que, apesar de pequenina, era capaz de grandes feitos e que também tinha dado seu quinhão de tributo à edificação da nação brasileira, ao mesmo tempo em que poderia mostrar aos conterrâneos que eles possuíam, sim, algum passado digno de nota.

Em 1898, portanto, duas décadas depois da escritura de Ferreira Nobre, na Revista do Rio Grande do Norte, Antônio José de Melo e Sousa reclamava do menosprezo e do desconhecimento que imperava em relação à história do estado, comentando que na “famosa Historia da America Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pitta” (GREMIO: 03) não se dedicaram mais que três parágrafos a esta espacialidade.

No Brasil, desde os anos finais da primeira metade do século XIX, com destaque para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, congregando artistas, cientistas, escritores, intelectuais, etc., havia movimentos claros com vistas à construção da identidade nacional, sendo o concurso *Como se deve escrever a história do Brasil*, promovido pelo IHGB, um exemplo sintomático⁹.

No Rio Grande do Norte, no entanto, talvez devido à posição econômica discreta, marginal que ocupava no cenário imperial, a primeira obra de cunho histórico só seria publicada em 1877, conforme explicitado. É nesse contexto, das três últimas décadas do século XIX e, sobretudo, depois da proclamação da República, que se notam exercícios mais robustos com vistas à construção de narrativas históricas para essa

espacialidade, no intuito, principalmente, de se criar uma tradição republicana¹⁰ para o estado que recuaria a Revolução 1817.

Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte situa-se num contexto em que emergiam projetos identitários para o norte-rio-grandense, cujo exemplo fortuito é a construção de uma narrativa que historiasse a formação dessa espacialidade e de sua gente. A maneira segundo a qual Ferreira Nobre construiu o enredo é reveladora de como a territorialidade era concebida naquele período. A obra é uma espécie de corografia, composta por 29 (vinte e nove) capítulos, subdivididos em informações referentes à história e à geografia de todas as cidades e vilas que compunham a província no período, além de alguns apontamentos sobre suas comarcas e outras informações adicionais, como um histórico de sua formação e uma espécie de cronologia ou linha do tempo, contendo datas e acontecimentos que o autor considerou relevante desde o “descobrimento” do Brasil.

A historiografia brasileira, desde meados da década de 1970¹¹, tem apontando para o fato de que a construção da nação brasileira não foi um evento harmônico, mas um processo custoso, demorado, no qual conflitos de diversos matizes foram silenciados. Nesse ínterim, à guisa de exemplo, os mitos das três raças e do brasileiro como um homem cordial, os quais, em certa medida, ainda encontram ressonância na contemporaneidade, têm sido bastante questionados na academia, em trabalhos cujo objetivo primordial é alertar das violências práticas e simbólicas que foram operadas junto com a construção da brasilidade.

Algumas ressalvas, no entanto, precisam ser pontuadas. A marca da diversidade que veste e representa a narrativa da brasilidade até os dias atuais é também resultado de outro movimento: indica que tal narrativa não foi construída ou imaginada só por meio de silenciamentos. Ela foi marcada também pela habilidade com que se reuniu, dentro de uma mesma narrativa, a diversidade cultural de uma nação cujos limites geográficos eram e são continentais.

Quando Carl F. Von Martius, em *Como se deve escrever a história do Brasil*, expressava que uma narrativa da história do país deveria dar conta, necessariamente, dos elementos branco, negro e índio, revelava também a perspicácia com que questões divergentes e até certo ponto antagônicas eram incluídas em um mesmo enredo, “harmonizando”, naturalizando os conflitos presentes nesta operação, mas sem deixar de mencionar a existência de outros grupos étnicos.

É indiscutível que Von Martius conferia à “raça” branca o papel de destaque nesse processo, cabendo às demais um lugar secundário, de coadjuvantes. Mas o fato de não as desconsiderar, de incluí-las na narrativa, mesmo naturalizando conflitos, evidencia que, no processo de tessitura do mosaico nacional, saber ligar pontos em conflitos era essencial para garantir o sucesso da empreitada. Em meados do século XIX, o Brasil ainda vivia o contexto de uma monarquia, num continente que se configurou como eminentemente republicano. Naquela época, a quimera que movia grande parcela das elites luso-brasileiras era, então, fazer do Império tupiniquim uma civilização à moda europeia nos trópicos (GUIMARÃES, 1988).

Nas províncias Império adentro, essas questões também se faziam presentes. E, nesse processo, a história foi percebida como um campo estratégico na empreitada civilizatória nacional. Não foi casual, certamente, o interesse de Manoel Ferreira Nobre em dar início à construção da narrativa histórica do Rio Grande do Norte. Seu intento era, segundo o próprio autor, afugentar o silêncio:

Não escrevo a história preciosa e interessante do Rio Grande do Norte: publico apenas tradições e pequenas reminiscências, que são sempre agradáveis ao espírito que se alimenta em pesquisar as coisas de seu torrão, por mais estéreis que pareçam: é um ligeiro ensaio. Nada faço, eu sei, porém faço mais do que aqueles que, podendo fazer muito, jazem na inércia. (NOBRE, 1971: 16)

No enredo que constrói, a província do Rio Grande do Norte é imaginada por meio da reunião das especificidades de suas cidades e vilas, trazendo “breves notícias” concernentes a cada uma delas, incorporando informações concernentes ao histórico (fundação e território), localização geográfica (limites), topografia, hidrografia (lagoas, rios, fontes d’água), população, aspectos climáticos, edificações, cultura intelectual, costumes, instrução pública (escolas, quantitativos de alunos, disciplinas e professores) e privada (escolas de música, por exemplo), bibliotecas, teatro, fortificações, agricultura (cana-de-açúcar e algodão, café, baunilha, etc.), comércio e indústria, produtos importados e exportados, produtos da terra, hospedarias, hospitais, vias de acesso (estradas, ferrovias e navegação), estrutura portuária, feiras, engenhos, mercado público, finanças (receitas despesas), segurança pública; colégio eleitoral e número de eleitores, igrejas (matrizes) e freguesias, além dos “traços biográficos” de personagens que, na percepção de Ferreira Nobre, tiveram suas trajetórias

marcadas pela participação destacada e heroica em eventos decisivos na história da província.

Neste último ponto, chama bastante atenção o interesse do autor em fornecer dados biográficos dos personagens que participaram da revolução de 1817. A recorrência com que essas referências aparecem na sua narrativa, sobretudo no destaque que confere aos perfis, a trajetória desses personagens, certamente, não foi gratuita, despretensiosa ou casual. É o que se percebe nas considerações seguintes. Ao remeter-se à cidade de Assu, depois de pontuar questões relativas à toponímia e ao clima, faz dela uma apresentação que se assemelha a uma ode:

O trato delicado, atencioso e caráter obsequiador dos assuenses são encarecidos por todos os que visitam, e que daquela terra se não despedem sem saudades. Prima o sexo belo pelas graças naturais, pela afabilidade de maneiras, pela cultura de espírito, honestidade e pela virtude. (NOBRE, 1971: 55).

A descrição elogiosa que faz da cidade é justificada sem delongas, bastando dar sequência à leitura, quando destaca o caráter “patriótico” da cidade, a qual teria participado ativamente da Revolução Pernambucana e de outros movimentos de caráter republicano. É possível notar, a partir desse evento, o movimento do autor no sentido de construir uma narrativa elogiosa e, sobretudo, heróica para a província a partir de dados biográficos de personagens que atuaram na Revolução de 1817:

A cidade de Assu tem laudos de imenso louvor.

Em 1817, aderiu à revolução pernambucana, e prestou relevantíssimos serviços ao Coronel André de Albuquerque Maranhão e ao Padre José Martiniano de Alencar, que na Província do Ceará tentou mover o povo no mesmo sentido. (*Op. cit.*, 55).

Ao descrever a trajetória histórica da cidade da Imperatriz¹², no item intitulado “Galeria dos Mártires de 1817, então moradores na Serra do Martins, hoje Cidade Imperatriz”, também fica bastante visível a busca por construir-se uma tradição a partir da Revolução de 1817 e dos personagens que nela tomaram parte.

As anotações que teceu sobre Natal, quando se reportou a *Fortaleza dos Santos Reis Magos* e destacou como mártires o índio Jaguarari e o “atleta da liberdade” André de Albuquerque Maranhão, caminham no mesmo sentido:

A celebridade desta fortaleza, pelo drama sangrento que nela se representou quando foi retomada dos holandeses, junta-se a de ser a parte escolhida para a prisão do índio Jaguarari, e a do poderoso atleta da liberdade, Coronel André de Albuquerque Maranhão, que ali morreu a 25 de abril de 1817, banhado em seu próprio sangue, como um verdadeiro apóstolo da causa que esposara! (*Op. cit.*, 25).

Mesmo dispersa e ainda não sistematizada, uma narrativa imaginada da história da província parece ganhar suas primeiras tonalidades, por meio de referências elogiosas aos heróis que teriam honrado esta terra com seu sangue, coragem e bravura, em conflitos decisivos à formação não apenas da província, mas do próprio sentido de brasilidade.

Quando se debruça sobre a formação histórica da Vila de Porto-Alegre, é interessante a referência que faz, mais uma vez, do movimento republicano de 1817. Primeiro, ao afirmar que a Vila de Porto-Alegre “foi o lugar do Rio Grande do Norte, que primeiro deu guarida aos proscritos pela liberdade.” (p. 120). Mais adiante, apresenta o item “Galeria dos ilustres Rio-Grandenses do Norte em 1817”, no qual retoma o raciocínio expresso acima e referencia os heróis daquela localidade, que marcaram presença no evento: o cordeiro, vigário e “patriótico” João Batista de Pôrto Alegre; o sargento-mor da cavalaria miliciana, José Francisco Vieira de Barros; o tenente-coronel da cavalaria miliciana, Leandro Francisco Bessa; o capitão da cavalaria miliciana Felipe Bandeira e seu descendente, Felipe Bandeira Filho, Tenente da mesma Companhia (p. 123-124).

Em outra menção ao contexto da revolução de 1817, apresenta a Vila de Canguaretama como “a pátria de André de Albuquerque Maranhão, herdeiro opulentíssimo do Morgado Cunhaú, teatro de tantas ações heróicas e sanguinolentas nos anos de 1710 e 1817” (p. 162). Traz ainda “Traços Biográficos” de André de Albuquerque Maranhão, com ênfase para o papel destacado que este teria tido no evento de 1817:

Na revolução de 25 de fevereiro de 1817, o Coronel André de Albuquerque representou no Rio Grande do Norte o primeiro papel; apenas rompeu aquêle dia, e feita a reunião geral dos liberais é que representou-se na cidade do Natal; acompanhou o exército que marchou, efetuou o assalto do quartel militar e soltou o grito de liberdade, que foi entusiasticamente correspondido em tôda a província. (NOBRE, 1971: 165).

Em seguida, narra o desfecho deste “patriota” e “poderoso atleta da liberdade”, para trazer à cena os “Traços Biográficos” de outro herói: Afonso de Albuquerque Maranhão, ou Maranhão I, “distinto rio-grandense do Norte de 1710.” A tessitura narrativa da saga desta família na província vai ganhando contornos cada vez mais evidentes. Maranhão I, segundo Manoel Ferreira Nobre, teria tido participação destacada na chamada Guerra dos Mascates, em meio às disputas entre *mascates* de Recife e a *nobreza* de Olinda. Na época, o capitão-mor da capitania do Rio Grande, subjugada à de Pernambuco, teria arregimentado um exército, a pedido do governo pernambucano, e ajudado a pôr fim ao conflito.

Na Vila de Goianinha, Manoel Ferreira Nobre confere destaque aos “Traços Biográficos” do sacerdote Antônio Albuquerque Maranhão, que “aderiu com alvoroço à causa da liberdade em 1817, proclamada na cidade de Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão, e com seu exemplo, conquistou muitos prosélitos” (p. 169). Cita o exemplo de Manoel Joaquim Ferreira, morador da referida Vila e uma espécie de coadjuvante, “amigo íntimo” do Coronel André e do sacerdote Antônio, ambos, pertencentes ao clã dos Albuquerque Maranhão (p. 170).

Quando lançamos um olhar sobre o conjunto da obra, fica perceptível que talvez não fosse familiar ao autor a ideia de tempos simultâneos (ANDERSON, 2008) ou de uma narrativa que contasse a história da província, fugindo à lógica da sua divisão geopolítica, qual seja, traçar uma espécie de cronologia com fatos históricos e biografia dos personagens “ilustres” de cada uma das cidades e vilas que a compunham.

Em outros termos, a maneira segundo a qual estruturou sua narrativa, é reveladora da forma como a história desta territorialidade era por Ferreira Nobre percebida naquele momento: um agregado de histórias locais (vilas e cidades) que não dialogavam entre si, mas que, reunidas, correspondiam ao Rio Grande do Norte. Da soma das partes, emergiria o todo. Assim, eventos e personagens pareciam separados pela divisão política da província, mesmo que partícipes de um mesmo processo ou contexto.

Tomando como exemplo o enredo que fez da revolução de 1817 e dos personagens do Rio Grande do Norte que nela tomaram parte, isto fica mais perceptível. Nele, estas personagens são reveladas conforme o recorte geográfico abordado. Assim, a participação de André de Albuquerque Maranhão é referenciada quando traça o perfil histórico da cidade do Natal, ao passo que Antônio Albuquerque Maranhão só foi citado quando descreveu a Vila de Goianinha.

Destarte, o que organizava a sua narrativa não era o recorte cronológico, mas geográfico. Quando o recorte temporal aparece, este é antes diacrônico que sincrônico. Neste sentido, não havia, portanto, uma narrativa da participação do Rio Grande do Norte na Revolução de 1817, mas uma espécie de histórico dos personagens de determinadas cidades e vilas que dela participaram. Em outras palavras, mesmo contemporâneos de um mesmo evento, a ideia de simultaneidade temporal, de comunicação desses personagens dentro de um mesmo contexto, não era incorporada na narrativa (ANDERSON, 2008).

Todavia, os excertos deixados por Ferreira Nobre no decorrer da sua *Breve Notícia* nos autorizam a cogitar que a maneira, segundo a qual imaginou a experiência histórica da província do Rio Grande do Norte, instituiu alguns marcos, os quais foram seguidos pelos pesquisadores que se debruçaram sobre a temática depois dele. A ênfase conferida aos “heróis” de 1817 ou, ainda, àqueles que participaram da expulsão dos holandeses destas plagas, a exemplo de Antônio Felipe Camarão – o índio Poti, é denotativo disto.

Depois da obra de Ferreira Nobre, passaram-se mais de quatro décadas até que Augusto Tavares de Lyra, em 1921 e Rocha Pombo, em 1922, publicassem suas histórias do Rio Grande do Norte. Mas a produção historiográfica não cessou durante esse largo intervalo. Vários ensaios históricos foram levados a cabo, como são os casos do Almanak e da Revista do Rio Grande do Norte, além de publicações do Instituto Histórico e Geográfico local, fundado em 1902.

Destarte, construiu-se, neste período, a seguinte narrativa histórica para a espacialidade norte-rio-grandense: era habitada pelos índios. Os portugueses se apossam “juridicamente” das terras, mas não efetivam a colonização. Os franceses estabeleceram contato com os índios *potiguar* e passam a ameaçar as posses portuguesas no continente recém “descoberto”. Em meados do século XVI, tentativas do português de expulsar os franceses e estabelecer o “povoamento” da região. Em 1599, “Pacificação” da tribo *potiguar* e fundação da cidade do Natal, primeiro núcleo português na capitania do Rio Grande. De 1633 a 1654, domínio holandês, época de destruição e recuo na colonização do interior da Capitania, mas de onde emergiu o primeiro herói: Antônio Felipe Camarão. O século XVIII foi de lutas contra a resistência dos índios *cariri* pela colonização dos sertões, que foi se estabelecendo de maneira paulatina, com a elevação de alguns povoados à condição de vilas. Na primeira

metade do século XIX, participação nos movimentos republicanos de 1817 e 1824 (Confederação do Equador). O primeiro deles, o de 1817, marcou também a retomada da independência política e econômica frente a Pernambuco e foi da atuação nele que “nasceram” os “heróis” republicanos do panteão norte-rio-grandense: André de Albuquerque Maranhão e padre Miguelinho. E, na segunda metade do mesmo século, efetivação do povoamento do interior, aliado a algum progresso econômico na pecuária e na agricultura, com destaque às monoculturas da cana-de-açúcar e do algodão. A questão de Grossos. O fenômeno das secas. A ode ao sertanejo.

Essa digressão à formação da capitania do Rio Grande, em lances rápidos sobre eventos que marcaram os três séculos iniciais de sua formação, não busca, obviamente, identificar uma identidade potiguar desde que foi doada a João de Barros. Na verdade, ela se justifica porque, nas três últimas décadas do século XIX, quando surgem os primeiros esboços escritos de uma história local, é interessante notar como o passado dela será contado quase sempre como um vilão, sem grandezas a declarar, sem nada de muito orgulho a acentuar, restando, assim, projetar desejos para o futuro.

Em síntese, as narrativas historiográficas concernentes à constituição da província, depois estado do Rio Grande Norte, desde Ferreira Nobre (1877), vão destacar três séculos de lutas e eventos conturbados, que a impediram de ocupar posição de destaque no cenário nacional:

A nossa colonização, iniciada um quarto de seculo depois da inesperada descoberta da riquissima Vera-Cruz, com os mais lamentaveis elementos e pelos systemas mais deploraveis, só muito tarde veiu a dar o fructo compativel com a fraqueza biologica da seiva originaria.

Criminosos, deportados, escoria social da civilização quinhentista; aventureiros sem outra ambição mais que a sede insaciavel e vil do ganho por todos os meios, inclusive os mais infames; marinheiros evadidos, productos variados da organização social e da educação jesuitica n'uma raça já dessorada, e relativamente enfraquecida e incapaz de sustentar com brilho a tradição gloriosa dos Affonsos, de Nun'Alvares e de João II, foram em geral, os elementos oriundos da metropole, o seu contingente para formação laboriosa e imperfeita da nacionalidade brasileira.

Por outro lado, contribuições de igual valor, tendo ainda a menos a inferioridade ethnologica, vieram-nos do indígena selvagem e primitivo e do africano boçal e estúpido. Com taes elementos, só a natural evolução, que requer tempo demorado e largo concurso de circunstancias favoraveis, nem sempre sobrevindas no momento proprio, poderia do amalgama heterogeneo algo de forte, são e capaz de verdadeira vida social. (GREMIO, 1898: 02).

Restava, assim, catar, das páginas amareladas da sua história, centelhas edificantes, enquanto se sonhava um futuro auspicioso, de modernidade, que tornasse possível a emergência de um povo valoroso e de uma civilização por estas plagas.

O axioma *historia magistra vitae*, no caso da escrita da história do Rio Grande do Norte, era tomado como um exemplo cuja repetição se deveria evitar a todo custo. Seu espaço de experiência indicava a necessidade de encetar um horizonte distinto de expectativa. Era preciso tomar outro curso, promover a mudança, buscar um novo norte. É assim que o projeto de uma identidade atrelada ao sonho, ao desejo de modernidade vai sendo construído para o potiguar.

Nesse sentido, do ocaso do século XIX à aurora do século XX, a chegada de novos equipamentos urbanos à capital dos norte-rio-grandenses vai povoar o imaginário onírico das suas elites econômica, política e intelectual – que, não raro, estavam imiscuídas –, e as palestras de Elói de Souza e Manoel Dantas, em 1909, são exemplos sintomáticos disso.

Mas nem tudo deveria ser negado ou esquecido. Os três séculos de sofrimento haviam possibilitado a emergência de heróis que deveriam figurar no panteão do estado. Era o caso do índio “civilizado” e “guerreiro” Antônio Felipe Camarão; de André de Albuquerque Maranhão e padre Miguelinho, líderes da revolução republicana de 1817 e do sertanejo, forte e resistente, cioso de suas tradições.

O exercício de olhar para o passado buscava assim, acentuar as referências identitárias que melhor representassem o norte-rio-grandense. E, subjacente a esses projetos, estava o descontentamento com o *ser que se era*, com o potiguar, termo já corrente no final do século XIX para os nascidos no estado serem designados. É o que se evidencia na ironia da crônica de Polycarpo Feitosa (2007), codinome utilizado por Antônio de Souza, escrita em 1898, ao tratar da *Vida potiguar*. Segundo ele, estavam totalmente equivocados os que atribuíam qualquer tipo de bairrismo ao potiguar.

Cuido às vezes, ao procurar as causas, tão obscuras quanto formidáveis, dessa distinta consideração que cerca o *marinheiro*, nas injustíssimas acusações de bairristas que fazem ao potiguar.

Bairrista! Mil vezes não! Por índole, por educação ou pelo que for, não há alguém mais apreciador do que é de fora, pessoa ou coisa estrangeira, e, como conseqüência (?) mais depreciador do que é da terra, que ele.

Basta que o sujeito não tenha aberto os olhos à luz tão pura e tão forte do céu indígena, basta que tenha lhe chegado aqui a bordo de qualquer costeiro ou qualquer Lloyd, para que seja talentoso, ilustrado, ou... rico.

Com uma excessiva desconfiança de si próprio, que parece ser também um dos elementos do seu caráter, o potiguar é propenso a considerar irresistivelmente o estrangeiro, o desconhecido como superior, enquanto não convencer-se de que o tal estrangeiro é igual ou inferior a si mesmo.

E, se além de ter vindo em algum dos mencionados veículos, se além de chegar todo emproado e olhando por cima do ombro desdenhosamente levantado, se além de malcriado, o sujeito fala atravessado, então, nem digo nada a vossas mercês; ele é tudo, fará o que quiser e tudo o que fizer será olhado como suprasumum da distinção, da elegância, do saber ou da força. (FEITOSA, 2007: 31-32. *Grifos do autor*).

A observação de Antônio de Souza que, aliado à oligarquia dos Albuquerque, seria, anos depois, governo do estado, dava mostras de que os projetos identitários encetados encontrariam certa dificuldade de recepção pelos potiguares, uma vez que estes, conforme reclamava, não valorizavam as *coisas da terra*, alimentando uma paixão terna, um verdadeiro encanto pelo que estava além de suas fronteiras, pelas coisas que vinham de fora.

Nem as elites do estado convergiam sobre os elementos que melhor caracterizariam os potiguares. As histórias do Rio Grande do Norte produzidas por Augusto Tavares de Lyra e Rocha Pombo, no início da década de 1920, na maneira como estruturam suas narrativas, expressam isso, evidenciando o quanto o debate político e cultural estava imbricado nas penas dos intelectuais que se debruçaram na empreitada histórica.

Na terceira edição, publicada em 2008, foi acrescida à obra *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra, o texto *História da História do Rio Grande do Norte*, de autoria de Carlos Tavares de Lyra, filho do autor. Nele, Carlos Lyra apresenta trechos de “Memórias” não publicadas e cartas do pai concernentes à feitura do livro. Num deles, diz Augusto Tavares de Lyra:

Publicado o primeiro volume, alguns dos meus adversários na política local entenderam de despojar-me do que consideravam um título de benemerência para mim – o ser o primeiro historiador do Rio Grande do Norte. E foi encarregado o *Professor Rocha Pombo* de escrever, com relativa pressa, uma História do Rio Grande do Norte. Ignoravam, porém, que aquele professor era pessoa das minhas melhores relações e que, tendo aceito a incumbência, me procurara para consultar sobre alguns pontos da referida História, em relação aos quais lhe faltavam fontes a que recorrer. Nada lhe disse quanto às razões determinante do convite que lhe haviam feito e prestei todos os esclarecimentos que solicitara. Acrescentei, porém, lealmente, que estava escrevendo um trabalho de idêntica natureza. (LYRA in LYRA, 2008: 18. *Grifos do autor*).

Augusto Tavares de Lyra, genro de Pedro Velho, e vinculado, portanto, à oligarquia dos Albuquerque Maranhão⁹³, encetara a missão de ser o “primeiro historiador do Rio Grande do Norte”. Lyra, que, desde a primeira década do século XX se dedicava a pesquisas concernentes à história norte-rio-grandense, tendo, inclusive, publicado estudos sobre a Questão de Grossos, também povoou o cenário político: no Executivo, foi Governador do estado, Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça e Ministro de Obras Públicas e Aviação; no Legislativo, atuou como Senador da República, além de Deputado Federal e Estadual. Sua trajetória como homem público representa bem o imbricamento que ocorria entre as elites econômica, política e intelectual do estado, durante a Primeira República.

Entretanto, disputas de poder não se davam apenas no campo político. Na narrativa histórica construída por Tavares de Lyra, a história do Rio Grande do Norte praticamente se confunde com a saga da família Albuquerque Maranhão por estas plagas.

Ao contrário do que ocorrera na narrativa de Ferreira Nobre, já se fazia presente na de Tavares Lyra a noção de tempos simultâneos, ou de

experiências que se repetem ou são colocadas no espaço da experiência, como exemplos a serem relatados na história e seguidos ou evitados pelas gerações vindouras – “história mestra da vida”. Não deve ter sido por mero acaso que deu início ao segundo capítulo de sua obra – *A colonização da capitania até a ocupação holandesa* – citando, com base em Rocha Pombo, a relação que a América Inglesa manteve com os indígenas, particularmente, John Smith:

Prestou grandes serviços à colônia da Virgínia, mas o que o tornou popular e contribuiu para que fizesse jus ao respeito da posteridade foi a vida aventureira que levou. Como diretor do primeiro núcleo de colonos que se estabeleceu ali, às margens do rio James, o principal cuidado de Smith foi explorar o país e conquistar a simpatia e aliança dos indígenas. Em uma das freqüentes excursões que fazia pelas florestas do interior, foi aprisionado pelos índios. O chefe da tribo, Powhatan, condenou-o à morte. Smith é conduzido ao lugar do suplício e já tinha a cabeça sobre a pedra sacrificial, quando Pocahontas, filha do cacique, intercede por ele e salva-o. Os selvagens não só o puseram em liberdade, como fizeram-no acompanhar por uma escolta a Jamestown. Tais impressões deixou entre a gente de Powhatan, que quando precisava de víveres, os recebia do chefe indígena, ou da nobre Pocahontas, cuja figura se tornou lendária entre os norte-americanos. Essa rapariga, pela sua fidelidade e dedicação, facilitou ali a obra dos ingleses. (LYRA, 2008: 41)

É tomando de empréstimo o relato da experiência de John Smith que o autor relata como Jerônimo de Albuquerque escapou da morte, em 1548, por meio da intervenção da filha dos “selvagens” da terra. Era uma espécie de paixão idílica semeada no seio da guerra, na tarefa de “civilizatória” dos índios.

Depois, tece um perfil biográfico sem economizar nos adjetivos elogiosos à figura de Jerônimo de Albuquerque – o filho. Jerônimo de Albuquerque, o pai, dado “aos amores fáceis”, foi salvo do sacrifício da antropofagia graças à paixão da filha de um dos chefes indígenas, com quem teve filhos. Entre estes, Jerônimo de Albuquerque, “o primeiro capitão-mor do Rio Grande do Norte e o glorioso conquistador do Maranhão” (op. cit., 2008: 42), e conforme Lyra, o pacificador das tensas relações com os índios potiguares, até então, entaves à obra colonizadora portuguesa:

Cursando as aulas do colégio dos jesuítas de Olinda, aprendeu a ler e a falar bem o português, o que foi, no dizer de Macedo, toda a sua instrução literária. Jamais esqueceu, porém, a língua tupi, que foi a da sua primeira infância.

Bravo, indômito e soberbo, era, pelo nome de seu pai, muito respeitado pelos portugueses; e, pelo de seu avô materno, objeto prestigioso do amor e do orgulho dos índios amigos, estendendo-se sua fama e o temor do seu braço pelas tabas dos selvagens ainda não submetidos. Aos vinte anos lutava valorosamente na Paraíba, e, com o correr dos tempos, aureolou-o o justo renome de heróico combatente. Os perigos não o intimidavam. Pelo contrário, afervoravam-no no devotamento e bravura com que serviu sempre a sua Pátria.

O seu mérito pessoal e suas ligações com os indígenas, de que descendia pelo lado materno, eram garantia do sucesso de seus esforços de colonização da capitania; o êxito que obteve confirmou o acerto da escolha com que o honrara Manuel Mascarenhas, entregando-lhe, como vimos anteriormente, o comando do Forte dos Reis Magos.

Os potiguares ocupavam a região do litoral compreendida entre os rios Paraíba e Jagauribe. Senhoreavam, portanto, as costas do Rio Grande do Norte, e foi com eles que se deram os primeiros atritos entre os colonizadores e os habitantes desta terra. Nação forte e poderosa, inimiga dos tabajares, já aliados dos portugueses, aqueles índios se aproximaram naturalmente dos franceses, e estimulados por eles, moviam guerra de extermínio aos que teriam de ser os novos senhores do solo.

Submetê-los era uma necessidade; e embora não fosse fácil a empresa, Jerônimo de Albuquerque tentou realizá-la, tendo a fortuna de consegui-lo. (LYRA, 2008: 42-43).

Jerônimo de Albuquerque carregava em si a herança cultural europeia e indígena: filho de pai português e de mãe índia. Assim, reuniria em si os elementos necessários à pacificação dos índios *potiguar*, uma vez que sua própria existência mestiça constituía-se num exemplo observável dessa possibilidade.

Na concepção de Lyra, o que se denota é que a colonização destas plagas pelos portugueses era um destino manifesto, era uma ação irrevogável, um porvir a encontrar, impreterivelmente, seu devir. Atribuiu a Jerônimo de Albuquerque a fundação de um povoado nas proximidades do forte, o qual recebeu, em 25 de dezembro de 1599, o nome de Natal. “Resolvia”, assim, e não por acaso, a querela sobre quem seria o fundador de Natal.

Ao tratar da revolução de 1817, Tavares de Lyra traz à cena outro “Albuquerque Maranhão”. Dessa vez, André, o líder da revolução na capitania do Rio Grande.

Lyra historia o movimento que, nessa capitania, teve duração de um mês, destacando as ações de André de Albuquerque, na busca por angariar apoio até a repressão das forças monarquistas, quando foi assassinado. Depois, acrescenta alguns depoimentos de lideranças partícipes do governo republicano, que foram levadas a julgamento. Nesses depoimentos, chama atenção a estratégia de defesa mais comum: é atribuir toda a culpa ao falecido, colocando-o na condição de mentor da ação e tecendo referências negativas à conduta do líder.

Assim, a maioria dos interrogados alegaram ter aderido ao movimento por imposição de André de Albuquerque, alguém que, devido à “vilania”, segundo esses relatos, não estava apto a ser contestado ou a receber uma negativa sem represálias. Após citar os depoimentos, Lyra fecha, assim, sua exposição concernente ao evento:

Encerrou-se assim o episódio revolucionário de 1817, cuja figura máxima foi André de Albuquerque, que encarnou a república nos dias de triunfo e, aureolado pelo martírio, com ela sucumbiu na hora do desastre. Dele se não registram lance de heroísmo e de intensidade dramática; mas, tão certo é que a violência não convence e que as idéias não morrem, que foi justamente em seguida ao seu esmagamento que se começaram a definir na capitania as correntes políticas que mais tarde, depois da Independência, teriam de perturbar por tanto tempo a vida da província.” (LYRA, 2008: 257)

A morte como embrião da vida, assim pode ser percebido, na narrativa de Lyra, o sacrifício de André Albuquerque pela causa revolucionária. Num olhar teleológico à história do movimento de 1817, construiu um enredo no qual Albuquerque assumiria a imagem metafórica

da fênix, fazendo gestar e vigorar o ideário republicano na capitania, depois província do Rio Grande. Era a ode ao sacrifício necessário. Não será sem motivos, portanto, que, ao historiar a passagem do Império à República, elegerá outro Albuquerque Maranhão, dessa vez, Pedro Velho, como o “pai da República” no estado:

Todos aqueles que conhecem ou estudam a marcha ascensional da propaganda democrática em nosso país, no período que vai do abolicionismo à República, sabem que, no Rio Grande do Norte, a alma do movimento foi o dr. Pedro Velho, que, concluindo o seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde deixou entre os seus colegas justo renome pelo seu talento e pelo seu saber, se retirou em 1881, para a província, dedicando-se – inteiramente alheio às competições dos partidos – à clínica e ao magistério. Parecia um indiferente; e, no entanto, era um revoltado que se preparava na reflexão e no estudo para descer oportunamente à liça, honrando, pela sua ação patriótica, a memória inolvidável de seus antepassados ilustres, que tinham tido Jerônimo de Albuquerque, no tempo da conquista, e André de Albuquerque, na revolução de 1817, duas das figuras máximas da história nortero-grandense. (LYRA, 2008: 320).

A trama se completava. Em três séculos, por três gerações, a história do Rio Grande do Norte construída por Augusto Tavares de Lyra, confundia-se, assim, com a trajetória política da oligarquia dos Albuquerque Maranhão, desde o povoamento branco da capitania. O historiador, genro de Pedro Velho, foi eleito governador do estado em 1904 com o apoio da tradicional família.

Em 1922, um ano depois da publicação da obra de Lyra, Rocha Pombo publicava sua *História do Estado do Rio Grande Norte*. Neste, que foi o primeiro trabalho de história regional escrito pelo historiador, é interessante perceber como justificou a produção de uma história de caráter regional, quando se buscava ainda edificar a identidade nacional brasileira.

Mesmo no dia em tivermos posto em todos os corações este tão grande ideal cristão de que a humanidade é tão verdadeiramente uma extensão da pátria como a pátria é tão verdadeiramente uma ampliação da família – mesmo nesse dia não se ha de esquecer que a própria vida de uma nação tem de

fazer-se ou regular-se pelo concurso de cada unidade regional das que formam essa nação.

E ainda, dentro de cada uma desses unidades será preciso contar com a cooperação de agrupamentos mais restrictos, até chegar-se mesmo ao mais restricto de todos, que é a família – instituição irreductivel, fundamento de toda organização social.(POMBO, 1922: 7).

Acreditava, portanto, que, ao encetar a obra nacional dentro do recorte da região, conferia liga à pátria. Nesse processo, a construção de histórias regionais só se justificava no sentido em que aprofundariam o conhecimento do país, devendo-se fugir a qualquer paradigma regionalista que incitasse ideias separatistas, na premissa de que a nação devia ser edificada em cada estado “para que nos grandes momentos da vida [*dela*], cada um possa dizer o que fez, ou como vai levando seu esforço e a sua coragem na rota do destino.” (*Grifo nosso*). Esta seria, segundo o autor, a lógica natural em um “regimen federativo”, no qual os estados deviam ser concebidos e respeitados enquanto entes independentes e autônomos, como “pequenas pátrias”, cuja missão era levantar a “grande pátria commum” (1922: 10-11).

Havia, no entanto, outra justificativa para a escritura da obra, o que o autor não pontua, mas revelada pelas “Memórias” de Tavares de Lyra: tratava-se de uma encomenda, de uma solicitação de integrantes da oligarquia seridoense, concorrente dos Albuquerque Maranhão na busca pela hegemonia no cenário político estadual. A oligarquia do seridó tinha se fortalecido pelo poder econômico oriundo da cotonicultura e da pecuária e foi “representada pelos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e seu sucessor, Juvenal Lamartine”. (MONTEIRO, 2007: 135).

O projeto encetado por Rocha Pombo não custa a dar mostras de suas especificidades. Ao se remeter à querela da fundação de Natal, nega a primazia dos Albuquerque Maranhão. Para o autor, também não havia grande relevância saber se ela teria sido, desde o início, alçada a cidade, ou se surgira a partir de um pequeno núcleo populacional, denominado Povoado ou Vila dos Reis. Assim, desloca o debate, indicando não ser esta a questão principal, uma vez que isto em nada alterava a situação de quase abandono em que se encontrava:

Pensam alguns que foi Jeronimo de Albuquerque, o creador da villa, como tinha sido da povoação dos Reis a que dera o nome de Natal. Ainda assim, isto é,

mesmo durante o governo de Jeronimo, e suppondo que tivessem tido então a categoria de villa, a povoação nem por isso se fez importante. Não consta, no entanto, que chegasse por esse a tempo a ter camara e autoridades locais proprias. Nem alcançaria a 100 o numero de moradores de todo o districto. Quando, em 1608 ali esteve, de arribada, o Governador Geral d. Diogo de Menezes, encontrou “na cidade” umas 25 pessoas (moradores), e nos arredores, umas 80, vivendo de lavoura e de pesca. Não tinha justiça, nem vereança. Si já se dizia *cidade* ou *villa*, era-o só de uso, não de predicamento official. (POMBO, 1922: 56)

Segundo Rocha Pombo, até 1611, quando Natal teve sua vereança, “não passava o Rio Grande de pouco mais que um simples presidio militar” (op. cit., 1922: 78). Dessa forma, o máximo que Jerônimo tinha ajudado a construir era, ironicamente, uma prisão. Logo, os Albuquerque Maranhão deixam de ocupar, na sua narrativa, o papel destacado que desempenhavam na escritura de Tavares de Lyra, para emergir, então, a figura do sertanejo e, por conseguinte, do sertão.

A inteligência do sertanejo, o seu atilamento, a sua vivacidade, o seu espirito de iniciativa, abriram-se nesse convívio, fizeram-se a experiencia desses concertos, que começaram por necessidades de ordem economica; mas que com o correr do tempo se tornaram verdadeiros centros de educação. (POMBO, 1922: 200-201)

Tendo construído uma tradição própria, o sertanejo herdou a “acção salutar que teve na vida dos colonos o prestígio de algumas famílias, que pela sua compostura moral, pela sua probidade e pelo seu valimento, influenciaram beneficemente no convívio geral das varias zonas, e sobretudo nas do interior”. Assim, o autor não sem motivos, vai construindo uma narrativa elogiosa para sertanejo, que representaria bem o “caráter rio-grandense”:

Concluimos, pois, que a semelhantes tradições e assignaladas circumstancias, tem de atribuir-se a particularidade que nos referimos, de ser o norte-rio-grandense um especime distinto e dos mais interessantes da nossa ethnografia nacional. – Em resumo, os habitantes do nordeste brasileiro são dotados de excellentes qualidades: são francos,

hospitaleiros, generosos, e de uma coragem proverbial. “O seu trabalho é mais activo que o do gaúcho do sul; as suas aptidões são também diferentes, e a sua tarefa mais difícil”. O vaqueiro do sertão, desprezando perigos, caça e persegue, através da catinga, o gado bravo, com afoiteza e impetuosidade que os obstáculos não esmorecem. “Montado no pequeno cavallo sertanejo, nervoso e ágil, parecem ambos movidos pela mesma vontade tenaz e inteligente, para alcançar o gado fugido. Não podendo recorrer ao laço do gaúcho, agarra o vaqueiro do norte o animal pela cauda, e num movimento destre e seguro, levanta-o a rolar no solo – taes a força e a velocidade empregadas. De um salto instantaneo, está o vaqueiro ao lado da rez, e passa-lhe a perna entre os chifres”, subjugando assim o animal. É caçador tão habil quanto pastor vigilante e activo, e não receia, acompanhado ou sósinho, pôr-se em busca da onça, até mata-la, ou fazendo-a fugir. – Graças a essas qualidades do sertanejo, é o Estado do Rio Grande do Norte um dos mais ordeiros e dos mais prosperos da União. Ali não ha, principalmente nas zonas ruraes, sino actividade e trabalho, e como consequencia disso – ordem e abastança. (*Op. cit.*, 202).

O sertanejo ocupa, dessa forma, lugar central na narrativa histórica tecida por Rocha Pombo. Ele seria a síntese, a melhor representação do norte-rio-grandense, irradiando seu “caráter” para todo estado, projetando-o e particularizando-o no cenário etnográfico da nação brasileira.

Essa representação construída para o sertanejo e, por conseguinte para o norte-rio-grandense, dialoga diretamente com os projetos identitários elaborados pelas elites locais no contexto de sua escritura. Neste sentido, é interessante não perder de vista que a *História do Estado do Rio Grande do Norte* encetada pelo autor foi resultado de um pedido da oligarquia do seridó, vinculada a pecuária e a cotonicultura, que então, ascendia no cenário político e econômico estadual.

Mas é no capítulo dedicado ao tema dos *costumes, usos e festas* que estes embates ficam mais evidentes. É quando Rocha Pombo tece comentário sobre certa “classe de homens” presente no Rio Grande do Norte, que se pressupõem os donos do cenário eleitoral e na empáfia, se consideravam mais nobres que os demais habitantes do estado, numa referência indireta aos Albuquerque Maranhão, oligarquia que dominou o

cenário político estadual durante quase toda Primeira República, e que naquele contexto, tinha sua hegemonia contestada pelos coronéis vinculados à oligarquia seridoense:

Como em todas as capitâneas, encontrava-se no Rio Grande do Norte uma classe de homens que se distinguiam pela sua fortuna, ou pelo seu poder ou prestígio: eram os descendentes dos primeiros povoadores, e dos que tinham exercido os mais altos cargos da república. Formavam a nobreza da terra, e eram em muito ciosos dos seus créditos e valimentos, e faziam muita questão de títulos e honrarias. Procuravam com empenho munir-se de privilégios, de favores excepcionais e regias mercês com que se assegurasse a sorte da família. – O preconceito dessa aristocracia de aldeia conservava os cargos, principalmente dos de eleição, quase num dado círculo de pessoas. O adventício era tratado, si não propriamente com menosprezo, pelo menos como gente que devia “não sahir do seu logar”. Não raro, aquelles nobres tinham também, e ás vezes na mais alta dose, o seu orgulho de família, menos no entanto presumpção de sangue azul que empafia de posição ou de fortuna.” (POMBO, 1922: 207).

Ao contrário do que ocorrera na capital, que, passados três séculos, parecia continuar congelada no tempo, uma vila colonial, o sertão era espacialidade recém-territorializada, mas que dava mostras de “desenvolvimento” e “progresso” até então nunca alcançados pela capital, Natal. Neste sentido, era praticamente indiscutível, na percepção das elites vinculadas à agropecuária seridoense, que o elemento a representar melhor o norte-rio-grandense seria, por todas as qualidades que reunia e pelo que ainda podia se esperar dele num futuro breve, o sertanejo. Pelos menos, é isto que deseja fazer crer a escritura de Rocha Pombo.

Talvez porque sobrassem projetos identitários e rareassem consensos, a questão sobre o que, afinal, era ser potiguar, permanecia em aberto. Se a própria atribuição do etnônimo já poderia, em certa medida, indicar alguma concordância referente à identidade espacial norte-rio-grandense, nos discursos concernentes a ela, o que se nota, desde o ocaso do século XIX, quando emergiram os primeiros debates, é uma reclamação constante, devido o fato de o potiguar não valorizar as *coisas da terra* e, portanto, não assumir as referências identitárias que melhor lhe representariam. A crônica *Vida potiguar*, já referenciada neste, realça bem isto.

Invadida por franceses e holandeses, dominada política e economicamente pelos pernambucanos nesse interregno, sofrendo constantemente com a brava resistência indígena, só muito tarde, já no século XIX, o Rio Grande do Norte foi efetivamente povoado. Tarde também foi o florescimento das primeiras narrativas históricas sobre esta espacialidade.

Movidas pelo desejo de modernidade e o progresso, as elites locais buscaram, de um lado, costurar uma narrativa historiográfica que desse certa razão de existir ao estado. Para isso, recorreram à história, no objetivo de montar seu panteão de heróis. Por outro lado, como se tivessem o conhecimento de que o seu passado era pouco expressivo, sem grandes feitos que colocassem a província num lugar de destaque no cenário nacional, restava, então, sonhar o futuro.

NOTAS

¹ Consultar fala do presidente de província do Rio Grande Norte, Jacó Ferreira d'Aguiar, proferida à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1836. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009)

² Ver mensagem do presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, dirigida à assembleia provincial, em 3 de maio de 1849. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

³ As cadeiras, geralmente, eram de Latim, Gramática Portuguesa, Retórica, Geometria, Francês, Inglês, Filosofia, Língua e Literatura Nacional, Geografia, História, Poética e Eloquência, além da Instrução Religiosa, e variavam conforme o estabelecimento de ensino e de nome e conteúdo, de acordo com a época.

⁴ Ver relatório apresentado por Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, presidente da província do Rio Grande do Norte, na assembleia provincial em 14 de fevereiro 1859. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

⁵ Observar relatório de José de Oliveira Junqueira, presidente do Rio Grande do Norte, apresentado à assembleia provincial. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

⁶ Ver o relatório do presidente Henrique Pereira de Lucena, apresentado à assembleia provincial em 5 de outubro de 1872.

⁷ A palestra foi proferida em 25 de março de 1909.

⁸ Ver relatório e anexos apresentados à assembleia legislativa provincial do Rio Grande do Norte, no dia 11 de junho de 1873, pelo presidente em exercício, Bonifacio Francisco Pinheiro de Câmara. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2009).

⁹ A tese vencedora foi o texto *homônimo*, de autoria de Carl F. Von Martius, escrito em 1843, publicado na Revista desse Instituto em 1845 e, finalmente, dado como vencedor em 20 de maio de 1847.

¹⁰ Sobre as tentativas de se construir uma tradição republicana para a província, ver: BUENO (2002).

¹¹ A este respeito, ver, por exemplo, MOTA (1994) e GUIMARÃES (1988).

¹² Desde o Decreto nº 12 de 1890, de autoria do governador Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo, seu nome foi mudado para Cidade do Martins.

¹³ Os Albuquerque Maranhão detiveram o poder político durante quase todo o período denominado pela historiografia de Primeira República, quando se revezaram na administração estadual Pedro Velho, Joaquim Ferreira Chaves, Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra e Antônio José de Melo e Souza.

conclusão



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma excessiva desconfiança de si próprio, que parece ser também um dos elementos do seu caráter, o potiguar é propenso a considerar irresistivelmente o estrangeiro, o desconhecido, como superior, como capaz, e respeita-o pelo menos enquanto não convencer-se de que o tal estrangeiro é igual ou inferior a si mesmo.

(Polycarpo Feitosa)

Retomamos aqui o início da caminhada. Juntamos sobre a escrivadinha todo o material produzido pelo subprojeto Patrimônio Imaterial, uma das seis frentes de ação do Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos. A imagem é, a um só tempo, simbólica e real, sem querer, com isso, contrapor esses termos, e perguntamos: que respostas, depois dessa jornada, ele nos fornece? É possível retirar das suas 1014 (mil e quatorze páginas) e de 146 (cento e quarenta e seis) bens culturais catalogados, algo de conclusivo? Qual é a representação do potiguar que salta de suas páginas?

Conforme explicitado na introdução deste trabalho, o relatório final produzido por integrantes do subprojeto do Patrimônio Imaterial foi o motivador de nossas primeiras inquietações sobre a identidade potiguar. Se, de início, aquele relatório apresentava-se a nós como incógnita, uma colcha de retalhos que tudo juntava, mas cuja soma das partes não explicitava, aos nossos olhos, um todo coerente, agora, ao observá-los novamente, num momento distinto, dentro de um contexto mais amplo, surge outro texto, melhor, com novas possibilidades de leitura. Em outras palavras, a questão que se colocava era: catalogar bens culturais imateriais das microrregiões do estado e reuni-los sob a definição de potiguares, conferia a estes a representatividade buscada? Um bem cultural como a boate *Vogue*, catalogado no relatório final, até então percebido por determinado grupo social como seu, era, agora, representativo de um todo maior: o Rio Grande do Norte. Essa operação que somava as partes para formar o todo, conseguia, enfim, formar o todo pretendido?

A nosso ver, para se utilizar da metáfora do olhar, o relatório final não mais se apresenta uma contradição, uma aporia que, devido à pluralidade de elementos que envolvia, tornava difícil a emergência de uma representação para o potiguar. É o contrário. Ele faz todo o sentido. Se não oferece uma representação, digamos, coesa, é justamente por não existir

essa coesão. Ele é mais um, embora isto não deva ser tomado de maneira pejorativa, entre tantos projetos suscitados no estado e também pelo estado, visando construir uma representação identitária para essa espacialidade. E esta, ao que parece, tem sido uma época profícua na emergência desses projetos, seja por acreditar que se devem oferecer respostas sobre quem ou o que é *ser potiguar*, seja pelos interesses econômicos que encerra, cujo argumento mais utilizado para justificá-los é uso comercial do turismo e as riquezas, os empregos, o desenvolvimento oriundos da exploração dessa atividade. Assim, dizer, nominar, catalogar a cultura potiguar faria parte de uma operação que, por fim, torná-la-ia elemento comercializável. No entanto, havia uma lacuna na operação: não se tinham definido ainda os elementos constitutivos dessa chamada cultura potiguar. O que *a priori* parecia óbvio mostrou-se mais complexo do que se imaginava. A reunião das partes ainda deixava dúvidas sobre o todo.

A emergência constante desses projetos enunciam também, contraditoriamente, a existência de uma ausência. É como se não tivesse ou porque não se construiu um discurso homogêneo e hegemônico sobre a identidade potiguar que, mais que promovê-la, esses projetos parecem antes querer criá-la. À guisa de exemplo, como entender, portanto, a iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC), de criar em 2007, o componente *Cultura do Rio Grande do Norte*, na grade curricular de ensino do público estadual?

Quando levamos em conta o fato de que a própria Constituição do estado, datada de 03 de outubro de 1989, acentuava, no inciso segundo do artigo 137, a necessidade das “escolas públicas, de primeiro e segundo graus, [incluírem] entre as disciplinas oferecidas o estudo da cultura nortério-grandense, envolvendo noções básicas da literatura, artes plásticas e folclore do Estado” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2008A. *Grifo nosso*), a questão parece ganhar contornos mais claros. E torna-se mais perceptível na medida em que se desloca o olhar das normativas do poder do estado, para as falas de atores sociais diversos. Nestas, expressas informalmente no cotidiano, ou em livros, depoimentos, entrevistas, crônicas, artigos de jornais etc. conforme explicitado no decorrer do trabalho, foi possível perceber que, no debate e no embate cotidiano destes, as discussões sobre o potiguar também são latentes. Neste sentido, o espaço da ação desses atores sociais torna-se lugar profícua na elaboração e proposição de projetos identitários, quando também reivindicam ações do estado, que, na percepção mais corrente, deveria atuar como mecenas, fortalecendo a cultura local.

Esta, por sinal, é característica bem interessante. Denota-se de muitas dessas falas/reclames que seus enunciantes já teriam identificado os elementos constitutivos da potiguaridade, e que seria preciso divulgá-la, comunicá-la aos demais potiguares. Nos objetivos do projeto Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos, por exemplo, constava a necessidade de fabricação de folhetos, de cartilhas, de materiais que divulgasse no estado e fora dele seu patrimônio. Em última instância, o que significaria isto? A população norte-rio-grandense, que teve seus patrimônios catalogados, contraditoriamente, não os conhece? É preciso lhes informar sobre eles, para que se apropriem, sintam-se representados e criem vínculos de pertencimento?

Por outro lado, se projetos dessa natureza carregam o discurso normativo do estado, procuram também atender a demandas colocadas por alguns grupos sociais. Perceber isto é importante porque nos afasta de uma visão totalitária e reducionista da instituição estado, para pensá-lo como um espaço fluído, um campo de forças no qual projetos de poder estão em disputa, e incorpora também nas suas ações, demandas observadas ou reivindicadas pela sociedade civil.

Dentro das falas que dão conta de um suposto “complexo de inexpressividade” do potiguar, nota-se também a tentativa de construir representações que o singularizassem, de maneira a curar o mal do vazio que acometeu a “pátria da interrogação”. Neste sentido, esses projetos identitários dialogam diretamente com o discurso da ausência, sendo em certa medida, uma extensão dele: constatado o problema, busca-se superá-lo.

Assim, ao procurar conferir uma tradição de grandeza ao estado, no cenário sociopolítico nacional contemporâneo, revelam, na verdade, seu inverso, a pequenez que tanto os aflige. São exemplos os casos do culto à figura política de Juvenal Lamartine, acompanhadas da divulgação de outras versões e sentidos para história da chegada dos portugueses ao Rio Grande do Norte.

Juvenal Lamartine de Faria, governador do estado entre 01 de janeiro de 1928 e 05 de outubro de 1930 e deposto do cargo depois da Revolução comandada por Getúlio Vargas, é apresentado frequentemente como um visionário, vanguardista, um potiguar legítimo que expressou, por meio de suas ações, como o Rio Grande do Norte tem se colocado à frente do país em questões importantes, como o voto feminino e a efetiva inclusão participativa da mulher na política¹, rompendo com as fronteiras do lar, lugar que até então lhes era reservado, para atuarem no espaço público.

Vale ressaltar também ser um oriundo da oligarquia seridoense vinculada à pecuária e ao cultivo do algodão:

O Rio Grande do Norte, entretanto, apesar de estado nordestino, quase inexistindo no tamanho territorial e na expressão política ante tantos estados opulentos e poderosos, fez-se ouvir pela garra, coragem e tenacidade de algumas mulheres aguerridas e pela indeclinável, decisiva e incisiva liderança do bravo governador Juvenal Lamartine que fez do brocardo latino *facta potentioris sunt verbis* (os fatos são mais fortes que as palavras) a sua razão de luta e de persistência contra o então arraigado preconceito.

Desse modo, o povo Potiguar antecipou-se a muitos países do mundo civilizado e serviu de paradigma para o resto do Brasil, graças a ação corajosa e despreconceituosa de Juvenal Lamartine que modificou o Código Eleitoral do Rio Grande do Norte, que à época era autônomo e desvinculado do arcabouço jurídico nacional. Permitiu, conseqüentemente, Direitos Políticos plenos às mulheres do Estado, a partir de 1927.

Depreende-se, assim, que apesar de Getúlio autoproclamar-se líder supremo de uma revolução moderna, transformadora e democratizadora, outorgou à nação um Código Eleitoral ainda perpassado de notória discriminação contra a mulher, exteriorizando um machismo exacerbado. Daí, percebe-se que antes de Código Eleitoral "Revolucionário" getulista de 1931, o Código Eleitoral/RN, já em 1927, na plenitude da retrógrada República Velha, era mais avançado e isonômico para ambos os sexos. (ARAÚJO, 2008).

Toda a carga depreciativa expressa por José Alberto Targino de Araújo² – estado localizado dentro de um espaço marginalizado no país, de pequenas dimensões territoriais, sem expressão política no cenário nacional – revela, na verdade, uma estratégia para se criar, a partir da história, uma tradição de grandeza (antecipou-se aos estados mais poderosos e desenvolvidos do país e “a muitos países do mundo civilizado”).

Assim, se, num primeiro momento, enfatizam-se elementos depreciativos, este é só um recurso retórico para reforçar o tal pioneirismo

norte-rio-grandense, lugar onde mulheres desbravadoras foram à luta para fazer valer sua cidadania, vencendo o preconceito e o machismo de uma sociedade patriarcal.

Juvenal Lamartine também é apresentado como um pioneiro da aviação civil no estado, incentivador da expansão desta para cidades do interior, com a construção de mais de 20 pistas de pouso, além de fundador do Aeroclube de Natal. É a marca de um legítimo modernizador que se imprime, de “um antecipador de novos tempos, homem público com trinta anos de adiantamento da época em que viveu”, segundo Nilo Pereira (CARDOSO, 2000: 455).

A aviação, então um símbolo destacado dentro do rol de invenções do homem moderno era prática corriqueira no Rio Grande do Norte³ e deixava marcas no imaginário popular, sendo referenciada, inclusive, em suas manifestações culturais, conforme registra Mário de Andrade ao comentar *n'O turista aprendiz*⁴ que em Natal os aeroplanos eram realidade corriqueira:

Um hidro-avião faz peraltices enquanto espera pra sacudir um bocado de flores sobre a mãe do Mar. É pouco olhado. Natalense não se amola mais com aeroplano. Ontem, na representação do “Boi balemba” do bairro areiento do Alecrim, quando o mestre do “Bumba” mandou Berico buscar Mateus pra casar os Galantes e as Damas, o padre de mentira respondeu que não carecia de “aeroplano” pra ir no casório, era perto, ia a pé mesmo. Não causou sensação e a noite cai. (ANDRADE, 2002: 217)

Mas a ode ao potiguar ilustre, à frente de seu tempo, é “maculada” por outras versões historiográficas, as quais costumam caracterizar o governo de Juvenal Lamartine como demasiadamente submisso no plano nacional a Washington Luís Pereira de Sousa, então presidente da República, e de se portar de maneira bastante conservadora e controversa no plano local, perseguindo seus opositores com intolerância velada.

Ao abordar o surgimento do movimento operário no estado a partir de meados da década de 1920, destacadamente os movimentos grevistas realizados por trabalhadores de diversos setores, a historiadora Denise de Mattos Monteiro (2007) acentua a repressão do estado – o poder de polícia –, a violência utilizada como recurso sistemático por Juvenal Lamartine, visando contê-los, reprimi-los⁵:

[...] os governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, sobretudo este último, foram marcados pelo emprego da violência não só contra operários, mas também contra todo tipo de oposição política. Foram comuns os espancamentos, as prisões, a destruição de sedes associações e de jornais. Assim, por exemplo, em 1928, a polícia invadiu o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal – liderado pelo jornalista Sandoval Wanderley –, destruindo tudo e surrando operários. Café filho, que tentara se eleger vereador em Natal pela oposição, e Sandoval Wanderley foram perseguidos e refugiaram-se no Recife (MONTEIRO, 2007: 141).

No tocante ao segundo ponto, qual seja, as novas “versões” para a história do estado, destaca-se aquela defendida por Lenine Pinto no livro *A reinvenção do Descobrimento*, segundo a qual os portugueses teriam desembarcado no território que atualmente corresponde ao Rio Grande do Norte antes de chegarem a Porto Seguro, na Bahia. Na tentativa de comprovar essa assertiva, apresenta uma série de argumentos, entre eles, o de que o Monte Pascal mencionado por Pero Vaz de Caminha seria o Pico Cabugi.

A versão de Lenine Pinto não encontrou eco na academia nem foi debatida com mais afinco durante as comemorações dos 500 anos do país (certamente uma das intenções ao construí-la), provavelmente porque saber se os portugueses chegaram antes em terras potiguares ou baianas é uma questão sem maior relevância, uma vez que efetivamente, nenhum dos dois estados existia naquela época e isto não traria mudanças significativas à escrita da história brasileira. A importância desse fato situar-se-ia, por exemplo, mais na esfera simbólica, com uma possível valorização e utilização desse evento para potencializar o turismo no estado.

Menos controverso que *A reinvenção do Descobrimento* de Lenine Pinto, foi lançado, em agosto de 2007, durante as comemorações dos 506 anos do estado, o livro *O Brasil nasceu juridicamente no RN*⁶ e, conforme ressaltam os dois autores – Marcus César Cavalcanti de Moraes e Enélio Lima Petrovich⁷ – o livro não traz novidades, uma vez que a tese segundo a qual o Marco de Touros foi o primeiro registro de posse de Portugal em território que viria a ser constituir como Brasil nunca foi contestada. Todavia, é preciso lembrá-la e, sobretudo, comunicá-la ao povo.

Talvez, o fato mais revelador em tudo isso seja a necessidade de tornar esse um evento fundante, uma data importante no calendário das

comemorações simbólicas do estado, afirmando que, se os portugueses não chegaram primeiro nestas plagas, foi nelas que Brasil nasceu juridicamente:

Após várias pesquisas e leituras minuciosas de narrativas e documentos históricos, chegamos à conclusão que o Marco de Touros tem significado de mais alta importância para História do Rio Grande do Norte e para a História do Brasil. O Marco de Touros é própria certidão de nascimento do Brasil. Com ele oficializou-se o surgimento do maior país da América Latina.

O Rio Grande do Norte precisa assumir a importância desse fato – a posse jurídica da terra brasileira para Portugal teve início no litoral de Touros. O nascimento oficial do Brasil não se deu quando de seu descobrimento, mas, sim, quando da posse da sua terra em 7 de agosto de 1501, exatamente aqui, em terras potiguares. (MORAIS e PETROVICH, 2007: 35-36).

O livro, distribuído gratuitamente às escolas públicas e privadas, prefeituras e bibliotecas do Rio Grande do Norte busca, segundo os autores, difundir e criar sentimento de orgulho entre os potiguares, pois muito se fala do Marco do descobrimento na Bahia, mas pouco se comenta que o Marco de Touros é o primeiro registro de posse do território brasileiro pelos portugueses, reclamam. É a história, mais uma vez, tornada como espaço de disputas pela memória histórica e foro privilegiado para a criação e legitimação de marcos, para a invenção de tradições (HOBSBAWM e RANGER, 1997). Não foi por mera casualidade ou coincidência que o presidente da Casa da memória⁸ potiguar enceta o projeto. Tal iniciativa é antes de tudo, reveladora de uma ausência incômoda.

Neste processo, é interessante perceber também o papel que tem sido desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN.

Algumas das motivações de se criar o Instituto, a “Casa da Memória Potiguar”, a 29 de março de 1902, estavam relacionadas à preocupação com a coleta e preservação de fontes que tornassem possível a escrita de estudos concernentes à história local. A questão da escassez de fontes e de estudos sobre a história do estado remetia a 1877, quando Ferreira Nobre escreveu a primeira obra sobre a temática, e já externava seu

descontentamento com o caos então vigente. Mas estas não eram as únicas forças motrizes. Em texto de importância fundamental para se compreender a maneira como se estruturou a instituição em tela, Karla Menezes acentua:

O que objetivamente impulsionaria a fundação do mesmo seria o litígio que colocara em risco os limites territoriais dessa unidade federativa. Foi propriamente a chamada “Questão de Grossos” que fez os intelectuais norte-rio-grandenses perceberem a importância e o significado da instalação de uma instituição voltada para os estudos históricos e geográficos no e sobre o estado. (MENEZES, 1996/1997: 41).

Vale ressaltar que os movimentos em torno da construção de uma narrativa histórica sobre a província/estado do Rio Grande do Norte remetem as três últimas décadas do século XIX, com a publicação de *Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte*, de Manoel Ferreira Nobre, e depois, com a formação de comunidades ou sociedades de intelectuais, a exemplo do Gremio Polymathico, cujas inquietações não descuidavam também da produção histórica referente a esta espacialidade. Assim, mesmo motivada pela chamada “Questão de Grossos”, acreditamos que a fundação do IHGRN apresenta-se imbuída num contexto mais amplo, onde questões de ordem histórica e geográfica já se constituíam em preocupação das elites intelectuais e políticas do estado. Tanto o é que grande parte dos membros do Gremio foram sócios fundadores da instituição e depois, ocuparam as páginas de sua revista⁹.

Conforme ressalta a autora,

Os textos históricos produzidos pelo Instituto e publicados nos cinco primeiros volumes de sua Revista, concentram-se em três temáticas básicas assim intituladas: “Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte”, “Índios célebres do Rio Grande do Norte” e “Holandeses no Rio Grande do Norte. (*Op. cit.*, 45).

Ao se debruçar sobre as “atas das sessões do Instituto”, Karla Menezes pondera, afirmando que, nas discussões internas nelas registradas, “constata-se que um projeto historiográfico objetivo nunca fez parte da pauta de debates desta instituição, pelo menos até 1907” (p. 45). Neste ponto, temos uma percepção particular: talvez a questão fosse indagar o que a autora considera um “projeto historiográfico objetivo”, haja

vista identificarmos projetos historiográficos num contexto anterior, conforme já apontado e discutido em outros momentos. Talvez, um indicativo disto seja o fato de que intelectuais que antes compunham o Gremio Polymathico, foram sócios fundadores da Instituição e, depois, ocuparam com seus ensaios históricos, as páginas da revista do IHGRN.

Num momento em que as pesquisas de cunho histórico ainda afloravam no estado, talvez fosse natural que um projeto historiográfico não tivesse ainda uma identidade definida ou suscitasse debates em assembleias, mas acreditamos que isto não implica sua inexistência, daí a construção de uma narrativa histórica em fragmentos, divida em temas, conforme explicitou a própria autora: “capitães e governadores”, “índios célebres” e “holandeses no Rio Grande do Norte”. A nosso ver, esses elementos são indicativos sim, de projetos, mesmo ainda fracionados. À guisa de exemplo, é interessante notar que a primeira metanarrativa histórica¹⁰ sobre o Rio Grande do Norte só foi construída vinte anos depois da fundação do Instituto, em 1921, por Augusto Tavares de Lira, o que não quer dizer que, antes dela, não existissem projetos historiográficos em curso.

Carla Menezes pontua ainda que, mesmo resultados da “solidão autodidata”, solidão esta advinda da suposta ausência de um projeto delineado, definido, era possível identificar, nesses trabalhos individuais, certa “unidade, um padrão historiográfico no Instituto”, mas concomitantemente tece a ressalva de que “esta uniformidade não passava pela discussão objetiva e planejada do exercício historiográfico propriamente dito” (p. 46). Segundo argumenta, esta “unidade” só teria sido possível, sobretudo, devido ao fato de os historiadores do IHGRN tomarem como exemplo os trabalhos produzidos por agremiações congêneres de outros entes federativos.

Aqui, parece que a autora exige da instituição uma “originalidade” que ela não teria, por fatores de ordem diversa, condições de “criar”. Não é de estranhar que o IHGRN obedecesse às premissas seguidas por instituições congêneres, quando eram basicamente os mesmos princípios que as orientavam; bem como não era de surpreender que, a exemplo dos estudos levados a cabo nos outros Institutos, se voltasse ao passado colonial da espacialidade de referência, no sentido de historiar e “compreender” sua formação histórica. No que a autora percebe falta de “originalidade”, percebemos um caminho quase natural. O espaço de experiência do outro é apropriado pelos primeiros historiógrafos locais? Sim. Isto revela a ausência de projetos historiográficos? Em nossa percepção, não.

A “uniformidade” que conseguem nas abordagens históricas identificadas por Karla Menezes, no recorte temporal investigado, 1902 a 1907, a autora atribui à “cultura do exemplo”, ou em outras palavras, a apropriação de experiências de instituições que tinham a mesma lógica de funcionamento, e não a um projeto historiográfico específico. Preferimos, no entanto, fugir à ideia da necessidade de se identificar um “projeto original”, por acreditar que essas apropriações não eliminam o *status* de projetos a estes projetos. A questão quiçá seja de outra ordem: existiram projetos historiográficos desde a fundação do IHGRN e até antes dele. Entrementes, acreditamos que as narrativas construídas neste percurso ou não harmonizaram projetos divergentes, ou não foi consumida ou apropriada por seus destinatários. Em termos outros, a produção desencadeada pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nem sob a tutela da pena de Câmara Cascudo, e a imensidão quase inumerável dos seus trabalhos foi suficiente para sanar, suplantar a percepção de que “falta algo ao potiguar”.

Talvez por isso, até o contexto hodierno, os membros da “Casa da Memória” continuem na labuta incansável, na árdua tarefa de imaginar representações para esta espacialidade. Esta situação de dúvida, indefinição, permeada por certo sentimento de que falta algo aos potiguares torna complicada também a emergência de uma “cultura da memória” no estado, abrindo uma lacuna nas discussões sobre os patrimônios culturais norte-rio-grandenses. É frequente o reclame nos meios de comunicação e na academia da ausência de políticas que preservem os patrimônios locais¹¹. Chega-se ao contradito de se defender sua divulgação aos próprios cidadãos, que por supostamente desconhecerem a importância dos mesmos como lugares de memória (NORA, 1993), acabam não se apropriando deles, e muitas vezes até os destruindo. O diagnóstico comum é basicamente o seguinte: o potiguar não gosta das coisas velhas, a solução é derrubá-las e edificar algo novo.

As discussões sobre a realização da Copa Mundo no estado em 2014 são sintomáticas neste sentido. Ao mesmo tempo em que o discurso da modernidade reatualiza-se, sobretudo na capital, com os equipamentos urbanos¹² que terá de disponibilizar à realização do evento, e da expectativa do estado e grupos econômicos para o “progresso¹³” que a Copa atrairá a Natal e região metropolitana circunvizinha, gerando empregos e aquecendo o comércio local; a discussão sobre a “memória curta” ou pouca valorização da memória por grande parcela da população é colocada no cenário sociopolítico mais uma vez.

O projeto submetido e aprovado pela Fédération Internationale de Football Association/FIFA, produzido por uma equipe que reunia integrantes do governo do estado do Rio Grande do Norte e da prefeitura municipal do Natal, prever entre as obras de infra-estrutura, as derrubadas da sede administrativa do governo estadual, do estádio de futebol João Cláudio de Vasconcelos Machado – o Machadão –, e do ginásio de esportes de mesmo nome, popularmente conhecido por Machadinho, e a edificação de um novo complexo, que inclui um novo estádio, a Arena Dunas. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Maracanã será “revitalizado”, ao invés de demolido.

E este foi o mote dos debates. Parcela da sociedade norte-rio-grandense, sobretudo torcedores dos clubes de futebol do ABC, América e Alecrim, passaram a criticar e se opor duramente à derrubada dos estádios, pois os consideram representativos na história dos desportos locais e indagam porque não foi seguido o exemplo do Rio de Janeiro.

Ao colocarmos em tela essa discussão, não é nosso intento nos posicionarmos frente ao debate, no sentido de defender ou se opor a demolição do estádio, mas perceber como a questão da preservação da memória assume nuances múltiplas no estado. Parece difícil se criar uma “cultura patrimonialista” quando se tem uma tradição que evoca a mudança constante, o apagamento das marcas de passado e grande apego ao esquecimento.

Ainda na temática do futebol, chama atenção às discussões concernentes a identificação dos potiguares com times de outros estados, sobretudo do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, em detrimento dos times locais. Citando levantamentos realizados por institutos de pesquisas de opinião, segundo os quais clubes como Flamengo, Corinthians e São Paulo conseguem ter mais torcedores no Rio Grande do Norte do que ABC e América, por exemplo, alguns desses atores sociais apresentam a Bahia e Pernambuco como locais onde isto não ocorre. Retirados de cena elementos talvez centrais na compreensão desse fenômeno, como o papel da mídia do sul/sudeste, concentrando e definindo a linha editorial do jornalismo e entretenimento televisivo no país, além do fato de os times do estado não terem proeminência no cenário futebolístico nacional¹⁴, volta à carga os reclames do potiguar que não valoriza o que é da terra, que vive seduzido pelas coisas que vem de fora. E o estigma da fronteira reatualiza-se, mais uma vez.

Encerrando as linhas últimas dessa escritura, pergunta-se: então, existe identidade potiguar? A indagação não é absurda, tendo vista toda

ação que despendeu ao curso de mais de dois anos, tendo envolvido investimentos públicos, tomado tempo de atores sociais diversos e ocupado o espaço que poderia ter sido utilizado por outra pesquisa. Mas esperar e, sobretudo, fornecer respostas conclusivas a ela seriam ações demasiadamente arriscadas, precipitadas. Mesmo assim, há pelo menos duas maneiras de respondê-la. A primeira, mas curta e enganosamente mais fácil: não existe identidade potiguar. Mas há outra possível. Menos fatalista, mais complexa e, por natureza, mais movediça: a identidade potiguar é justamente não ter identidade. Ela existe porque se afirma um *eu* em contraposição a um *outro*, porque está eivada de alteridade. Dito de outra maneira, habitam tantas identidades no que se convencionou de identidade potiguar que por motivos de ordem variada, não se construiu um discurso homogêneo sobre ela, apesar das tentativas difícil de serem enumeradas. Assim, ao mesmo tempo em que parece abrigar o *tudo*, carrega em si, contraditoriamente, o *nada*, o que provoca inquietações e instaura certo de sentimento de *falta*, angustiante. Talvez seja a fronteira que se estabelece entre a antinomia *tudo e nada* que faz com que ainda nos dias atuais, quando vivenciamos, nas palavras de Bauman (2005), uma *modernidade líquida*, onde as identidades se tornam espaços cada vez mais fluídos e negociáveis, a força motriz que alimenta sonhos, desejos, inquietações e projetos de uma identidade supostamente sólida, homogênea e hegemônica para o potiguar. Uma identidade que silenciase, costurasse ou conciliasse a babel que ela parece encerrar.

NOTAS

¹ Adalberto Targino mapeia, assim, as marcas do “pioneirismo” do estado: “De fato, Celina Guimaraes, em 1927, foi a primeira eleitora (Mossoró/RN) e Alzira Soriano de Souza, em 1928, foi a pioneira Prefeita eleita do Brasil (Lajes/RN, pelo Partido Republicano), enquanto Maria do Céu Fernandes, já em 1935 sagrou-se a vanguardista Deputada Estadual pelo voto popular (RN), o que fez de Juvenal Lamartine o grande herói das mulheres brasileiras e o RN paradigma do Brasil.” Vale ressaltar que em 1927 Juvenal Lamartine ocupava o cargo de Senador, mas, na condição de candidato a sucessão de seu primo, Augusto Severo, então governador do estado, solicitou a este que sancionasse a Lei nº 660, a qual, por meio do artigo 77, conferia direito de voto às mulheres.

² Já foi advogado, promotor, juiz, chefe de polícia, professor universitário e atualmente é procurador do estado.

³ Ver também VIVEIROS, Paulo. *História da Aviação do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: EDUFRRN, 2008. (Coleção História Potiguar).

⁴ *O turista aprendiz* é um misto de livro e “diário de bordo” no qual Mário de Andrade reuniu anotações de duas de suas “viagens de reconhecimento” ao Brasil: a primeira à região norte, realizada entre maio e agosto de 1927; a segunda ao nordeste, ocorrida entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929.

⁵ Ver também: MARIZ & SUASSUNA (2002). Destaque para o subcapítulo *A República no Brasil* (p.197-223).

⁶ O lançamento do livro foi destaque em jornais, como A Tribuna do Norte, Diário de Natal e Jornal da Tarde. Recebeu também alguns comentários no portal de notícias *online* NO MINUTO, no qual o colunista Alex de Souza lança um olhar crítico sobre a obra e acentua a “esperteza” de um dos autores, associado à editora que publicou o livro, com recursos públicos. Para consultar diretamente o texto, acesse: http://www.nominuto.com/colunas/bazar/a_historia_e_uma_estoria/4208/.

⁷ Marcus César Cavalcanti de Moraes é jornalista, editor, escritor e diretor-proprietário da revista Foco-RN; Enélio Lima Petrovich é Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁸ “Casa da memória potiguar” é um epíteto atribuído ao Instituto Histórico Geográfico do estado por seus sócios.

⁹ São alguns exemplos de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que pertenciam ao Grêmio Polymático e/ou escreveram na Revista do Rio Grande do Norte, editada por este entre os anos de 1898 e 1890: Alberto Maranhão, Antônio Souza, Luiz Fernandes, Manuel Dantas, Meira Sá, Pedro Soares, Pinto de Abreu e Tavares de Lira.

¹⁰ Pelas especificidades da obra de Manoel Ferreira Nobre, apontadas no IV capítulo, consideramos esta a primeira metanarrativa histórica sobre o Rio Grande do Norte. Talvez por isso, Tavares Lyra se considerasse o “primeiro historiador do estado”, embora não seja isto que nossa percepção encerra, uma vez que nos remetemos a estruturação da obra, não a natureza do trabalho. Em outros termos, a condição de “primeira metanarrativa histórica” não nega a condição histórica dos ensaios e projetos encetados anteriormente.

¹¹ Ainda vigora certa concepção naturalizada da existência do patrimônio *a priori*. Os patrimônios assumiriam uma existência em si mesma, qual seja, o patrimônio pelo patrimônio, e não porque seriam representativos para determinados grupos sociais.

¹² São alguns exemplos: alterações significativas na malha viária da cidade e transporte público, e as construções de outro aeroporto e um novo estádio, a Arena das Dunas.

¹³ Percebe-se, mais uma vez, a ode ao progresso que se pode auferir por meio desenvolvimento econômico que enfoca o lucro, o comércio e “esquece” de pensar os impactos que acarreta a qualidade de vida dos cidadãos.

¹⁴ Essas são mais hipóteses que assertivas. Seria preciso um estudo mais específico para fornecer respostas mais seguras, mesmo considerando as hipóteses apresentadas não são de todo inválidas.

referências

FONTES

APRENDIZ DE JORNALISTA. *Josimey Costa da Silva* (Entrevista). Disponível em: <<http://jornalista.tripod.com/>. 05 de janeiro de 2006A.

APRENDIZ DE JORNALISTA. *Clotilde Tavares* (Entrevista). Disponível em: <<http://jornalista.tripod.com/>>. 05 de janeiro de 2006B.

ARAUJO, José Adalberto Targino. *Tributo a Juvenal Lamartine*. Disponível em: <<http://diariodenatal.dnonline.com.br/site/materia.php?idsec=2&idmat=170494>>, 27 de abril de 2008.

BARROS, Rinaldo. *Construindo Pontes*. Disponível em: http://www.clotildetavares.com.br/forum/construindopontes_rinaldo.htm, 13 de dezembro de 2008.

CAVALCANTI, Mário Ivo D. *Ela é carioca*. Disponível em: <<http://cidadedosreis.blogspot.com/2008/05/ela-carioca-050508.html>>, 10 de maio de 2008.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Norte*. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_norte, 09 de janeiro a 20 de março de 2009.

DUARTE, Rafael. *Arte contemporânea de Gandhi causa confusão na FJA*. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=63568>>, 11 de janeiro de 2008.

FEITOSA, Polycarpo. *Vida potiguar*. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2007.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO/FJA. *PCP em Seis Tempos será lançado nesta Terça*. Disponível em: <http://www.fja.rn.gov.br/noticias_detalhes.asp?tipo=N&int_codigo_noticia=675V>, 07 de fevereiro de 2007A.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO/FJA. *Relatório Final do Subprojeto Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <http://www.fja.rn.gov.br/imaterial/patrimonioimaterial/docs/relatorio_final.pdf>, 15 de fevereiro de 2007B.

GARCIA, José Alexandre Odilon. *Natal, Idos 40*. Disponível em: <http://almadobeco.blogspot.com/2005/02/letras-de-msicas-de-jos-alexandre.html>, 14 de novembro de 2008.

GIROTTI, Angelo. *É difícil ser potiguar*. Disponível em: <http://www.jornaldehoje.com.br/novo/navegacao/ver_artigos.php?id_artigo=365>, 26 de dezembro de 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Constituição do Estado do Rio Grande do Norte*. Disponível em http://www.rn.gov.br/_resources/files/_modules/files/files_54_20100330201634a658.pdf, 05 de agosto de 2008A.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Hino do Estado do Rio Grande do Norte*. Disponível em <http://www.rn.gov.br/conheca-o-rn/simbolos/>, 10 de janeiro de 2008B.

GREMIO POLYMATHICO. *Revista do Rio Grande do Norte*. v. 1. Ano 1. Natal: Editora d'A Republica, 1898.

GURGEL, Alexandre. *Plínio Sanderson, um Poeta Ensandecido* (Entrevista). Disponível em: <<http://grandepono.blogspot.com/2007/06/plnio-sanderson-um-poeta-ensandecido.html>> 20 de abril de 2008.

MEDEIROS, Ailton. *Invasões bárbaras*. Disponível em: <<http://www.ailtonmedeiros.com.br/invasoes-barbaras-3/2008/01/08/>>, 02 de janeiro de 2008.

MELO, Veríssimo de. *Natal há 100 anos passados*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2007.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de e PETROVICH, Enélio Lima. *O Brasil nasceu juridicamente no RN*. Natal/RN: Foco, 2007.

MOREIRA, Ricardo. *Bairrismo (pernambucano) x falta de identidade (potiguar)*. Disponível em: <http://blog-simulacro.blogspot.com/2007/12/bairrismo-pernambucano-x-falta-de.html>, 18 de dezembro de 2007.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Potengi, 1971.

SOUZA, Eloy de. *Costumes Locais*. Natal/RN: Ed. Sebo Vermelho; Verbo Idéias e ofícios, 1999.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Nazareno Moreira. *Cidade em Black-out*: crônicas referentes à Segunda Guerra Mundial -1939/45. Natal: EDUFRN, 1981.

- ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. Belo Horizonte, MG: Ed. Itatiaia, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 3 ed. Natal: RN Econômico, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- CASTRO, Nei Leandro de (coord). *Terra potiguar*. Uma viagem pela beleza e pela cultura do Rio Grande do Norte. Barcelona: Bustamante Editores, 1999.
- CIRNE, Moacy. *A invenção de Caicó*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2004.
- DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Natal/RN: Sebo Vermelho Edições, 2001.
- EMERENCIANO, João Gothardo Dantas (org.). *Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal*. Natal: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo/Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.
- FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: Os Rosados e o "país de Mossoró"*. João Pessoa: Ed. Grafset, 2001.
- GÓES, Moacyr de. *Entre o rio o mar*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- GURGEL, Deífilo. *Espaço e tempo do folclore potiguar*. Natal: Prefeitura Municipal/FUNCART, 1999.
- JORGE, Franklin. *Spleen de Natal*. Natal: Amarela entretenimentos, 1996.
- LIMA, Nestor. *Tradições e glórias de Mossoró*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2008.
- LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural; Sebo Vermelho, 2000.
- LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal/RN: Ed. Sebo Vermelho, 2005.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. *Os holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal/RN: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998.
- MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
- MELLO, Pedro de Alcântara Pessoa de. *Natal de ontem: figuras e fatos de minha geração*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2006.
- MELO, João Wilson. *A cidade e o trampolim*. Natal: Grafpar – Gráfica e Editora, 1999.
- MELO, Paulo de Tarso Correia de. *Natal: secreta biografia*. Fundação José Augusto – Fundação Santa Maria, 1994;

MELO, Protásio Pinheiro de. *A contribuição norte-americana à vida natalense*. Brasília: [s.n.], 1993.

MELO, Veríssimo de. *Natal há 100 anos passados*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2007.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de e PETROVICH, Enélio Lima. *O Brasil nasceu juridicamente no RN*. Natal/RN: Foco, 2007.

MOURA, Pedro Rebouças de. *Fatos da história do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Natal:CERN, 1986.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Potengi, 1971.

NUNES, Raimundo Nonato. *Sociologia do Grande Ponto*. João Pessoa: [s.n.], 1985.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço urbano da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. 2008. 1 v. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ONOFRE JR, Manoel. *Breviário da cidade do Natal*. Natal: Clima, 1984.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana – Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*. Natal: EDUFRN, 2005.

PEIXOTO, Carlos. *A História de Parnamirim*. Natal: Z Comunicação, 2003.

PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Natal/RN: Sebo Vermelho edições, 2003.

PINTO, Lenine. *A reinvenção do descobrimento*. Natal: RN/Econômico Empresa Jornalística Ltda, 1998.

PINTO, Lenine. *Natal, USA: II Guerra Mundial – a participação do Brasil no Teatro de Operações do Atlântico Sul*. Natal: RN Econômico, 1995.

PINTO, Lenine. *Os americanos em Natal*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1992). Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

SILVA, Josimey Costa da. *A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra. Mundial*. Dissertação de Mestrado, Ppgcs/UFRN, Natal, 1998.

SIQUEIRA, Cleantho Homem de. *Guerreiros Potiguares: O Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial*. Natal: EDUFRN, 2001.

SMITH, Clyde. *Trampolim para a Vitória*. Natal: EDUFRN, 1992.

VIVEIROS, Paulo. *História da Aviação do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: EDUFRN, 2008. (Coleção História Potiguar).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23: 71-86, jan/jun de 2005.

ARRAIS, Raimundo (Org.). *A cidade de Natal nas crônicas cascadianas dos anos 20*. Natal/RN: EDUFRN, 2005.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães e MARINHO, Maria da Fonseca. *O corpo e a alma da cidade*. Natal/RN: EDUFRN, 2008.

ARRUDA, Gilmar. *O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos “sem eira nem beira”*. Texto apresentado à Mesa Redonda sobre Patrimônio Imaterial durante o I Encontro Nordestino do Ministério Público (Não Publicado), 2006.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedicto Vecchi*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005).

BOURDÉ, Guy; HERVÉ, Martin. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUENO, Almir. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1890 – 1895)*. Natal/RN: EDUFRN, 2002.

BURITY, Joanildo A. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

BURKE, Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000 (Ensaio Latino-americanos, 1).

CARDOSO, Rejane. *400 nomes de Natal*. Natal/RN: Prefeitura Municipal de Natal, 2000.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. *A trama da integração: soberania e identidade do Cone Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas* In ____ Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998: 223-268.

CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. *O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898)*. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008.

CASSIRER, Ernest. *O mito como forma de intuição*, in CASSIRER, Ernest. *A filosofia das formas simbólicas*, 2004: 133-243.

CERRI, Luis Fernando. *A ideologia da paulistanidade*. São Paulo: Ed. Livro Aberto, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. *Estudos Históricos*. RJ, vol. 8, nº 16, 1995: 179-192.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. *Estudos Avançados*, jan-abril/1991, 11(5): 173-191.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edunesp/Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEPROM, 1995.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrépida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

DOSSE, François. *A história*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *A identidade nacional como forma organizadora do discurso histórico na França nos séculos XIX e XX*. In _____: *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. (p. 11-38)

ELIADE, Mircea. *O espaço sagrado: templo, palácio centro do mundo; O tempo sagrado e o mito do eterno recomeço; Morfologia e função dos mitos e A estruturação dos símbolos*, in ELIADE, Mircea. *Tratado das religiões*, 1993: 295-372.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano, v.1).

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v.2).

FONSECA, Maria Cecília Londres. *A invenção do patrimônio e a memória nacional*. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. BOMENY, Helena (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001: 85-101.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

FURET, François. *O nascimento da História*. In _____: *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1980: 109-135.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v.11, n.23, jan.-jun. 2005: 15-36.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988: 264-275.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1998: 5-27.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. *Fronteira e alteridade; Generalizar; As histórias como representação*. In _____: *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999: 111-141; 227-271; 313-367.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HARTOG, François. *Os Antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: Arquitetura, monumentos, mídia*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Coletânea de leis sobre preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio/IPHAN, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*: trajetória de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936/2006. Brasília, IPHAN; 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=582>>, 20 de julho de 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARIZ, Marlene da Silva e SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2002.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*, v. 3/4, nº 21, Jul/dez de 1996; jan/jun de 1997: 41-57.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 3. ed. revista e ampliada. Natal/RN: EDUFRN, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1994.

MÜHLHAUS, Carla. *Para além da pedra e cal*. *Nossa História*, nov. 2004: 62-67.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: problemática dos lugares*. In: Projeto história. São Paulo, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas/SP: Pontes, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto Editora, 2005.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989: 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana* (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadoras). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996: 103-130.

QUINTAS, Amaro. *A revolução de 1817*. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: FUNDARPE, 1985.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, V. 15, 2001, P. 43-48

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002;

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O direito à memória: Patrimônio Histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

SILVA, Anelino Francisco. Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Scripta Nova*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-74.htm>> , 10 de maio de 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique Silva. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Brasília, 2006. 390. *Série Antropológica*, Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie390empdf.pdf>> , 13 de julho de 2008.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a organização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2007; além de vários estudos monográficos que estudam o período em questão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA/UNB. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep/Convencao_1972.htm> , 04 de maio de 2008.

WERTHEIM, Margaret. *Uma história do espaço de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

